

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO MOSTEIRO MONTE
CARMELO**

CURITIBA

2007

**PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

PAULO GRACILIO DA SILVA

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO MOSTEIRO MONTE
CARMELO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Administração,
Área de Concentração em Administração
Estratégica, pela Pontifícia Universidade Católica
do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Serva.

CURITIBA

2007

folha de aprovação
Substituir pela fornecida pela PUC

Com muito carinho dedico este trabalho a todos aqueles que, direta ou indiretamente contribuíram nesta caminhada.

Especialmente aos meus amores: There, Ana Paula e João Felipe.

Aos meus pais, Xisto e Maria Aparecida, pelo carinho e pelos ensinamentos que me fazem cada vez mais acreditar na Vida.

Ao meu sogro Laudelino, que no início desta minha etapa fez sua passagem e, de forma especial, à minha sogra Julia pelo carinho e dedicação a todos nós.

Obrigado a todos da minha família, pelo apoio, confiança e pelo carinho.

Enfim, lembro de todos os amigos que me incentivaram e, por vezes, acolheram e emprestaram seus ouvidos e escutaram as dúvidas desta minha caminhada.

Que o Senhor da Vida lhes abençoe e guarde.

Humildemente agradeço a Deus pela oportunidade de fazer este caminho, o caminho da vida, dom e benção.

À CAPES e à PUC/PR pelos auxílios concedidos.

Ao meu orientador, Maurício Serva que durante esta fase, além de apoiar, ensinar e direcionar, se tornou um amigo especial e nos momentos de incerteza, de forma sutil, me orientou e mostrou como seguir em frente.

A todos os professores e funcionários do Mestrado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPAD/PUCPR, especialmente ao Prof. Wesley Vieira e a Prof^a. Karina Roglio, pelo incentivo e apoio durante esta fase de dissertação.

A toda equipe do Mosteiro Monte Carmelo e a todos àqueles que apóiam esta instituição, e que participaram da pesquisa. Sem esta ajuda, este trabalho não teria sido possível.

Obrigado de forma especial ao Frei Chico, por ter possibilitado e incentivado esta pesquisa. Deus lhe abençoe sempre.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURA E QUADROS	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE ABREVIATURAS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	12
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.3 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE PESQUISA	15
1.3.1 Objetivo Geral	15
1.3.2 Objetivos Específicos	16
1.4 JUSTIFICATIVAS TEÓRICA E PRÁTICA	16
1.4.1 Justificativa Teórica	16
1.4.2 Justificativa Prática	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 O TERCEIRO SETOR E AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	20
2.1.1 Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL	25
2.2 A DÁDIVA	32
2.2.1 Marcel Mauss e a Dádiva	32
2.2.2 O Fato Social Total	34
2.2.3 A Atualidade da Dádiva	37
2.3 CONCEPÇÃO SUBSTANTIVA DA ECONOMIA E ABORDAGEM SUBSTANTIVA DAS ORGANIZAÇÕES	41
2.3.1 Karl Polanyi	42
2.3.1.1 Os sentidos formal e substantivo da economia	43
2.3.1.2 A economia enquanto processo institucionalizado	44
2.3.1.3 Os princípios da concepção substantiva da economia	46
2.3.1.3.1 A reciprocidade	46
2.3.1.3.2 A redistribuição	47
2.3.1.3.3 A troca mercantil	48
2.3.2 Alberto Guerreiro Ramos e a Abordagem Substantiva das Organizações	49
2.3.2.1 A racionalidade nas organizações substantivas	55
2.4 A SUSTENTABILIDADE SOCIAL E O CONCEITO DE ECONOMIA PLURAL	59
2.4.1 A Sustentabilidade Social	60
2.4.2 A Economia Plural	68
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	77
3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	77
3.2 DELINEAMENTO E DESIGN DA PESQUISA	77
3.2.1 Delineamento da Pesquisa	77
3.2.2 Unidade de Análise	80
3.2.3 Dados: coleta e tratamento	80
3.2.3.1 Dados primários	81
3.2.3.2 Dados secundários	85
3.2.4 Quadro de Análise	86
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	91
4.1 O MOSTEIRO MONTE CARMELO	91

4.1.1 Funcionamento do Mosteiro Monte Carmelo.....	94
4.2 ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE ESTUDO.....	96
4.2.1 Reciprocidade	96
4.2.1.1 Participação voluntária na organização.....	96
4.2.1.2 Mobilização social da comunidade e da sociedade civil para o interesse comum	101
4.2.1.3 Interesse na sustentação da estrutura física e na manutenção das atividades de atendimento ao público-alvo da organização	104
4.2.1.4 Alocação dos recursos em benefício comum à comunidade e à organização	106
4.2.2 Redistribuição.....	107
4.2.2.1 Captação de recursos financeiros junto ao Estado e órgãos públicos	108
4.2.2.2 Alocação dos recursos para o público-alvo e para atividades básicas da organização.....	110
4.2.3 Troca Mercantil.....	110
4.2.3.1 Comercialização de produtos de interesse da comunidade	115
4.2.3.2 Benefícios financeiros e sociais extensivos à comunidade	115
4.2.3.3 Reflexo das atividades de captação de recursos financeiros através da troca mercantil.....	116
4.2.4 Valores e Objetivos	117
4.2.5 Reflexão sobre a Organização	119
4.2.6 Dimensão Simbólica.....	120
4.2.7 Ação Social e Relações Ambientais.....	122
4.2.8 Visão de Conjunto da Sustentabilidade do Mosteiro	123
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	130
REFERÊNCIAS.....	137

LISTA DE FIGURA E QUADROS

Figura 1 - As Organizações que Atuam no Campo Social e suas Interfaces	24
Quadro 1 - Algumas Conclusões do Estudo de Mauss	34
Quadro 2 - Principais Características de uma isonomia para Guerreiro Ramos	53
Quadro 3 - Pontos Fundamentais na Abordagem Substantiva das Organizações.....	55
Quadro 4 - Quadro de Análise da Dissertação de Pinheiro - Continua	64
Quadro 5 - Resultados do Trabalho de Pinheiro	67
Quadro 6 - As Três Dimensões da Nova Economia Social Vista como Ação Coletiva	74
Quadro 7 - Situações Relevantes para Diferentes Estratégias de Pesquisa.....	79
Quadro 8 - Tipos Básicos de Design para Estudo de Caso	79
Quadro 9 - Quadro de Análise da Pesquisa - Continua	86
Quadro 10 - Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2005 e 31/12/2006.....	112
Quadro 11 - Demonstrativos de Receitas e Despesas de 2005 e 2006.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, em números absolutos e relativos e variação percentual, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos – Brasil 1996-2002.....	28
Tabela 2 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por data de criação, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos – Brasil – 2002 – Continua.....	29
Tabela 3 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por grandes regiões, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - 2002.....	31
Tabela 4 - Relatório de Atividades Realizadas no Mosteiro	95
Tabela 5 - Quadro de Pessoal que Atua na Instituição	97

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Alcoólicos Anônimos
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
AFECE	Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CNRS	Centro Nacional de Pesquisa Científica e presidente da Agência
CSS	Associação Casas do Servo Sofredor
EUA	Estados Unidos da América
FASFIL	Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos
FEP	Federação Espírita do Paraná
GESET	Gerência de Estudos Setoriais
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAUSS	Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais
NA	Narcóticos Anônimos
NGO	<i>Non Governmental Organization</i>
OCDE	<i>Organisation de Coopération et de Développement Économiques</i>
ONG	Organização Não-Governamental
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SMA	Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Curitiba
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

A questão da sustentabilidade tem sido um dos assuntos mais relevantes na agenda das Organizações Não-Governamentais – ONGs nas últimas décadas. O interesse e o avanço na abordagem do assunto têm se manifestado na busca de entendimento de como as ONGs alcançam sua sustentação, não se limitando à dimensão econômica e financeira. Neste sentido, este trabalho procura entender a dinâmica e funcionamento de uma organização que atua no campo social e que possui em seu entorno diversos atores que interagem para garantir a sua sustentabilidade. Para isso, buscou-se por meio de um Estudo de Caso único compreender a sustentabilidade da instituição, apoiando-se nos princípios da concepção substantiva da economia, de Karl Polanyi. Mediante o emprego das técnicas de pesquisa de entrevistas, de grupo focal e da observação direta, foi possível identificar como estes princípios se concretizam no cotidiano da organização. A partir do exame dos dados coletados, possibilitado por um quadro de análise elaborado com base nos estudos de Karl Polanyi, Guerreiro Ramos e Maurício Serva, foi evidenciado que a sustentabilidade emerge das ações de reciprocidade, consubstanciando o conceito de sustentabilidade social, tal como trabalhado no estudo de Daniel Pinheiro. Tais ações constituem o reforço do vínculo social de diversos atores com a instituição, como também um instrumento importante para a captação dos recursos necessários para sua manutenção e crescimento. Foi evidenciado também o enraizamento social da missão institucional da organização, fator importante para o envolvimento de diversas pessoas nas ações dirigidas para a sua sustentabilidade.

Palavras-chave: sustentabilidade social; Organizações Não-Governamentais – ONGs; dádiva; reciprocidade.

ABSTRACT

The question of sustainability has been one of the most relevant subjects in the agenda of Non-Governmental Organizations – NGOs during the last decades. The interest and the progress in the approach to the issue has been expressed in the form of attempts to understand how NGOs achieve their sustainability, not limiting themselves to economic and financial dimensions. In this sense, this work tries to understand the dynamics and the workings of one specific organization that operates in the social field and that concentrates around itself a large number of actors who interact to guarantee its sustainability. That purpose was achieved through a case study supported by Karl Polanyi's principles of substantive conception of the economy. Employing the research techniques of interviews, focal groups and direct observation, it has been possible to identify how such principles manifest themselves in the organization's daily life. Following the examination of the data collected, made possible by an analysis chart prepared in line with the studies of Karl Polanyi, Guerreiro Ramos and Mauricio Serva, it was shown that the sustainability emerges from the actions of reciprocity, substantiating the concept of social sustainability such as presented in Daniel Pinheiro's study. Such actions constitute the strengthening of the social links of several actors with the institution, as well as an important instrument for the attraction of the resources necessary for its maintenance and development. It has also been possible to show how the organization's institutional mission is deeply rooted in social concerns – an important factor for the involvement of many people in actions aimed at sustainability.

Key-words: social sustainability; Non-Governmental Organizations – NGOs; gift; reciprocity.

1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

A questão da sustentabilidade tem sido um dos assuntos mais relevantes na agenda das Organizações Não-Governamentais ONGs nas últimas décadas. O interesse e o avanço na abordagem do assunto têm se manifestado na busca de entendimento de como as ONGs alcançam sua sustentação dentro de um contexto de mudanças na organização da sociedade civil brasileira.

Para Armani (2004) o tema da sustentabilidade cresceu em importância e passou a ser tratado de forma mais intensa e concreta somente nos últimos anos, apesar de se fazer presente desde o início do processo de cooperação internacional para com as organizações da sociedade civil brasileira, ocorrido a partir dos anos 80 do século passado.

Nos últimos anos, muito se tem debatido sobre o assunto Terceiro Setor e sua sustentabilidade. São discutidas as formas de captação de recursos nacionais e internacionais, as “boas práticas” de gestão, a formulação de estratégias e mecanismos de sustentação dos projetos e das ações das entidades e instituições que atuam no setor. Este movimento ocorre em razão do Terceiro Setor ter crescido tanto social como economicamente, influenciando a formação social dos indivíduos, sua conscientização a respeito da realidade e sua participação coletiva (PINHEIRO, 2003).

O progresso nas iniciativas, tanto públicas como privadas, possibilitou a consolidação do que se entende atualmente como papel das ONGs. Armani (2004) apresenta alguns conceitos fundamentais para se entender melhor a questão da sustentabilidade destas organizações. Inicialmente, afirma que elas necessariamente devem ter dentre suas fontes de recursos financeiros proporção relevante de recursos a fundo perdido, ou seja, mediante doação, sejam públicas ou privadas. Apresenta também, que a sustentabilidade não pode ser entendida somente na sua dimensão financeira, mas, sobretudo na sua capacidade de desenvolver-se institucionalmente, na qualidade de sua organização e na

aglutinação de forças que a apoiem em seus objetivos institucionais. Como um terceiro avanço conceitual, pondera que para uma ONG alcançar sua sustentabilidade, é necessário ela se reinventar, ou seja, avaliar constantemente seus objetivos e práticas sem perder de foco a essência de sua missão institucional.

O desafio na busca de sustentabilidade das ONGs passa pelo entendimento da necessidade de avançarem na sua credibilidade a partir do compartilhamento de seu projeto político ou missão institucional, tanto internamente, para aqueles atores que atuam diretamente no cotidiano da organização, como externamente, para os que atuam no seu entorno organizacional. Passa, também, pelo processo de inserção social e política junto aos atores relevantes no seu território de atuação, seu “enraizamento” social e sua capacidade de articulação (ARMANI, 2004).

A sustentabilidade de muitos projetos de ONGs se efetua na relação com o Estado, seja de forma estruturada mediante a busca de recursos públicos, seja mediante a consolidação de parcerias com órgãos públicos nos níveis federal, estadual ou municipal. Ocorre, também, na formação de parcerias privadas, por meio de mecanismos de apoio estruturado por organizações que atuam no mercado ou mediante apoio direto dos atores sociais que participam do entorno de seu projeto.

A proposta deste trabalho é perceber como uma instituição que atua no Terceiro Setor alcança sua sustentabilidade. Como estrutura o seu relacionamento com o Estado, com organizações que atuam no mercado além de verificar como os diversos atores sociais que agem em seu meio participam na sustentabilidade do projeto. Não se reduz a entender somente a dimensão econômico-financeira da sua sustentabilidade, mas apresenta como seu projeto social se insere desde o seu contexto de formação e observa o processo de participação coletiva no seu cotidiano. O estudo trata de uma instituição de caráter social que atua na recuperação de pessoas dependentes químicas e do alcoolismo.

A avaliação mais intensa das instituições que atuam no campo social tem permitido entender suas dinâmicas de atuação, tanto no que diz respeito aos seus objetivos, como na forma em que se organizam na busca de sua manutenção e crescimento. Próximo a estas organizações, há envolvimento crescente de pessoas que se inserem e atuam diretamente ou indiretamente de forma voluntária. Este envolvimento é reflexo e avanço de um processo de conscientização na busca de

valores não materiais da vida social e possibilita a ampliação da participação coletiva nos projetos sociais. São voluntários, doam recursos de toda ordem, não exclusivamente financeiros, quando acreditam que sua participação pode resultar na melhoria das condições da organização que escolheram promover.

A participação voluntária aparece como uma idéia-força que resgata valores capazes de fortalecer o vínculo social e auxilia na sustentabilidade destes projetos. A análise, neste caso, é ampliada a partir desta nova forma de olhar as instituições que atuam no terceiro setor, sendo que o seu foco não é tanto a organização em si, mas o seu entorno que inclui a promoção humana.

Portanto, a proposta é perceber como os princípios econômicos que não se restringem a visão de troca mercantil e de resultados mensuráveis podem contribuir para entender a dinâmica desta instituição. Como a perspectiva da reciprocidade, que promove retornos comuns, possibilita o fortalecimento destas relações (MAUSS, 2001; MAUSS, 2003; GODBOUT, 1998; GODBOUT, 1999; GODELIER, 2001). Apresentar a percepção de que as relações nesta dimensão social se fortalecem e se ampliam a partir da solidariedade (FRANÇA; FILHO; LAVILLE, 2004; MARTINS, 2002; PIRES, 2003). Perceber como pilares que sustentam a organização o envolvimento dos atores sociais que participam do entorno organizacional estudado, seu comprometimento com o sucesso do projeto e a presença constante de uma liderança que converge e que representa a organização.

Na análise de uma ONG que atua no campo da educação, Pinheiro (2003) concluiu que a interação entre os princípios da concepção substantiva da economia gerava a real sustentabilidade da organização. O trabalho de Pinheiro (2003) é pioneiro ao consubstanciar numa pesquisa teórico-empírica o conceito de Sustentabilidade Social.

Este estudo segue o caminho traçado por aquele autor, busca dar uma continuidade na sua proposta, entretanto, quer ampliar o conhecimento a partir da investigação de uma organização diferente, que possui características particulares, com sua atuação no campo social, no processo de recuperação de pessoas que sofrem com a dependência do álcool e das drogas. A organização objeto deste estudo tem, também, uma configuração de estrutura diferenciada, pois não possui dentre os membros que atuam direta ou indiretamente no seu cotidiano funcionários contratados. Possui um grupo de colaboradores voluntários vivendo junto às

peças em processo de recuperação e recebe intensa participação voluntária. Tem consolidado relacionamento com diversos grupos de apoio e com pessoas que disseminam seus objetivos, de onde obtém constante apoio para a organização.

O fortalecimento da sustentabilidade econômica de uma instituição que não conta com recursos de forma estruturada, sejam públicos ou privados, depende da sua capacidade de se articular junto à sociedade civil, a partir de um processo de organização e busca de autonomia. Esta dimensão social da sustentabilidade é refletida pela habilidade, pela inovação e agilidade da instituição em dar respostas para a sociedade e, principalmente, por sua capacidade de ser catalisadora dos anseios e da participação coletiva em busca do benefício comum, da solidariedade e do compromisso das pessoas que atuam em seu entorno.

Este cenário é favorável para a aplicabilidade da problemática de pesquisa, desenvolvida na seção seguinte.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Para este trabalho, define-se como problemática central o seguinte questionamento:

Qual visão econômica permite compreender o processo de sustentabilidade de uma Organização Não-Governamental?

1.3 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar como uma organização não-governamental, no caso estudado o Mosteiro Monte Carmelo, viabiliza sua sustentabilidade a partir dos princípios da concepção substantiva da economia.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Formular um quadro de análise incorporando as dimensões e os elementos característicos para o estudo;
- b) Identificar os atores sociais que participam na organização e no seu entorno;
- c) Analisar como os princípios da concepção substantiva da economia se manifestam no cotidiano da organização;
- d) Examinar o processo de mobilização dos atores sociais na busca da sustentabilidade da organização;
- e) Analisar como o Mosteiro Monte Carmelo alcança sua sustentabilidade.

1.4 JUSTIFICATIVAS TEÓRICA E PRÁTICA

1.4.1 Justificativa Teórica

Diversos trabalhos apresentados durante os últimos anos têm focado principalmente a dimensão econômico-financeira da sustentabilidade das ONGs. Pinheiro (2003) menciona que existem lacunas teóricas sobre a dimensão social da sustentabilidade, mas, vários autores no campo da Administração têm lançado mão de dimensões sociais importantes para observar o processo de gestão das ONGs.

A proposta deste trabalho é avançar no entendimento de aspectos importantes na relação de uma organização que atua no resgate social dos indivíduos que a procuram e que por ela são acolhidos e o entorno social que a envolve. Identificar como esta relação influencia o seu processo de gestão interna e de relacionamento com a sociedade. Ainda, avançar na compreensão do processo de participação social e de solidariedade advinda da relação com a comunidade que participa na promoção, ampliação e sustentabilidade do projeto e perceber como é construído o vínculo social.

Para que isso seja possível é necessário avaliar a relação comunidade e organização que atua no campo social. Serva (1993) aborda o conceito de organizações substantivas, que surgem com maior intensidade a partir dos anos setenta do século XX e crescem pela força da espontaneidade dos ideais e princípios que unem indivíduos em torno de ações conjuntas, determinando, assim, práticas sócio-organizacionais diferenciadas das realizadas por organizações essencialmente burocráticas.

Segundo Caillé (2002b, p. 204) “o primeiro passo da solidariedade é aquele pelo qual os homens se reconhecem membros da mesma sociedade, da mesma *politie* e, neste sentido, têm a obrigação de olharem uns pelos outros”. Esta percepção de co-responsabilidade permite a criação do vínculo social e, com isso, o fortalecimento da relação entre os atores sociais em torno da causa pela qual atuam. A criação de um ambiente que possibilita o avanço do compromisso entre estes atores permite o desenvolvimento de ações em torno da sustentabilidade das organizações que atuam no campo social. É um processo de reforço tanto da participação social quanto da organização e gestão interna em torno de objetivos comuns.

A análise deste ambiente em que a organização está inserida e as relações estabelecidas entre os diversos atores sociais são focalizadas neste trabalho sob a ótica do conceito de concepção substantiva da economia apresentada por Karl Polanyi (1957), o que implica em observar as relações de forma distinta do que se usualmente se faz. Permite que se conceba a economia de forma mais ampla daquela que a reduz ao princípio mercantil, às relações de trocas entre os agentes econômicos, aqui apresentados como atores sociais, daí a necessidade de se abordar a economia na sua pluralidade de conceitos como ciência social.

A partir das práticas administrativas das organizações substantivas, percebidas mediante a observação de uma racionalidade diferente da formal e funcionalista, Serva (1997) apresenta processos organizacionais e alguns deles são avaliados neste trabalho, juntamente com teorias da dádiva e da concepção substantiva da economia e seus princípios de integração. Este referencial pode promover uma forma diferente de se perceber as organizações que atuam no Terceiro Setor e auxiliar outras organizações sociais a entender suas práticas de

gestão, bem como atores sociais a compreenderem seus papéis e influência no cotidiano das organizações em que participam.

Tem o intuito, também, de ampliar o entendimento dos fundamentos da sustentabilidade, focalizando a sua dimensão social, a partir do estudo de uma organização voltada para o campo social e que tem crescido e se fortalecido desde sua criação. Espera-se, portanto, que venha a contribuir para o estudo organizacional e da gestão de ONGs, tão presentes no momento atual e que tem importante papel na economia mundial e nacional.

1.4.2 Justificativa Prática

Além do aspecto teórico, espera-se que este trabalho também possa possibilitar aos gestores de organizações que atuam no Terceiro Setor a percepção da importância do entorno social como fator de sustentabilidade. Seja na relação econômica, entendida de forma mais ampla, seja na participação dos diversos atores sociais no cotidiano da organização. Participação que não se restringe somente ao processo de captação dos recursos necessários à sua manutenção e crescimento, mas, sobretudo, na dimensão social do projeto e que envolve estes atores na promoção de sua sustentabilidade.

O estudo tem, também, a finalidade de contribuir para a estratégia de aperfeiçoamento das práticas de gestão nas ONGs que atuam no resgate social das pessoas, como ocorre no Mosteiro.

Ao inserir a dimensão social da sustentabilidade no cotidiano dessas organizações surge a oportunidade de um avanço no diálogo aberto e inclusivo com as partes interessadas. Este trabalho possibilita incluir na dinâmica organizacional processos de mobilização social e ações que promovam o fortalecimento do relacionamento com os diversos atores que contribuem para a manutenção, crescimento e alcance social dessas instituições.

A relação dos atores sociais que integram a organização analisada se dá de forma voluntária, não havendo nenhum vínculo empregatício. O sucesso de uma atividade voluntária está diretamente relacionado à motivação do ser humano. Este

estudo, também, inclui o propósito de contribuir com esta organização no sentido de subsidiá-la com os resultados da análise do seu entorno organizacional e assim identificar potenciais oportunidades para um processo de comunicação mais eficiente e constante de forma a evoluir na sua sustentabilidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo expõe as bases teóricas sobre as quais o trabalho é constituído e traz subsídios para a elaboração e entendimento do assunto pesquisado e de conceitos relevantes para este estudo.

A primeira seção explana o campo de pesquisa situando o processo de formação do Terceiro Setor, as origens, o processo de crescimento e o papel das Organizações Não-Governamentais num cenário de transformações dos agentes econômicos e sociais.

Na segunda seção apresenta-se os autores e os conceitos centrais da pesquisa, como Marcel Mauss e a Dádiva, Karl Polanyi e a Concepção Substantiva da Economia, Guerreiro Ramos e a abordagem substantiva das organizações, a Sustentabilidade Social e a Economia Plural, com a finalidade de situá-los no contexto do trabalho.

2.1 O TERCEIRO SETOR E AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

O termo Terceiro Setor tem sido muito utilizado no Brasil e, por vezes, tem sido confundido com o setor terciário da economia, aquele que compreende as atividades econômicas de comércio e de prestação de serviços com fins lucrativos.

De uma tradução direta do conceito norte-americano de *Third Sector*, o conceito de Terceiro Setor aqui representa o segmento das organizações privadas sem fins lucrativos que surgem com a finalidade de atendimento às questões públicas, como saúde, assistência social, educação, meio-ambiente, dentre outras.

Para Liesenberg (2006, p. 1):

A expressão Terceiro Setor denomina um campo formado por atividades que falam em nome do interesse público, sem fins lucrativos e desenvolvidas pela sociedade civil. O setor inclui ações realizadas por diferentes tipos de organizações e associações civis e não governamentais, movimentos sociais, formas tradicionais de ajuda mútua, além de iniciativas isoladas desenvolvidas pela população, e de investimentos filantrópicos de empresas privadas, mais recentemente ressignificados, por vezes, como ações de “responsabilidade social”.

De acordo com Falconer (1999), houve um processo de transformação no papel do Estado e do Mercado, e na forma de participação do cidadão na esfera pública, o que provocou uma expansão no conceito de público, não simplesmente como sinônimo de estatal: “público não-estatal”. O conceito de Terceiro Setor surge como aglutinador das idéias que possibilitaram a mobilização em torno das reivindicações das organizações que atuavam no campo social e como espaço de reflexão e ação coletiva.

Andion (2001, p. 3), apresenta que:

No Brasil, o termo Terceiro Setor é bastante utilizado para caracterizar as organizações que atuam no domínio social (Fernandes, 1994; Salamon, 1998; Fisher; Falconer, 1998). Tal definição refere-se à natureza destas organizações que não pertencem ao aparelho burocrático do Estado e nem ao conjunto das empresas privadas e demais instituições que compõem a economia de mercado. Portanto, cabem nesta definição um conjunto vasto de organizações que vão desde as ONGs, institucionalmente representadas pela ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, passando pelas Fundações Empresarias e Institutos, que hoje constituem o GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, somando 57 instituições que realizam investimento social voluntário e sistemático, e incluindo também as Organizações Populares, oriundas de iniciativas das comunidades, as Cooperativas, as Mutuais e os Organismos Internacionais de Cooperação, que atuam como parceiros dos organismos locais e financiam inúmeros projetos no país.

Segundo Fernandes (1997), o termo ONG se origina a partir do termo em inglês *Non Governmental Organization* – NGO, que foi introduzido oficialmente pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1950, e definia como “a organização que não é estabelecida por acordos governamentais”, ou seja, qualquer organização sem vínculo governamental e sem fins lucrativos. Para o autor, com a formulação de programas de cooperação internacional, estimulados pela ONU, nas décadas de 1960 e 1970 ampliou-se o número de ONGs que visavam a promoção de projetos de

desenvolvimento para países do “Terceiro Mundo”, fomentando o surgimento de novas ONGs no hemisfério sul. Para ele, no Brasil, “o termo está mais associado a um tipo particular de organização surgida no âmbito do sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento, em uma época de embates ideológicos internacionais e num período de autoritarismo no país, o que resultou numa ênfase na dimensão política das ações” (FERNANDES, 1997, p. 26).

Juridicamente estas organizações podem ser constituídas como associações civis ou fundações, mas no Brasil, também conceito de Organização Não-Governamental – ONG, tem sugerido confusão na sua utilização. Este conceito não existe no direito civil brasileiro, porém, de forma incorreta, é amplamente utilizado para representar as organizações que atuam em atividades de assistência social, educacionais, de defesa dos direitos, enfim aquelas que compreendem o terceiro setor.

Do ponto de vista histórico, de acordo com o Relatório Geset (2001) a origem da participação das entidades sem fins lucrativos no Brasil foi a partir do final do século XIX. Entretanto, desde o início do período colonial a Igreja Católica teve um papel preponderante na formação de instituições que atuavam diretamente no atendimento às pessoas mais carentes, mediante o apoio do Estado. Durante o início do século XX, outras religiões passaram também a atuar no campo da filantropia nesta associação com o Estado.

O processo de formação e consolidação das ONGs que atuam hoje no Brasil teve início nas décadas de 60 e 70 (século XX), período marcado pelas restrições político-partidárias impostas pelos governos militares, e se acentuaram nos anos 80 e 90, período em que se fortaleceram e tiveram um papel mais relevante no processo de mobilização social, de certa forma tornando-se “catalisadoras dos movimentos e aspirações sociais e políticas da população brasileira” (RELATÓRIO GESET, 2001, p. 6).

O declínio do período ditatorial no país e a participação popular em torno da elaboração da Nova Constituição possibilitaram conquistas sociais e melhorias em torno dos direitos políticos. Como menciona Delgado (2004, p. 2) “a Constituição de 1988, que num amplo processo de mobilização social promoveu melhorias no que diz respeito ao aumento dos direitos de cidadania política e princípios da descentralização na promoção de políticas sociais”. Esse movimento, advindo de um

processo de pressão de grupos organizados, possibilitou que várias emendas com interesses populares fossem aprovadas.

Neste contexto, as ONGs passaram a ter um papel preponderante como forma de organização dos movimentos sociais e de grupos de interesse da sociedade organizada. Ampliaram sua atuação transformando-se em muitos casos em organizações de grande valor social, político e econômico (PINHEIRO, 2003).

A Figura 1, apresentada por Andion (2005, p. 83) e que, segundo a autora, resulta da análise a partir da noção de economia substantiva definida Karl Polanyi (1957) e nos conceitos de mundo de sistema e de mundo da vida, estabelecidos por Jurgen Habermas (1989), divide “as organizações que atuam no campo social em três grupos, tendo por base seus princípios de regulação e seus modos de ação particulares”.

Para Andion (2005) do primeiro grupo, da Economia Social, resultam as organizações que atuam com base na regulação do mercado, ou seja, a partir de trocas mercantis. Elas buscam lucros, que são compartilhados entre seus associados. O segundo grupo, apresentados como Financiadores, é formado por institutos, fundações empresariais e públicas, as ONGs internacionais e ainda as ONGs intermediárias entre os financiadores e a comunidade. São organizações que tem como objetivo o repasse e a redistribuição de recursos, públicos e privados, com vistas ao bem comum. No terceiro grupo estão as instituições formadas a partir de organização de a sociedade civil e que não tem fins lucrativos. Conforme a autora, neste terceiro grupo “predominam formas de regulação baseadas na reciprocidade, tais como o dom e voluntariado que, por sua vez, são indissociáveis das relações pessoais presentes na esfera comunitária” (ANDION, 2005, p. 84).

Um marco legal associado ao Terceiro Setor no Brasil foi a Lei nº. 9.790/99, promulgada em 1999 e que trata da qualificação das pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituindo a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

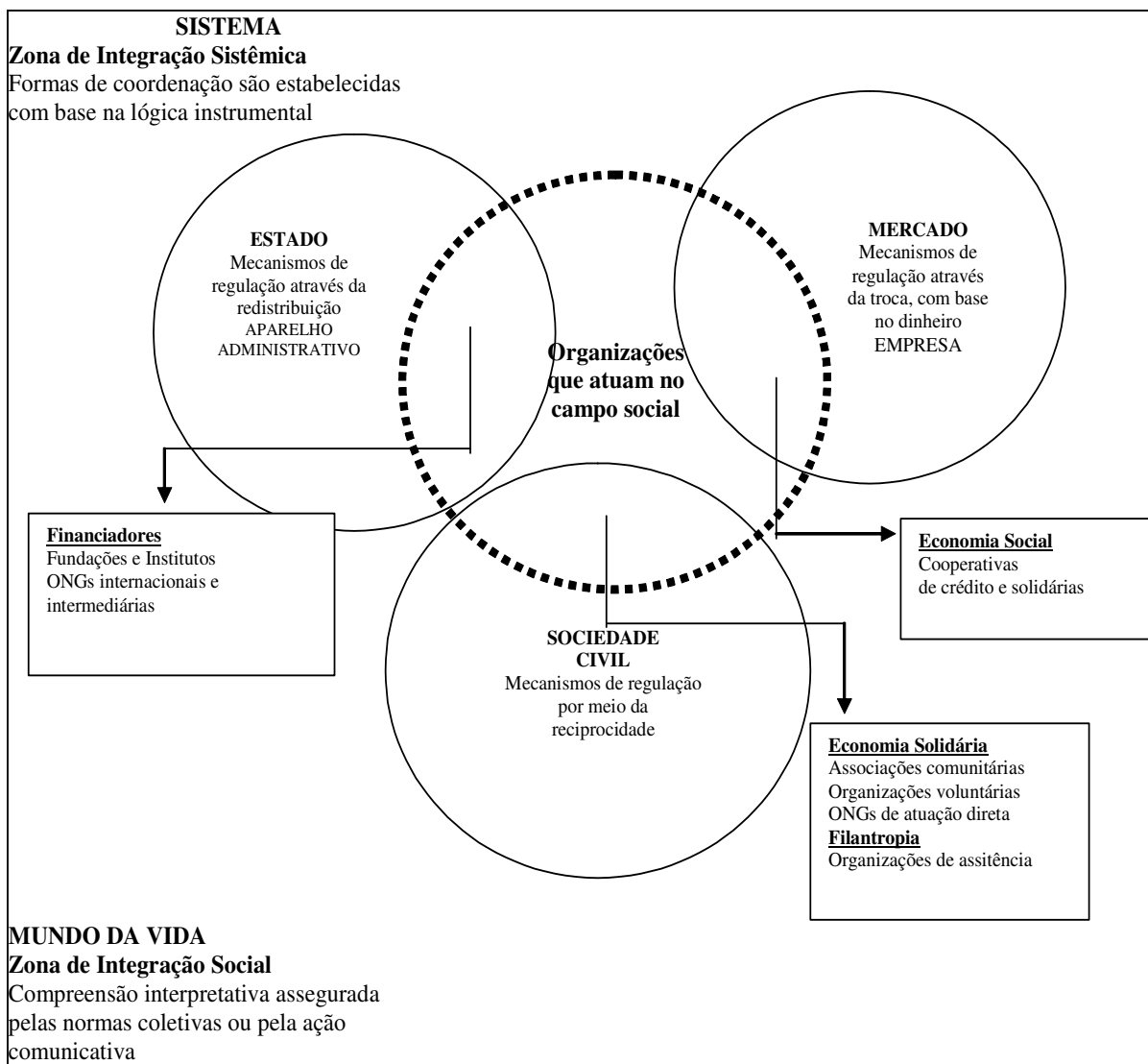


Figura 1 - As Organizações que Atuam no Campo Social e suas Interfaces
 Fonte: Andion (2005) adaptado de Sales (1991).

Segundo Landim e Scalom (2000), anteriormente a essa lei, uma outra já assinalava para novas regulamentações do campo: a Lei do Voluntariado, sancionada em 18 de fevereiro de 1998. Naquele momento houve o fortalecimento do Programa Comunidade Solidária – criado em 1995 e coordenado pela então primeira dama do país, Ruth Cardoso – que em novembro de 1997 lança o Programa Voluntários. Este foi um período em que diversas iniciativas da sociedade civil tiveram maior visibilidade, principalmente na forma de doações e na atuação voluntária, como abordam Landim e Scalom (2000, p. 12):

No Brasil é de repente, nos finais dos anos 90, que começa a aparecer uma inédita discussão sobre o 'trabalho voluntário' e a 'doação individual'. Um debate quase nada acadêmico e desenvolvido, sobretudo em campo fronteiro ao das próprias instituições privadas de ação social, de algumas agências governamentais e dos grupos do setor privado que vêm criando o novo campo do 'investimento social empresarial'. Se práticas que podem ser reconhecidas e enquadradas como doações e voluntariado sempre existiram na sociedade brasileira, elas raramente se constituíram como uma questão, da forma como está sendo agora construída e levada a público – como atestam, por exemplo, as freqüentes matérias na mídia sobre iniciativas individuais exemplares, campanhas de doação, páginas de internet de oferta e procura de voluntários, cursos de capacitação ou promoção do 'voluntariado empresarial' entre funcionários, lançamento de cartões de crédito de entidades não-governamentais, e por aí vai.

2.1.1 Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL

Com o objetivo de apresentar um retrato mais completo das instituições privadas sem fins lucrativos que atuam no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, apresentaram em novembro de 2004 o resultado do estudo intitulado “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002”.

De acordo com a apresentação do estudo, trata-se de um primeiro desenho de pesquisa que é submetida ao público, resulta da parceria entre órgãos públicos e da sociedade civil. Foi desenvolvido a partir dos dados contidos no Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRES, o que permitiu uma abordagem ampla das instituições cadastradas e, pelo conjunto das competências das instituições envolvidas no trabalho, pretende ser um referencial e subsidiar futuros trabalhos na área.

Este trabalho apresentou uma nova sigla para as instituições privadas sem fins lucrativos que atuam no Brasil que foi a de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL. De acordo com o documento, a proposta de identificação e de classificação das FASFIL no Brasil, seguiu uma metodologia e critérios internacionais com o intuito de possibilitar a comparação com estudos feitos fora do país. A metodologia segue a elaborada por equipe da Universidade Johns

Hopkins e pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, com o intuito de possibilitar a comparação com estudos feitos internacionalmente. Para pertencer ao universo das FASFIL, as organizações devem ser: privadas; sem fins lucrativos, ou seja, que não distribuem excedentes entre proprietários ou diretores; institucionalizadas; auto-administradas; e voluntárias, podendo ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas.

Comentando a respeito do novo termo, Landim (2005, p. 78), comenta que:

A novidade da expressão – em si mesma neutra descritiva e formal – e do conjunto por ela construído reflete o consenso a que se chegou nessa parceria também original que compreende, entre pesquisadores e pesquisadoras, associações e as próprias bastante envolvidas, nos últimos anos, nas disputas por nomes e sentidos que freqüentam os espaços públicos em que atuam.

O estudo apresenta um perfil relativo ao ano de 2002 e o seu crescimento entre os anos de 1996 e 2002, uma vez que eram os dados disponíveis no CEMPRE, e eram referentes ao primeiro ano de sua divulgação aos últimos dados disponíveis, respectivamente.

Aqui são apresentados alguns dados relevantes e que resultaram deste estudo que, segundo os organizadores da pesquisa, tem o propósito de apoiar no entendimento de alguns questionamentos que têm sido feitos a respeito das instituições da sociedade civil, dentre eles: Qual tem sido o grau de organização das instituições da sociedade civil? O que fazem as organizações da sociedade na formulação, no controle ou na execução de políticas públicas? Quais as características dessas entidades?

Entre 1996 e 2002, o número de FASFIL cresceu de 107 mil para 276 mil entidades. Essa ampliação, de 169 mil novas organizações, correspondeu a um crescimento de 157% no período, como demonstra a Tabela 1. O estudo apresenta essas 275.895 FASFIL, em 2002, em dez classificações e respectivos subgrupos: (1) habitação; (2) saúde; (3) cultura e recreação; (4) educação e pesquisa; (5) assistência social; (6) religião; (7) associações patronais e profissionais; (8) meio ambiente e proteção animal; (9) desenvolvimento e defesa de direitos; (10) outras.

De acordo com o estudo, o crescimento não ocorreu de forma homogênea entre todas as áreas de atuação das organizações. Esse crescimento acompanha a

tendência observada nos itens anteriores a partir das entidades cadastradas em 2002. No grupo de meio ambiente e no de desenvolvimento e defesa dos direitos, as entidades mais do que quadruplicaram nesses seis anos. As associações patronais e profissionais aumentaram em três vezes e meia, passando de 13 mil entidades, em 1996, para 45 mil, em 2002. Neste grupo, destacam-se as associações de produtores rural que, no decorrer deste período, aumentaram em cinco vezes e meia: passando de 4 mil, em 1996, para 25 mil, em 2002 (Tabela 1).

Nos demais grupos, as entidades praticamente tiveram um acréscimo em dobro do número de organizações no período. No grupo saúde, entretanto, houve um crescimento relativamente inferior ao observado nas outras áreas de atuação das FASFIL, aumentando apenas em somente 56%.

Segundo o estudo, esse expressivo crescimento verificado em algumas áreas, apesar de ter ocorrido em grupos que contam com proporcionalmente menos organizações, afetou a estrutura geral da distribuição das entidades por finalidades. As entidades religiosas, por exemplo, ainda que permaneçam como o grupo que apresenta o maior número, diminuíram sua participação relativa, passando de 30% do total das FASFIL, em 1996, para 26%, em 2002. Houve crescimento na participação das entidades de desenvolvimento e defesa de direitos, que subiram da quinta posição (10%) para a segunda (16%), e as associações patronais e profissionais – que passaram da quarta (12%) para a terceira posição (16%) no período em análise.

Na área de assistência social houve um crescimento de 131% no período, passando de 13.953 para 32.249 entidades, entretanto, a participação relativa decresceu de 13 para 11%. Conforme o estudo, neste grupo estão incluídas as entidades voltadas para o atendimento de grupos específicos da população (crianças, adolescentes infratores, idosos, pessoas com deficiência, dentre outros).

De acordo com as conclusões do estudo, as FASFIL são, em sua grande maioria, pequenas organizações. Do total de entidades cadastradas, 77% delas não possuem qualquer empregado e somente 7% conta com 10 ou mais assalariados. Isto demonstra que há uma grande concentração da mão-de-obra em poucas organizações.

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos				
	1.996		2.002		Variação Percentual (%)
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	
Total	107.332	100,0	275.895	100,0	157,0
Habitação	144	0,1	322	0,1	123,6
Habitação	144	0,1	322	0,1	123,6
Saúde	2.437	2,3	3.798	1,4	55,8
Hospitais	1.578	1,5	2.009	0,7	27,3
Outros serviços de saúde	859	0,8	1.789	0,6	108,3
Cultura e recreação	17.422	16,2	37.539	13,6	115,5
Cultura e arte	3.543	3,3	10.645	3,9	200,5
Esportes e recreação	13.879	12,9	26.894	9,7	93,8
Educação e pesquisa	8.175	7,6	17.493	6,3	114,0
Educação infantil	1.390	1,3	2.801	1,0	101,5
Ensino fundamental	3.152	2,9	7.968	2,9	152,8
Ensino médio	1.011	0,9	1.322	0,5	30,8
Educação superior	819	0,8	1.656	0,6	102,2
Estudos e pesquisas	711	0,7	1.817	0,7	155,6
Educação profissional	296	0,3	244	0,1	(17,6)
Outras formas de educação/ensino	796	0,7	1.685	0,6	111,7
Assistência social	13.953	13,0	32.249	11,7	131,1
Assistência social	13.953	13,0	32.249	11,7	131,1
Religião	32.035	29,8	70.446	25,5	119,9
Religião	32.035	29,8	70.446	25,5	119,9
Associações patronais e profissionais	12.660	11,8	44.581	16,2	252,1
Associações empresariais e patronais	1.756	1,6	3.533	1,3	101,2
Associações profissionais	6.492	6,0	16.151	5,9	148,8
Associações de produtores rurais	4.412	4,1	24.897	9,0	464,3
Meio ambiente e proteção animal	389	0,4	1.591	0,6	309,0
Meio ambiente e proteção animal	389	0,4	1.591	0,6	309,0
Desenvolvimento e defesa de direitos	11.214	10,4	45.161	16,4	302,7
Associação de moradores	3.334	3,1	14.568	5,3	337,0
Centros e associações comunitárias	5.325	5,0	23.149	8,4	334,7
Desenvolvimento rural	267	0,2	1.031	0,4	286,1
Emprego e treinamento	127	0,1	388	0,1	205,5
Defesa de direitos de grupos e minorias	1.534	1,4	4.662	1,7	203,9
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	627	0,6	1.363	0,5	117,4
Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	8.903	8,3	22.715	8,2	155,1
Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	8.903	8,3	22.715	8,2	155,1

Tabela 1 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, em números absolutos e relativos e variação percentual, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos – Brasil 1996-2002
 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 1996-2002.

Avaliando os dados apresentados na pesquisa, e que podem ser observados no Tabela 2 abaixo, Landim (2005, p. 81) comenta que:

As FASFIL existentes em 2002 são recentíssimas, ou seja, 170 mil – quase 62% entre elas – foram criadas a partir da década de 1990: em 2002, tinham no máximo 11 anos de existência. Apenas 4% desse universo nasceu antes da década de 1970: são também as maiores, as mais sólidas e as menos “associativas” (hospitais, escolas e universidades).

A pesquisa apresenta que o ritmo de crescimento aumenta década após década. As entidades criadas na década de 1980 apresentaram um crescimento em termos totais em 47%, mas na década de 1990 este crescimento foi de 125%. No grupo das entidades de assistência social, o crescimento na década de 1980 foi de 48% e na década de 1990 foi de 91%. Para Landim (2005), o que pode se deduzir deste ritmo de crescimento é que o número de FASFIL que nascem é acelerado, uma vez que não há condições, pelos dados apresentados na pesquisa, de se saber a taxa de mortalidade destas entidades.

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Total	Data de Criação				
		Até 1970	De 1971 a 1980	De 1981 a 1990	De 1991 a 2000	De 2001 a 2002
Total	275.895	10.998	32.858	61.970	139.187	30.882
Habitação	322	5	9	176	121	11
Habitação	322	5	9	176	121	11
Saúde	3.798	892	648	662	1.265	331
Hospitais	2.009	778	424	342	384	81
Outros serviços de saúde	1.789	114	224	320	881	250
Cultura e recreação	37.539	1.916	6.642	10.792	14.992	3.197
Cultura e arte	10.645	361	1.023	2.395	5.538	1.328
Esportes e recreação	26.894	1.555	5.619	8.397	9.454	1.869
Educação e pesquisa	17.493	1.468	2.226	3.237	8.839	1.723
Educação infantil	2.801	100	268	794	1.375	264
Ensino fundamental	7.968	599	944	1.268	4.558	599
Ensino médio	1.322	377	354	199	333	59
Educação superior	1.656	146	214	265	734	297
Estudos e pesquisas	1.817	37	154	361	1.009	256
Educação profissional	244	40	65	39	74	26
Outras formas de educação/ensino	1.685	169	227	311	756	222
Assistência social	32.249	1.870	4.151	8.038	15.371	2.819
Assistência social	32.249	1.870	4.151	8.038	15.371	2.819
Religião	70.446	3.120	13.675	17.502	29.676	6.473
Religião	70.446	3.120	13.675	17.502	29.676	6.473
Associações patronais e profissionais	44.581	661	2.452	7.422	27.364	6.682

Tabela 2 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por data de criação, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos – Brasil – 2002 – Continua
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro de Empresas 2002.

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Total	Data de Criação				
		Até 1970	De 1971 a 1980	De 1981 a 1990	De 1991 a 2000	De 2001 a 2002
Associações empresariais e patronais	3.533	182	509	827	1.583	432
Associações profissionais	16.151	390	1.585	3.922	8.255	1.999
Associações de produtores rurais	24.897	89	358	2.673	17.526	4.251
Meio ambiente e proteção animal	1.591	17	66	226	968	314
Meio ambiente e proteção animal	1.591	17	66	226	968	314
Desenvolvimento e defesa de direitos	45.161	228	1.035	9.735	28.413	5.750
Associação de moradores	14.568	3	139	3.740	8.943	1.743
Centros e associações comunitárias	23.149	78	532	4.704	15.020	2.815
Desenvolvimento rural	1.031	22	39	209	644	117
Emprego e treinamento	388	4	22	55	222	85
Defesa de direitos de grupos e minorias	4.662	103	251	794	2.836	678
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1.363	18	52	233	748	312
Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	22.715	821	1.954	4.180	12.178	3.582
Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	22.715	821	1.954	4.180	12.178	3.582

Tabela 2 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por data de criação, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos – Brasil – 2002 – Continuação

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro de Empresas 2002.

Do ponto de vista de localização, a Tabela 3 apresenta que em 2002, 44% das FASFIL se encontram na Região Sudeste, sendo que em apenas dois Estados desta região, São Paulo (21%) e Minas Gerais (13%), aparecem próximo um terço das organizações existentes em todo o país. Esses percentuais guardam relação com a distribuição da população brasileira, pois 43% da população está no Sudeste, sendo um terço localizado naqueles dois Estados.

Existe uma similaridade entre o Nordeste e o Sul quanto ao número de entidades, pois em ambas as regiões existem número parecido de organizações, próximo de 60 mil cada. Entretanto, comparativamente à distribuição da população brasileira, é na Região Sul que se concentram proporcionalmente mais entidades, pois estão ali localizadas 23% das FASFIL, quanto à população nesta região encontra-se em 15% dos brasileiros.

Ainda de acordo com os dados apresentados na Tabela 3, no grupo das entidades de assistência social, a participação relativa da Região Sul é

significativamente maior comparando-se a população desta região, sendo que a presença na região está próxima de 32% das FASFIL.

Como é mencionado na sua conclusão, o estudo coordenado pelo IBGE constitui um primeiro, e importante passo para a análise das organizações privadas sem fins lucrativos no país. Permite uma visão geral a respeito destas organizações e que pode contribuir nos estudos destas entidades.

O crescimento do número das FASFIL, no Brasil, de acordo com o estudo do IBGE, é muito relevante. Segundo Motta (2007), do ponto de vista político, este crescimento resulta de fatores importantes de um período de redemocratização do país. Como fator econômico menciona a implantação dos princípios neoliberais que provocou uma diminuição do tamanho do Estado, privatizações e um cenário de maior abertura do mercado. Outro fator apresentado pelo autor é o redirecionamento do foco das agências financiadoras, que juntamente com os outros fatores provocou o aparecimento de novos atores sociais.

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	275.895	11.715	61.295	121.175	63.562	18.148
Habitação	322	4	98	121	86	13
Saúde	3.798	138	583	1.836	1.042	199
Cultura e recreação	37.539	968	4.614	16.628	13.438	1.891
Educação e pesquisa	17.493	705	3.747	8.269	3.476	1.296
Assistência social	32.249	897	4.718	14.386	10.235	2.013
Religião	70.446	2.985	9.167	41.195	11.426	5.673
Associações patronais e profissionais	44.581	3.618	16.547	11.766	9.225	3.425
Meio ambiente e proteção animal	1.591	101	190	807	365	128
Desenvolvimento e defesa de direitos	45.161	1.416	17.637	14.934	9.345	1.829
Outras fundações privadas e associações sem fins lucrativos não especificadas	22.715	883	3.994	11.233	4.924	1.681

Tabela 3 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por grandes regiões, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - 2002

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

O estudo do IBGE possibilita análises dos cenários em que as FASFIL cresceram no país e contextualiza a dimensão e importância destas instituições, além de situar a sua distribuição geográfica. Num novo contexto, permite compreender o papel do setor privado enquanto agente que proporciona recursos para o fortalecimento de diversos projetos de cunho social. De acordo com Motta

(2007, p. 1), para o setor privado “o setor social também passou a ser visto como uma possível área de investimento”.

Este é o cenário atual do Terceiro Setor no Brasil e, neste contexto, é que é avaliada uma instituição que atua neste campo com presença atuante no resgate social de pessoas que buscam se curarem da dependência do álcool e das drogas, problemas críticos da sociedade atual.

2.2 A DÁDIVA

2.2.1 Marcel Mauss e a Dádiva

Marcel Mauss (1872-1950) era sobrinho de Émile Durkheim e foi um antropólogo preocupado com a investigação social. Fournier (2003, p. 6), descreve Mauss “como um típico intelectual de sua época, que concentra todas as características de seu grupo, por sua trajetória social e escolar e por seus *habitus* de pesquisador e de militante socialista”. A grande contribuição de Marcel Mauss que marcou de forma duradoura a antropologia foi sua obra *Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, publicado inicialmente em 1923 em um dos principais periódicos da época, o francês *Année Sociologique*.

No “Ensaio sobre a dádiva” Mauss formulou uma das primeiras concepções teóricas das relações entre fenômenos econômicos e a totalidade das relações sociais. Apresenta a prática do *potlatch* ou dádiva, que pode ser demonstrada como uma troca material que se insere numa rede de prestígios e de símbolos incapaz de ser entendida simplesmente numa dimensão econômica.

A partir de estudos feitos por alguns antropólogos entre diversas tribos e comunidades primitivas, Mauss apresenta o “princípio do potlatch”, palavra que significa dom na linguagem *nootka*, que era constituído por rituais de esbanjamento e desafios entre os membros como meios de adquirir prestígio social. Nestes rituais eram feitas despesas e dádivas na competição pelo poder. Consistia em cerimônias em que um chefe distribuía propriedades e uma grande quantidade de riquezas a

um rival com o objetivo de humilhá-lo e desafiá-lo, e assim assegurar o estatuto social, uma vez que o que recebia tinha a obrigação moral de aceitar o que era doado.

Marcel Mauss constata que no potlatch havia um sistema de regulação social importante, que se baseava na obrigação de dar, receber e de retribuir. Nele apresentava-se a existência de um vínculo muito forte entre coisas e pessoas nas sociedades primitivas que ele analisou. Assim, quando se dava algo, dava-se também uma parte de si próprio, o que determinava uma obrigação de retribuição por parte de quem recebia. Para ele, estes rituais fortaleciam o vínculo naquelas sociedades e a dádiva deveria ser considerada como um fato social total.

De acordo com Serva (2001), Mauss estudou a prática de dar e receber presente entre as diversas tribos, clãs e outros grupos sociais com duplo objetivo. Um desses objetivos refere-se “à compreensão da natureza dessas transações humanas em sociedades diferentes da nossa, chegando a conclusões morais e econômicas”. O outro, indica a necessidade de:

voltar-se para nossa própria sociedade, constatando que essa moral e essa economia ainda funcionam nas sociedades modernas de maneira constante, ensejando a inferência de conclusões morais sobre alguns problemas colocados pela crise do nosso direito e da nossa economia (SERVA, 2001, p. 138).

Para Serva, o estudo de Mauss é de natureza reflexiva, uma vez que avalia o outro em perspectiva e, assim, conduz a reflexão sobre si, “a análise do *outro* pode nos ajudar a pensar sobre nós mesmos” (SERVA, 2001, p. 138). Para o autor, Mauss aplica um método comparativo e elege como problema básico de pesquisa o ensaio na busca da identificação do que leva as pessoas a retribuir a dádiva recebida. Nesta busca, Mauss compreende que essa relação é muito mais do que simplesmente econômica, ou seja, de troca.

Há, naqueles contextos, o envolvimento das pessoas, o estabelecimento de alianças e a criação do vínculo social, político e econômico. Há, também, a demarcação de fronteiras e de espaços de poder e, neste sentido, podem ser entendidos como “fenômenos totais”, que envolvem ao mesmo tempo diversas instituições: religiosas, jurídicas, econômicas (SERVA, 2001, p. 138).

Serva (2001) apresenta um quadro com conclusões a respeito dos estudos de Mauss. Essas conclusões são demonstradas no Quadro 1. Para ele, a grande contribuição de Mauss para a ciência social foi apresentar o conceito de fato social total. O entendimento deste conceito, da totalidade dos fatos, da inteireza da dinâmica das relações e da criação do vínculo social possibilita entender como as relações sociais atuais acontecem e, também, compreendê-las a partir dos povos estudados por Mauss.

Conclusões de moral	Conclusões de sociologia e de economia política	Conclusões de sociologia geral e de moral
"O sistema de prestações totais constitui o mais antigo sistema de direito e de economia. Ele forma o fundo do qual destacou-se a moral da dádiva-troca."	"A economia da dádiva-troca não pertencia ao quadro do utilitarismo."	"As sociedades progrediram na medida que elas mesmas, seus subgrupos e, enfim, seus indivíduos aprenderam a estabilizar suas relações, a dar, receber e, enfim, retribuir."
"Uma parte considerável de nossa moral e de nossa vida continua estacionada na atmosfera da dádiva, da obrigação e da liberdade misturadas. A dádiva não retribuída inferioriza aquele quem a aceitou."	"Interesse e desinteresse, numa relação complexa, explicam a forma de circulação de riquezas e da circulação arcaica dos signos de riqueza que as seguem. As pessoas eram interessadas, mas de uma forma muito diferente das de nossa época."	"Foi assim que o clã, a tribo, os povos, aprenderam - e é assim que, amanhã, em nosso mundo civilizado, as classes e as nações, bem como os indivíduos, devem aprender a opor-se sem massacrar-se e a dar-se sem sacrificarem-se uns aos outros. Este é um dos segredos de sua sabedoria e solidariedade."
	"Foram nossas sociedades ocidentais que, muito recentemente, fizeram do homem um 'aminal econômico'."	

Quadro 1 - Algumas Conclusões do Estudo de Mauss

Fonte: Serva (2001, p. 139).

2.2.2 O Fato Social Total

Os estudos feitos por Mauss trouxeram o conceito de fato social total. Para ele, "Todos estes fenômenos são, a um tempo, jurídicos, econômicos, religiosos, e

mesmo estéticos, morfológicos, etc.” (MAUSS, 2003, p. 191) e acrescenta que “foi considerando o conjunto que pudemos perceber o essencial, o movimento do todo, o aspecto vivo, o instante fugitivo em que a sociedade, em que os homens tomam consciência sentimental de si próprios e de sua situação frente a frente com o próximo (MAUSS, 2003, p. 193).

Para Brumana (1983), há em Mauss uma constante busca para o entendimento de significado nos fenômenos sociais, isto porque para ele estes acontecimentos não se esgotam em si mesmos, mas expressa uma realidade social e se manifesta a partir de símbolos, sinais, ícones, sons, gestos, ações e de outras formas mais. Para o autor, em Mauss a possibilidade de entendimento da realidade social requer uma postura que afaste do investigador social uma “atitude desagregante e atomista” e a investigação social deve ser construída e não simplesmente “fotografada”. Deve levar em conta toda a complexidade da realidade que se estuda, sem se preocupar simplesmente uma atitude de sistematização sociológica.

Brumana (1983) destaca que a realidade social em Mauss é condicionada por três critérios epistemológicos. O primeiro é a ótica pela qual hoje em dia a sociedade vê, compreende e classifica sociedades diferentes das atuais. Outro critério é que “todo o fato social é parte de uma totalidade, é um fato de uma sociedade total, com uma especificidade própria e diferente, um “estilo” que impregna cada um de seus momentos”. Por último, “cada fato social compromete, ao mesmo tempo, todas e cada uma das instâncias teoricamente distinguíveis.” É, portanto, um “fato social total”, que se apresenta em formas distintas, mas que fundamentalmente evidencia “caráter totalizante e concreto do social” e que exige da “investigação sociológica procedimentos que transcrevam esse caráter”.

Lanna (2000, p. 176) destaca que para Mauss, a dádiva representava um ato ao mesmo tempo espontâneo e obrigatório, e o seu estudo: “permitiria à sociologia a superação relativa de dualidades profundas do pensamento ocidental, entre espontaneidade e obrigatoriedade, entre interesse e altruísmo, egoísmo e solidariedade, entre outras”. Esta superação possibilita entender a dimensão da dádiva também nas sociedades modernas. Todo o simbolismo que carrega os atos de dar e receber e o vínculo que se cria entre doadores e quem recebe a dádiva.

Neste sentido, Martins (2004) menciona que a contribuição dos estudos de Mauss para a economia das sociedades modernas é relevante, pois possibilita, pela compreensão das práticas analisadas nas sociedades antigas, o entendimento de como a dívida intervém em relações inexplicáveis pelo simples princípio da troca mercantil.

De acordo com Serva (2001, p. 145):

Mauss justificou a expressão 'fato social total' pela afirmação de que os processos de dar/receber/retribuir por ele estudados punham em movimento a totalidade de uma dada sociedade e de suas instituições ou, ainda, um grande número de instituições.

Essa totalidade dos fatos sociais se manifesta no envolvimento de diversas pessoas e de instituições que trabalham em projetos sociais. Para isso é necessário entender como a dívida se manifesta nas sociedades atuais, como pode ser compreendida e como pode ser instrumento de ligação entre as pessoas.

Na trilha de Marcel Mauss, surgiu o Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais – MAUSS. Criado por intelectuais franceses, em 1981, o MAUSS propõe-se a discutir os fundamentos filosóficos e antropológicos da teoria econômica. Desde o surgimento, Alain Caillé está à frente do movimento. Para os autores que participam do MAUSS algumas idéias e a postura de Marcel Mauss são entendidas como uma espécie alternativa ao processo de determinismo econômico. Esses intelectuais não sugerem inocentemente a eliminação do capitalismo, apontando a desconstrução da hegemonia do mercado. Fazem críticas a busca do resultado financeiro como fim principal e, valorizam, em contrapartida, a cooperação e a doação, portanto, a dívida.

A seção que se segue trata sobre a atualidade da dívida referenciando alguns autores que seguem a partir do trabalho de Marcel Mauss e outros que estão diretamente ligados ao MAUSS.

2.2.3 A Atualidade da Dádiva

O ser humano é um ser essencialmente social dada a sua necessidade dos outros para ser e sobreviver. Desta necessidade surgem as relações de convivência, de acolhimento do outro, de apoio e de trocas. Surgem os vínculos entre os indivíduos motivados por estas necessidades e daí o conceito de sociedade.

Mesmo nas sociedades em que há a predominância das relações de trocas mercantis surgem novas formas de relações motivadas pela solidariedade com aqueles que necessitam de apoio e que não são estabelecidas por critérios comerciais. A dádiva mostra-se presente e cresce na medida em que existe envolvimento com a necessidade do outro.

Godbout (1998, p. 51) apresenta um questionamento a respeito da motivação da dádiva:

Por que se dá? Se admitirmos o que precede, a resposta é simples: para se ligar, para se conectar à vida, para fazer circular as coisas num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que se pertence a algo mais vasto, particularmente a humanidade, cada vez que se dá algo a um desconhecido, um estranho que vive do outro lado do planeta, que jamais se verá. Por isso eu dizia que a dádiva é o que circula a serviço do laço social, o que o faz aparecer, o alimenta. Desde os presentes para os amigos e familiares até a doação por ocasião de grandes catástrofes naturais, a esmola na rua, a doação de sangue, é fundamentalmente para sentir essa comunicação, para romper o isolamento, para sentir a própria identidade. Daí o sentimento de poder, de transformação, de abertura, de vitalidade que invade os doadores, que dizem que recebem mais do que dão, e muitas vezes do próprio ato de dar. A dádiva seria, então, um princípio consubstancial ao princípio vital, aos sistemas vivos.

A dádiva está, portanto, a serviço do vínculo social, da associação entre as pessoas. E este vínculo é fator importante para que as relações se estabeleçam de forma duradoura. Para Godbout (1999, p. 99) é necessário entender a distinção entre a dádiva e o vínculo em si, ela “está a serviço do vínculo, ela não é todo o vínculo”. Ela não se resume ao que se é dado, mas transcende o que se dá e reflete, sobretudo, o sentimento, o motivo pelo qual se dá. Tem um caráter associativo e, para Caillé (2002b, p. 191), “entrar em associação é, antes de tudo, disponibilizar seu tempo e sua pessoa”, o que reflete, também, a natureza e a importância do ato de dar, a dimensão de totalidade da dádiva apresentada por Marcel Mauss.

Também, alimenta uma relação que não se limita ao momento da doação. Reflete um sentimento e uma forma de agir em relação ao outro e possibilita o fortalecimento destas relações. Para Godbout (1999, p. 197) “a dádiva conserva o vestígio dos relacionamentos anteriores, para além da transação imediata. Ela tem memória ao contrário do mercado, que só observa do passado o preço, a memória do vínculo entre as coisas, e não do vínculo entre as pessoas”.

Um outro aspecto importante apresentado por Godbout (1999) é que a dádiva não se restringe a um bem em si, não se resumindo também àqueles que podem dar coisas. O caráter moderno da dádiva se expande para além dos bens doados e, portanto, pessoas de qualquer classe social participam dessa dádiva moderna, não simplesmente de forma material e monetária, mas também pela da doação de tempo, seja a partir de atividades de escuta, de visitas e acompanhamento de pessoas que carecem de ajuda. Muitas vezes a dádiva é feita ocultamente ou de forma anônima. Quem recebe, por vezes, não conhece quem doa.

Quando não há relacionamento entre as pessoas ou quando existe isolamento, ocorre uma perda de equilíbrio entre as relações humanas. Este desequilíbrio provoca a perda de confiança e compromisso, sendo que as regras de convívio ficam fragilizadas e menos transparentes. Aumenta a insegurança do convívio social. Ao contrário, quando as relações de solidariedade são estabelecidas há um processo de aproximação das pessoas, seja pelas relações de trocas, seja nas relações motivadas pela dádiva e este movimento aproxima os indivíduos (GODBOUT, 1999).

Para Godelier (2001), a dádiva existe em toda parte apesar de não se refletir da mesma maneira em todos os lugares. Nas sociedades ocidentais, com o aumento das pessoas que são excluídas das relações mercantis pela ausência de condições de acesso, há o ressurgimento do dom, da dádiva sem interesse. A manifestação de solidariedade entre os indivíduos possibilita o fortalecimento das relações sociais pela aproximação e pela partilha proporcionada pela dádiva entre as pessoas. Para ele “se existe uma força na coisa, é essencialmente a da relação que continua ligá-la à pessoa daquele que a deu. [...] Aceitar um dom é mais que aceitar uma 'coisa', é aceitar que aquele que dá exerça direitos sobre aquele que recebe” (GODELIER, 2001, p. 68).

Caillé (2002a) desenvolve a análise do dom a partir de diversos contextos sociais, das inter-relações existentes entre os indivíduos e que, de certa, forma os transformam em atores sociais que se envolvem e se inserem pela aliança que se cria em torno destas relações.

o Dom que as sela, simboliza-as, garante-as e dá-lhes vida. Quer se trate de um Dom inicial ou de um Dom refeito tantas vezes que nem mesmo pareça mais um Dom, é dando que o indivíduo se declara concretamente disposto a tomar parte no jogo da associação e da aliança e que solicita a participação dos outros nesse mesmo jogo (CAILLÉ, 2002a, p. 19).

O atendimento das necessidades não pode ser realizado somente pelas formas estritamente comerciais, são atendidas também pelas relações não-comerciais e não-monetárias, ou seja, aquelas impulsionadas pela dádiva. Há, portanto, que se fazer a distinção entre a dádiva e as formas mercantis de atendimento do que é necessário.

Esta distinção é apresentada por Godbout (1999). Para ele, não ocorre sempre nas relações de dádiva o retorno na sua forma habitual, ou seja, a forma mercantil do termo. Isto pode ser percebido nas formas da dádiva feita a desconhecidos ou de forma anônima. Muitas vezes, o retorno recebido é maior do que a dádiva, sendo percebido de forma distinta do princípio de equivalência mercantil. “Chega a parecer que os parceiros têm prazer em desequilibrar constantemente o intercâmbio em relação à equivalência mercantil ou, em outras palavras, manter-se em estado de dívida recíproca” (GODBOUT, 1999, p. 113).

Conforme Godbout (1999), há sempre o retorno, ainda que ele não tenha sido almejado, não tenha sido o propósito da dádiva.

Além disso, se ampliarmos a definição de retorno para incluir nela os retornos que ultrapassam a circulação material de objetos e serviços, então há sempre retorno, e ele é considerado importante pela maioria dos que dão. A dádiva tem retornos: a gratuidade que ela suscita, o reconhecimento, esse suplemento que circula e que não é incluído na conta são retornos importantes para quem dá (GODBOUT, 1999, p. 114).

De acordo com Godbout (1999), o que se percebe é que muitas vezes o retorno está no próprio ato de dar, na própria dádiva, no sentimento de mudança e transformação que se passa naquele que dá. O que se dá não é o mais importante para aqueles de oferecem algum tipo de ajuda, seja material ou não. Para ele, “até

mesmo nos que fazem beneficência consideram geralmente que recebem muito das pessoas a quem ajudam. Existe um imediato retorno de energia para aquele que dá; ele se engrandece” (GODBOUT, 1999, p. 114).

Godbout (1999, p. 117-118) apresenta, também, algumas características que são comuns à dádiva: o estranho, a liberdade, a gratuidade, o caráter espontâneo, a dívida e o retorno. Para ele, o estranho é encontrado “em toda a parte, enquanto a dádiva supostamente circula em relações comunitárias”. Para o autor, a dádiva oferecida a estranhos e desconhecidos é uma característica da sociedade moderna. Para ele, a liberdade que se apresenta na dádiva moderna, parece de certa forma contrastar com a obrigatoriedade apresentada por Mauss.

Afirma que se a dádiva não é totalmente gratuita, há um forte componente que a identifica como tal. Considera que o caráter espontâneo da dádiva também se encontra em toda parte. Ela não resulta de nenhuma imposição, seja de forma legal ou racional. Resulta de sentimento e obedece a um “movimento da alma”, portanto, não se baseia em normas e é feita de forma voluntária. Para Godbout também há um caráter de dívida neste contexto, mas que se difere da dívida mercantil correspondendo a uma realidade em que o sentimento de quem recebe deseja corresponder àquele que oferece. Para o autor, também na relação da dádiva existe retorno que se manifesta de várias formas e não é feito da mesma maneira que se retribui um troco ou um empréstimo, mas se situa num sistema de reciprocidade e de solidariedade que permeia a história entre as pessoas.

Mauss no “Ensaio sobre a dádiva” apresenta algumas conclusões e uma delas se refere aos pilares da vida moral que é a questão da solidariedade Pires (2003), menciona que a idéia-chave do tema solidariedade repousa na noção da reciprocidade que permeia as trocas inerentes às relações humanas. Neste sentido, Brumana (1983, p. 78) apresenta que “o principio da reciprocidade é o mesmo em toda a cultura, fundamenta toda a sociedade”.

2.3 CONCEPÇÃO SUBSTANTIVA DA ECONOMIA E ABORDAGEM SUBSTANTIVA DAS ORGANIZAÇÕES

Esta seção pretende apresentar os princípios da concepção substantiva da economia presentes na obra de Karl Polanyi e a interação entre as relações sociais e econômicas. Pretende trazer, também, a abordagem substantiva das organizações apresentada por Alberto Guerreiro Ramos, sua conexão com a obra de Karl Polanyi e importância para o estudo das organizações em que a razão substantiva tem predomínio nas ações cotidianas. O estudo da racionalidade substantiva na prática administrativa das organizações é feito por Maurício Serva (1997), que fornece subsídios para a análise dos processos organizacionais presentes na organização objeto deste trabalho.

A ligação entre a obra de Karl Polanyi e Guerreiro Ramos está presente nos estudos de Serva (1997, p. 114), quando demonstra a prática da racionalidade substantiva no dia-a-dia das organizações. De acordo com o autor:

A influência dos estudos de Polanyi e seus seguidores é intensa no estudo de Guerreiro Ramos. A idéia de que a sociedade centrada mercado historicamente é episódica, como também a premissa de que o processo econômico é um enclave na realidade social mais ampla, constituem, como vimos, o eixo fundamental da teoria substantiva da economia e da antropologia econômica. Ao propor uma abordagem substantiva, Guerreiro Ramos pretende filiar-se intelectualmente a um esforço global que lhe é antecedente, reconhecendo também a relação da antropologia econômica com esse amplo esforço.

Tanto Polanyi quanto Guerreiro Ramos rejeitam a preeminência de que a razão instrumental seja o cerne de toda a atividade econômica. Para os autores a economia deveria ser analisada como um processo social, ou seja, inserida nas relações presentes na sociedade como um todo e não restrita às relações mercantis e de troca. Este enclave da economia no social somente pode ser percebido a partir de uma racionalidade substantiva, uma nova ciência para Guerreiro Ramos (1989, p. XI) e:

um modelo alternativo de pensamento, ainda não articulado em termos sistemáticos, porque a sociedade centrada em mercado, mais de 200 anos depois de seu aparecimento, está mostrando agora suas limitações e sua influência desfiguradora da vida humana como um todo.

2.3.1 Karl Polanyi

Karl Polanyi nasceu na Hungria em 1886 e faleceu no Canadá em 1964. Grande parte da sua carreira foi feita na Inglaterra e nos Estados Unidos, depois de fugir, primeiro da Hungria e depois da Áustria. Dentre os seus principais textos estão os livros: *A Grande Transformação* (1942), *A nossa obsoleta mentalidade mercantil* (1947) e *Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory* (1957).

Foi a partir da obra de Karl Polanyi que se fortaleceu a análise de aspectos importantes estudados pela antropologia como instrumentos para uma melhor compreensão dos mecanismos econômicos. Polanyi apresenta em seus trabalhos indagações importantes a respeito do lugar da economia nas sociedades primitivas e sua relação com a economia atual. Para ele, “A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 2000, p. 65).

Polanyi em “*A Grande Transformação*” (2000) comenta que até o final do século XVIII o sistema econômico estava imerso no sistema social em todas as sociedades. Para ele, antes desta época nenhuma economia era controlada pelo mercado:

o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica (POLANYI, 2000, p. 62).

Desta forma, considera que o mercado era apenas aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais que nunca, pela autoridade social.

Segundo Vinha (2001, p. 5):

Polanyi considerava a economia de mercado uma novidade histórica, isto é, nenhuma outra sociedade além da nossa foi controlada por um padrão institucional definido como um sistema auto-regulável dirigido pelos preços, não sofrendo interferência de nenhum outro fator externo. Contrariamente ao que pensava Adam Smith, para Polanyi, o ganho e o lucro nunca foram os impulsionadores da economia nas sociedades que precederam, historicamente, o mundo capitalista. Os mercados existiam, mas desempenhavam um papel residual, e não determinante nem hegemônico.

Polanyi introduz uma distinção entre uma concepção formal e uma concepção substantiva da economia, e o faz a partir da distinção entre o duplo sentido de economia, o sentido formal e o sentido substantivo.

2.3.1.1 Os sentidos formal e substantivo da economia

De acordo com Polanyi (1957), o sentido substantivo tem sua origem na dependência do homem com relação à natureza e aos seus semelhantes para assegurar sua sobrevivência. Ele remete ao intercâmbio mercantil entre o homem e seu ambiente natural e social. Esse intercâmbio mercantil fornece ao homem meio de satisfazer suas necessidades materiais.

Segundo Roustang (2005, p. 22):

Ao contrário do ponto de vista formal, Polanyi defende um ponto de vista substantivo que parte do princípio de que a economia funciona sempre em um contexto social e institucional em perpétua evolução. Nenhuma instituição é somente econômica. É claro que, em uma sociedade moderna, com uma economia de mercado, é mais fácil do que em sociedades tradicionais isolar as instituições econômicas, mas isso não justifica, porém, o formalismo econômico que quer fazer da economia uma entidade autônoma. Não somente o formalismo econômico é incapaz de compreender as sociedades que nos precederam, nas quais a economia era parte do sistema social, como ele é igualmente incapaz de tornar relativo o lugar ocupado hoje pela economia, de considerar que é uma situação histórica particular e que convém conceber outras relações economia-sociedade ou econômico-social para remediar a decadência da sociedade de mercado. A ideologia da economia, como um campo separado, tende constantemente a tornar ilegítimo toda tentativa de subordinar a economia a um projeto político, social, cultural.

Conforme Polanyi (1957), o sentido formal deriva do caráter lógico da relação entre fins e meios. Esse sentido remete a uma situação bem determinada de escolha, a saber, entre usos alternativos dos diferentes meios face à escassez desses meios. Se as leis que governam a escolha dos meios são chamadas de lógica da ação racional, pode-se designar essa variante da lógica por um conceito novo: o de economia formal. Este conceito de economia tem sido associado a uma frase que aparece em diversos manuais de economia: a economia é a utilização racional de recursos ou meios escassos para atingir fins desejados.

Na visão de Polanyi esta redução da economia entre fins desejados e meios escassos só faria sentido em sociedades em que o mercado fosse o elemento organizador das principais relações econômicas entre os homens. Polanyi contesta estas generalizações da ciência econômica e apela para a necessidade da sociedade reassumir o controle sobre a economia.

Para Polanyi (1957), apenas o primeiro sentido, o substantivo, fornece o instrumento conceitual necessário ao entendimento das práticas econômicas em todas as sociedades e o único que permite a comparação entre sistemas econômicos e sociais distintos. Este conceito possibilita também entender a organização do processo de produção e distribuição dos recursos necessários à sobrevivência como uma função básica em qualquer sociedade. Esta afirmação de Polanyi reafirma o caráter de universalidade de comparação no tempo e no espaço associado à concepção substantiva da economia.

A economia é então um processo institucionalizado. Duas idéias decorrem: a de “processo” e “o fato que ele é institucionalizado”.

2.3.1.2 A economia enquanto processo institucionalizado

Polanyi em *The economy as an instituted process* (1957), apresenta o que entende por economia substantiva, para ele:

A origem do conceito substantivo provém da economia empírica. Pode-se defini-la brevemente como um processo institucionalizado de interação entre o homem e seu ambiente que se traduz pelo fornecimento contínuo de meios materiais permitindo a satisfação das necessidades. A satisfação das necessidades é “material” se ela implica o uso de meios materiais para satisfazer fins; quando se trata de um tipo preciso de necessidades fisiológicas, tais como a alimentação e a habitação, somente o que se chamam serviços entram no jogo (POLANYI, 1957, p. 248).

Segundo Vinha (2001, p. 6):

Na visão de Polanyi, o processo econômico é “instituído” porque está definido pela interação, empiricamente construída, entre o homem e seu ambiente, resultando na satisfação tanto das suas necessidades materiais quanto das psicológicas.

De acordo com Polanyi, primeiramente, por “processo” ele entende o caráter impulsionador da interação entre homem e meio ambiente e social.

O processo sugere uma análise em termos de movimento. Os movimentos referem seja a mudanças de lugar, seja a mudanças de possuidores, seja aos dois ao mesmo tempo. Em outros termos, os elementos materiais podem modificar sua posição seja mudando sua posição, seja mudando de lugar em mudando de “mãos”; além disso, essas mudanças de posição, de tipos diferentes, podem acontecer ou não de forma equivalente. Pode-se dizer que esses dois tipos de movimento esgotam as únicas possibilidades contidas no processo econômico enquanto fenômeno natural e social (POLANYI, 1957, p. 248).

Desta forma, significa que essa interação se reflete em movimentos de localização da atividade econômica, como produção ou transporte, e em movimentos de apropriação, que determina a circulação dos bens e serviços e sua gestão.

Conforme Polanyi, o estudo do deslocamento da economia na sociedade não é outra coisa que o estudo da maneira pela qual o processo é institucionalizado em diferentes épocas e lugares. Implica que, “institucionalizado” expressa que as atividades econômicas devem ser compreendidas num quadro institucional. Somente esse enquadramento institucional dá sentido às ações individuais. Apenas o enquadramento institucional “sustenta a interdependência de movimentos e a sua recorrência, dos quais depende a unidade e a estabilidade do próprio processo econômico” e ou, então:

A institucionalização do processo econômico confere a este unidade e estabilidade; ela cria uma estrutura tendo uma função determinada na sociedade; ela modifica o lugar do processo na sociedade, dando assim uma significação a sua história; ela concentra o interesse sobre os valores, as motivações e a política. Unidade e estabilidade, estrutura e função, história e política definem de maneira operacional o conteúdo de nossa elaboração segundo a qual a economia é um processo institucionalizado (POLANYI, 1957, p. 249).

Deste conceito de economia como processo institucionalizado apresentado por Karl Polanyi, deriva um outro conceito de economia substantiva, o conceito de *embedded*, aqui traduzida como encastrada, que define a economia como parte constituinte da sociedade, apresentada por ele como:

A economia humana é então encastrada nas instituições econômicas e não econômicas. Importa levar em conta o aspecto não econômico. Pode-se pensar que a religião e o governo sejam tão cruciais para a estrutura e o funcionamento da economia quanto às instituições monetárias ou a existência de instrumentos e de máquinas que aliviam a fadiga no trabalho (POLANYI, 1957, p. 250).

Para entender como economia é dotada de unidade e estabilidade, faz-se necessário, o conhecimento dos princípios de integração da economia que foram apresentados por Karl Polanyi e que determinam as diferentes formas de institucionalização das relações econômicas.

2.3.1.3 Os princípios da concepção substantiva da economia

Os três princípios de integração da economia apresentados por Polanyi foram a reciprocidade, a redistribuição e a troca mercantil.

2.3.1.3.1 A reciprocidade

De acordo com Polanyi (2000, p. 68),

A reciprocidade é enormemente facilitada pelo padrão institucional da simetria, um aspecto freqüente da organização social entre os povos iletrados. A marcante 'dualidade' que encontramos em subdivisões tribais colabora para a união de relações individuais, ajudando assim o tomar-e-dar de bens e serviços na ausência de registros permanentes. As metades da sociedade selvagem, que tendem a criar um pendant em cada subdivisão, acabam resultando de, e ajudando a executar os atos de reciprocidade sobre os quais o sistema repousa.

Esta simetria dos grupos que se agregam nas relações sociais possibilita a integração dos processos econômicos no universo destas relações e o princípio da reciprocidade corresponde à relação estabelecida entre muitas pessoas por um conjunto contínuo da relação de dar, receber e retribuir.

A reciprocidade é em consequência fundada sobre o dom como fato social elementar, a existência do dom que é ligada a um contra-dom. O aspecto essencial da reciprocidade é que as transferências são indissociáveis das relações humanas (LAVILLE, 2000, p. 14).

Para Pinheiro (2003, p. 51):

O princípio da reciprocidade, alimentado no âmago da concepção substantiva da economia, remete a reflexões aparentemente diretas sobre a substantividade. Aliás, ao se perceber o vocábulo e a concepção teórica do que seria substantivo, por consequência se relaciona ao próprio sentido de reciprocidade, relação, solidariedade... a ação de reciprocidade baseada em um ato voluntário, pressupõe um retorno social e um benefício comum.

A essência da reciprocidade pode ser motivada por diversas situações. Entretanto a ligação que fortalece esta relação de dar e receber é a confiança de que as trocas resultantes entre as pessoas possibilitem a manutenção dos laços sociais. Neste sentido, portanto, o retorno é mais do que material, é o reforço do vínculo social que, por vezes, vem por meio do respeito e do reconhecimento diante do outro.

2.3.1.3.2 A redistribuição

Segundo Polanyi (2000, p. 68), “o padrão institucional da centralidade, por seu lado, está presente, de alguma forma, em todos os grupos humanos, fornece um conduto para a coleta, armazenagem e distribuição de bens e serviços”. Esta centralidade pressupõe que exista um centro que recebe e que distribui, este papel pode ser exercido pelo Estado ou por grupos que possuam autoridade para servir como o centro que redistribui.

Polanyi destaca que (2000, p. 69):

A simetria e a centralidade vão de encontro, na metade do caminho, as necessidades da reciprocidade e redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente.

Este princípio supõe uma centralização numa autoridade de parte ou de toda a produção, arrecadação de um grupo. Há um armazenamento destes bens antes de serem novamente distribuídos. Do ponto de vista econômico, esta centralização é parte fundamental de um sistema de divisão do trabalho.

Entretanto, essas funções de um verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não-econômica em cada ato executado no quando do sistema social como um todo (POLANYI, 2000, p. 68).

Polanyi apresenta alguns exemplos deste processo para evidenciar importância da centralização para alguns grupos primitivos. A centralização para posterior redistribuição é fundamental para tribos de caçadores, por exemplo, uma vez que a natureza desta é sempre irregular e imprevisível. O resultado da atividade individual era repartido com outras pessoas que viviam nas suas comunidades. Isto mostra que “a redistribuição também tende a enredar o sistema econômico propriamente dito em relações sociais” (POLANYI, 2000, p. 72).

2.3.1.3.3 A troca mercantil

De acordo com Polanyi, até o século XIX, todos os sistemas econômicos, eram constituídos segundo:

os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, *inter alia*, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia (POLANYI, 2000, p. 75).

O mercado existia, porém, tinha um papel secundário nestas economias. Não era a essência dos processos de troca e eram limitados a alguns espaços e condições.

Polanyi (2000, p. 76) destaca que:

A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para a sua efetivação. Um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda. A menos que este padrão esteja presente, pelo menos em parte, a propensão à permuta não terá escopo suficiente: ela não poderá produzir preços.

Quando a troca mercantil prevalece sobre os demais princípios de integração e controla um sistema econômico há uma consequência fundamental para a sociedade, pois “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77). Neste sentido, dada a sua natureza, a economia de mercado tende a deixar de lado e minimizar o alcance dos demais princípios de integração da economia.

Cada um dos princípios de integração obedece a uma determinada condição das relações sociais com o processo econômico. Quando um processo econômico é integrado pelo princípio da troca mercantil a economia encontra-se organizada como um processo autônomo. Nos princípios da reciprocidade e da redistribuição os processos econômicos encontram-se encastrados (*embedded*) nas relações sociais e, desta forma, não podem ser avaliados por instrumentos advindos da concepção formal da economia ou que procedem de uma mentalidade meramente mercantil.

Conforme Polanyi (2000, p. 69):

De forma alguma deve-se concluir que os princípios socioeconômicos deste tipo são restritos a produtores primitivos ou pequenas comunidades, e que uma economia sem lucro e sem mercado deve ser simples, necessariamente.

2.3.2 Alberto Guerreiro Ramos e a Abordagem Substantiva das Organizações

Alberto Guerreiro Ramos nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 13 de setembro de 1915. Em 1942 formou-se em Ciências pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, bacharelando-se um ano depois pela Faculdade de Direito da mesma cidade.

Deixou o Brasil em 1966, após ter sido cassado pelo governo ditatorial quando era deputado federal pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, radicou-se nos Estados Unidos onde passou a lecionar na Universidade do Sul da Califórnia. Faleceu em Los Angeles, Califórnia, nos EUA, no dia 7 de abril de 1982, tendo sido considerado um dos autores que contribuíram de forma significativa para o progresso da sociologia moderna.

Suas obras são: Sociologia Industrial (1951); Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociologia (1955); Condições Sociais do Poder Nacional (1957); O Problema Nacional do Brasil (1960); A Crise do Poder no Brasil (1961); Mito e Realidade na Revolução Brasileira (1963); A Redução Sociológica (1964); Administração e Estratégia de Desenvolvimento (1966); A Nova Ciência das Organizações (1981).

Guerreiro Ramos (1989) questiona a base sobre a qual a teoria das organizações foi construída e apresenta uma abordagem substantiva da organização. Para ele, as atuais teorias das organizações apresentam pontos que desviam de maneira clara a realidade, como: o conceito de racionalidade utilizado parece carregado de implicações ideológicas; a teoria organizacional atual não distingue o significado substantivo do significado formal da organização; a teoria organizacional traz a importância do universo simbólico no conjunto de relacionamentos interpessoais e; a teoria da organização apresenta uma visão mecanomórfica da atividade produtiva do homem, o que fica transparente em sua incapacidade de distinguir entre trabalho e ocupação.

Segundo Tenório (2006, p. 1148):

Guerreiro Ramos critica a existência do mercado na condição de única via de regulação e interação social. Aponta para a possibilidade e a necessidade de além do mercado outras formas de interação social a partir de uma lógica diferente do utilitarismo.

Neste sentido, Guerreiro Ramos (1989) manifesta sua repulsa pela primazia dada ao econômico sobre as outras dimensões da vida humana. Embora considere a importância da dimensão econômica, chama a atenção para a existência de diversas atividades substantivas essenciais para um equilíbrio na vida das pessoas. Influenciado pela obra de Karl Polanyi apresenta a necessidade superação da

superioridade dada ao econômico. Guerreiro Ramos (1989, p. 27), propõe a teoria substantiva da vida associada, e:

seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, passados e presentes, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão razão substantiva.

Para Boeira (2002, p. 4) “Guerreiro Ramos fundamenta sua análise crítica das sociedades centradas no mercado (industriais) fazendo, inicialmente, uma crítica da razão moderna e sua influência sobre a teoria da organização”. Essa crítica está fundamentada na obra de Polanyi, quando apresenta que nas sociedades não-mercantis as economias existiam no sentido substantivo. Conforme Guerreiro Ramos (1989, p. 124), nestas sociedades, “a escassez dos meios não constitui principio formal para a organização da produção e para a escolha humana de modo geral”.

De acordo com Tenório (2006, p. 1148), a preocupação manifestada Guerreiro Ramos:

com as organizações e com-o-homem-que-trabalha-nas-organizações sempre esteve ligada com o fato social, isto é, com o tratamento de temas tais como por que as organizações (produtivas) são como são e que conseqüências trazem para as pessoas, individualmente ou em grupo, produtivos ou não.

Tenório (2006) comenta que para Guerreiro Ramos as relações humanas não se limitam às relações mercantis. A teoria organizacional centrada no mercado, inclusive, dificulta a ampliação de novos sistemas sociais não direcionados para os fins mercantis.

Tenório (2006, p. 1148), referindo-se à Guerreiro Ramos apresenta que:

Seu principal argumento é que a ciência social estabelecida também se fundamenta numa racionalidade instrumental, particularmente característica do sistema de mercado. Para ele a teoria da organização, tal como é hoje conhecida, é menos convincente do que foi no passado e, mais ainda, torna-se pouco prática e inoperante, à medida que continua a se apoiar em pressupostos ingênuos.

Na proposta de superação desta hegemonia mercantil, Guerreiro Ramos apresenta um modelo multidimensional de análise social. Esta multidimensionalidade surge e baseia-se numa pluralidade de enclaves sociais em que os indivíduos podem de forma mais ampla alcançar sua realização pessoal (TENÓRIO, 2006).

Guerreiro Ramos (1989) apresenta a Nova Ciência, que pode ser entendida como uma proposta de desvincular o homem do único tipo de organização reconhecido pela economia política, dentro de um contexto amplo de delimitação dos sistemas sociais. Implica na necessidade de superação da dinâmica em que os sistemas políticos estão subordinados ao mercado de forma ideológica.

Para ele somente por meio de uma nova abordagem, a substantiva, onde os limites humanos e produtivos sejam aceitos e acatados, e onde os indivíduos sejam reconhecidos como atores importantes no processo, o conflito entre a natureza organizacional e o homem pode ser resolvido.

Numa outra perspectiva:

Culpar as organizações de natureza econômica por serem incapazes de atender às necessidades do indivíduo como um ser singular é tão fútil quanto culpar o leão por ser carnívoro. Elas não podem agir de outra maneira e, já que sem as organizações econômicas a sociedade não poderia funcionar adequadamente, é preciso que as mesmas sejam realisticamente compreendidas conforme são (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 108).

Guerreiro Ramos (1989, p. 130) propõe uma distinção entre trabalho "prática de um esforço subordinado às necessidades objetivas inerentes ao processo de produção em si" e ocupação "prática de esforços livremente produzidos pelo indivíduo em busca de sua atualização pessoal". Neste sentido, remete ao paradigma "paraeconômico", segundo o qual o processo produtivo não se restringe às "economias" (organizações formais, ou econômicas), mas aceita também outros sistemas sociais que o autor denomina de "isonomias", ou, o "contexto em que todos os membros são iguais" (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 150), e que é caracterizado pela oportunidade dos seus membros em atuarem em atividades que podem ser gratificantes para eles mesmos.

As principais características de uma isonomia que foram propostas por Guerreiro Ramos (1989), são apresentadas no Quadro 2.

1	O principal objetivo desta forma de organização é permitir a auto-realização e a emancipação de seus membros, sob um conjunto mínimo de prescrições, que são estabelecidas por consenso.
2	A atuação dos indivíduos livremente associados em uma isonomia é compensadora em si mesma, com um relacionamento baseado na generosidade social e na auto-gratificação.
3	As atividades desenvolvidas pelos indivíduos são impulsionadas por aspiração vocacional e não por interesses econômicos. Dentro do escopo de interesses fundamentais do indivíduo não está a maximização da utilidade.
4	A isonomia é concebida como uma comunidade, e não há dicotomias entre grupos, ou distinção entre liderança ou gerência e subordinados. A autoridade é atribuída por deliberação de todos os membros e passa continuamente de indivíduo para indivíduo, de acordo
5	A eficácia de uma isonomia envolve a determinação de um tamanho ótimo. Um aumento deste tamanho pode transformá-la em oligarquia, ou burocracia, ou mesmo democracia, já que poderá exigir formas de relacionamento secundários ou categóricos, com a prolifera

Quadro 2 - Principais Características de uma isonomia para Guerreiro Ramos

Fonte: Adaptado de Guerreiro Ramos (1989, p. 150) e Serva (1996).

Outra possibilidade apresentada por Guerreiro Ramos (1989, p. 152) são as "fenonomias", ou, "sistema social, de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais". Exemplo deste sistema são os grupos de artesãos ou de pessoas que estão ligadas ou não a organizações econômicas, que desenvolvem, em casa ou grupos localizados, atividades em que tem habilidade e em função das quais podem ter complemento da sua fonte de renda, ou, ainda sua renda principal.

O conceito de homem e de organização para Guerreiro Ramos (1989) se harmoniza nesta nova dinâmica. O modelo de homem para ele era um tipo de ser humano dotado de consciência crítica, o "homem parentético", aquele que vive sob contínua tensão com as organizações e com todos os demais sistemas sociais. Para ele, o homem parentético tem uma nova percepção e visão de mundo, sem os valores e amarras culturais da sociedade. Neste sentido, apresenta-se como alternativa à unidimensionalidade predominante na esfera unicamente mercantil e que tem suas raízes nas organizações tradicionais.

Serva (1996, p. 116) apresenta que para Guerreiro Ramos:

a racionalidade substantiva habilita o indivíduo a ordenar a sua vida eticamente, gerando ações, através do debate racional, que buscam concretizar um equilíbrio dinâmico entre a satisfação pessoal e a satisfação social, como também atingir a auto-realização pela concretização de suas potencialidades humanas.

Esta maneira de entender as relações sociais possibilita uma ampliação daquela forma de entender a dinâmica das atividades humanas regidas pela racionalidade instrumental, onde as ações são determinísticas entre meios e fins. A racionalidade substantiva supera esta visão e pressupõe a interação entre os atores sociais.

Para Guerreiro Ramos (1989) a teoria organizacional predominante no presente não distingue o significado substantivo do significado formal da organização. Esta teoria não dá relevância e importância ao universo simbólico no conjunto dos relacionamentos interpessoais. A abordagem substantiva das organizações privilegia a interação simbólica, os valores e os significados presentes nas relações humanas dentro do contexto organizacional.

Ele acredita que a economia tem caráter dual, isto é:

a coexistência de sistemas de orientação mutuarista – nos quais os respectivos membros produzem para si mesmos uma grande parte dos bens e serviços que diretamente consomem – e de sistemas orientados para o lucro, os membros são, essencialmente, detentores de empregos (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 188).

Nesta dualidade organizacional, Guerreiro Ramos (1989) apresenta as organizações formais ou burocráticas, que são regidas pela racionalidade instrumental e por outro lado, as organizações substantivas regidas pela racionalidade substantiva. Apesar da importância conferida ao conceito de organização substantiva na sua obra, não se consegue visualizar, em seus estudos a estrutura desse tipo de organização. Serva (1993) procurou, a partir de pesquisas empíricas, demonstrar quais seriam as características das organizações substantivas.

Serva (1996) apresenta cinco pontos que são fundamentais na abordagem substantiva das organizações de Guerreiro Ramos. Estes pontos podem ser vistos no Quadro 3.

1	Uma vez que as necessidades humanas são variadas e, portanto atendidas por múltiplos cenários sociais, é possível categorizar e formular as condições operacionais singulares de cada cenário social.
2	Apenas limitadas necessidades humanas são atendidas pelo sistema de mercado, o qual determina um tipo próprio de cenário social, marcado pela comunicação operacional e critérios instrumentais. O comportamento administrativo é uma conduta humana condiciona
3	Diferentes categorias de tempo e espaço vital são correlacionadas a diferentes cenários organizacionais, assim a categoria de tempo e espaço vital dos cenários econômicos é um caso particular entre outros.
4	Diferentes sistemas cognitivos referem-se a diferentes cenários organizacionais. Portanto, as regras de cognição pertencentes ao comportamento administrativo constituem também um caso particular de uma epistemologia multidisciplinar face aos diversos cená
5	Diferentes cenários sociais requerem enclaves distintos no tecido social, ainda que hajam vínculos que os interrelacionem. Tais vínculos constituem ponto central do interesse de uma abordagem substantiva do planejamento dos sistemas sociais.

Quadro 3 - Pontos Fundamentais na Abordagem Substantiva das Organizações
Fonte: Serva (1996, p. 118-119) a partir de Guerreiro Ramos (1989).

Em seus trabalhos acerca das abordagens substantivas das organizações, Serva (1993, 1996 e 1997) procura dar seguimento à proposta de Guerreiro Ramos, transformando a estrutura teórica de Guerreiro em um desenho conceitual de caráter prático, possível de ser empregado em pesquisas empíricas.

2.3.2.1 A racionalidade nas organizações substantivas

Partindo dos estudos de Guerreiro Ramos, Maurício Serva evidencia em seus trabalhos as organizações substantivas. Para o autor as organizações substantivas têm crescido fortemente desde a década de 1960 em todos os continentes. Dentre

os traços marcantes destas organizações há uma “curiosa espontaneidade à medida que a autonomia é um de seus fatores marcantes” (SERVA, 1993, p. 37).

A amplitude da racionalidade substantiva apresentada por Serva (1996, p. 14) fundamenta-se em Guerreiro Ramos, afirma que “defendia a idéia de uma razão substantiva de amplo espectro, confessadamente no sentido aristotélico, pelo qual a racionalidade excede em muito as operações de antecipação da ação por meio do cálculo”.

Neste sentido, Serva (1996, p. 13) apresenta que a abordagem substantiva das organizações de Guerreiro Ramos estava inserida na teoria substantiva da vida humana associada, “uma teoria que tem como ponto de partida a razão substantiva harmonizada ao senso comum e que prevê a dimensão ético-valorativa como superior a qualquer outra enfocada pelos estudos do social”.

A partir deste referencial Serva (1996), apresenta: Racionalidade e Organizações: O fenômeno das organizações substantivas, sua Tese de Doutorado. Neste estudo o autor apresenta o seguinte conceito para as organizações substantivas:

Organizações Substantivas são organizações produtivas onde seja predominante, em seus processos administrativos e organizacionais, a racionalidade substantiva, e que contenha o ideal da emancipação do ser humano no âmbito do trabalho entre seus objetivos e práticas administrativas (SERVA, 1996, p. 276).

O principal objetivo do trabalho de Serva (1996) é evidenciar a racionalidade substantiva na prática administrativa das organizações. Isto porque, para ele, Guerreiro Ramos propôs uma abordagem substantiva das organizações somente de maneira conceitual. “Menos do que fornecer ilustrações factuais de suas teses, ele preferiu, naquele momento, apresentá-las por meio de um discurso teórico por excelência, elaborado em alto grau de abstração” (SERVA, 1996, p.15).

Partindo dos trabalhos de Guerreiro Ramos (1989) e de Serva (1993), Fraga (2000, p. 40) apresenta, também, uma conceituação a respeito das organizações substantivas, para ele:

As organizações substantivas são aquelas em que indivíduos unem-se espontaneamente e por sua livre iniciativa para atingirem objetivos geralmente sem fim lucrativo, sem estarem regidas por procedimentos que as caracterizem como organizações burocratizadas e que, em geral, destinam-se a atividades como prestação de assistência a comunidades menos favorecidas, preservação do meio ambiente, preservação de aspectos culturais de dado grupamento social, atividades de caráter filantrópico, associações, fundações, etc. Nestas organizações, segundo Serva (1993), existe uma forte preocupação com o efetivo resgate da condição humana, sendo que suas atividades são marcadas por valores como autenticidade, respeito à individualidade, dignidade, solidariedade e afetividade.

Na sua tese, Serva (1996) apresenta um quadro de análise pelo qual estrutura alguns elementos constitutivos da ação racional substantiva, da ação racional instrumental e os processos organizacionais que possibilita analisar, a partir de dados empíricos, como a racionalidade substantiva se manifesta nas práticas administrativas de organizações produtivas. O objetivo do trabalho é possibilitar um avanço na teoria apresentada por Guerreiro Ramos de forma a aplicá-la na prática administrativa das organizações produtivas e com isso superar o que Serva (1996) denomina de impasse pela lacuna apresentada desde a morte daquele autor.

A partir dos trabalhos de Guerreiro Ramos e Habermas em perspectiva de complementaridade Serva (1997, p. 22), define a ação racional instrumental como sendo: “ação baseada no cálculo, orientada para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização dos recursos disponíveis”.

Os elementos constitutivos da ação racional instrumental, para Serva (1996) são:

- 1) Cálculo: projeção utilitária das conseqüências dos atos humanos;
- 2) Fins: metas de natureza técnica, econômica ou política (aumento de poder);
- 3) Maximização dos recursos: busca da eficiência e da eficácia máximas, sem questionamento ético;
- 4) Êxito, resultados: o alcance em si mesmo, de padrões, estágios, situações, que são considerados como vitoriosos em face de processos competitivos numa sociedade capitalista;
- 5) Desempenho: performance individual elevada na realização de atividades, centrada na utilidade;

- 6) Utilidade: dimensão econômica considerada na base das interações como um valor generalizado;
- 7) Rentabilidade: medida estrita de retorno econômico;
- 8) Estratégia interpessoal: aqui entendida como influência planejada sobre outrem.

Já a ação racional substantiva é definida por Serva (1997, p. 22) como sendo:

a ação orientada para duas dimensões: na dimensão individual, que se refere à autorealização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal, que se refere ao entendimento, nas direções da responsabilidade e satisfação sociais.

Os elementos constitutivos da ação racional substantiva, para Serva (1996) são:

- 1) Autorealização: processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementado pela satisfação;
- 2) Entendimento: ações pelas quais estabelecem acordos e consensos racionais, mediados pela comunicação livre, e que coordenam atividades comuns sob a égide da responsabilidade e satisfação sociais;
- 3) Julgamento ético: deliberação baseada em juízos de valor que se processa em debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos nas interações;
- 4) Autenticidade: integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos nas interações;
- 5) Valores emancipatórios: aqui se destacam os valores de mudança e aperfeiçoamento do social nas direções do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do comprometimento, presentes nos indivíduos e no contexto normativo do grupo;
- 6) Autonomia: condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações.

Os processos organizacionais para Serva (1997, p. 23) são aqueles “nos quais os indivíduos definem, mediante ações específicas, o caráter básico do empreendimento grupal do qual participam”. É a forma como as pessoas se inserem

nos grupos. São os padrões de comportamento a partir dos quais os indivíduos se relacionam e interagem na sociedade. Os processos apresentados foram: hierarquia e normas, valores e objetivos, tomada de decisão, controle, divisão do trabalho, comunicação e relações interpessoais, ação social e relações ambientais, reflexão sobre a organização, conflitos, satisfação individual e dimensão simbólica.

O Quadro de Análise proposto por Serva (1996) levou em consideração o reagrupamento dos diversos elementos constitutivos das racionalidades instrumental e substantiva e sua correspondência com os processos organizacionais. Com o intuito de observar a correspondência destes elementos nos processos no cotidiano das organizações, a partir da construção de indicadores e da aplicação da técnica de pesquisa da observação participante, foi possível para o autor observar a predominância dos indicadores que revelassem os elementos que mais determinaram as ações dos indivíduos nos processos organizacionais mapeados na pesquisa.

Os resultados produzidos na pesquisa possibilitaram a classificação das organizações produtivas estudadas por Serva (1996) em substantivas ou não. Se havia a predominância da racionalidade substantiva seria possível classificar a organização em substantiva.

Essas abordagens e o Quadro de Análise proposto por Serva (1996), resultado de profunda análise dos estudos de Karl Polanyi e de Guerreiro Ramos, são subsídios para a elaboração do Quadro de Análise desta pesquisa. Mais adiante será tratado em detalhes este aspecto. Este trabalho está fundamentado nessas abordagens e se conduz a partir deste referencial.

2.4 A SUSTENTABILIDADE SOCIAL E O CONCEITO DE ECONOMIA PLURAL

Esta seção apresenta os conceitos de Sustentabilidade Social e Economia Plural e inseri-los no contexto desta pesquisa. Estes conceitos estão alinhados com práticas econômicas conduzidas pelos princípios de solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão e da emancipação social.

2.4.1 A Sustentabilidade Social

Diversos trabalhos ao longo das últimas décadas vêm apresentando o tema da sustentabilidade, focalizando sua dimensão econômico-financeira. Poucos são os trabalhos tem focado na dimensão social da sustentabilidade e sua importância na construção das bases para evolução da dinâmica de sustentação das organizações, principalmente das ONGs.

Esta constatação está presente no trabalho de Pinheiro (2003, p. 32), quando menciona autores que trabalham sob a perspectiva econômica e financeira, ele afirma que:

A literatura nacional que abrange as temáticas do Terceiro Setor ou Captação de Recursos tem se mostrado totalmente relacionada simplesmente ao aspecto financeiro, demonstrando balanços, receitas, numa diversidade numérica onde, as soluções parecem adequadas, quando absorvidas dentro de concepções clássicas (industriais) da administração. A exemplo de Ávila (1999) e demais autoras que participam de sua obra, Cruz e Estraviz (2000), Corullón e Medeiros Filho (2002) ou mesmo Tenório (1997), os indicadores de eficiência organizacional parecem medidos da mesma forma que em uma grande empresa privada, ou ainda, muito próximos à administração pública.

O conceito de sustentabilidade social emerge e direciona alguns trabalhos recentes, dentre eles o de Pinheiro (2003). Segundo o autor, sua proposta consiste em avaliar uma organização de caráter social, que atua na sociedade oferecendo atividades de educação ao cidadão especial. O objetivo principal do trabalho de Pinheiro (2003) era analisar como uma organização não-governamental, no caso estudado a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, viabilizava sua sustentabilidade através dos princípios da concepção substantiva da economia.

De acordo com Pinheiro (2003, p. 3), sua proposta consistia em:

lançar um olhar sobre os aspectos que vêm juntamente com a captação de recursos trazer subsídios à sobrevivência, a sustentabilidade de uma Organização Não-Governamental (ONG), antes da dimensão econômico-financeira ou mesmo do problema dos números, mas na observação da sistemática da participação coletiva e de todos aqueles que contribuem, à sua maneira, para esta tarefa de manter viva a organização.

Esta perspectiva emerge e amplia a importância de se olhar as organizações que atuam no campo social a partir da dimensão social da sustentabilidade e isto tornar-se um avanço no sentido de entender como a “participação coletiva – organização, Estado, setor privado e comunidade – transformam-se os resultados numéricos em ações duradouras e pertinentes à sobrevivência da organização” (PINHEIRO, 2003, p. 3).

Pinheiro (2003, p. 34) apresenta também a importância da sustentabilidade de uma ONG vista de forma mais aberta, para ele:

Agora, a organização começa a não apenas procurar sobreviver, mas a crescer, numa perspectiva onde mais do que amparo, apresentam-se soluções, viabilizadas por uma gestão que usa de todas as alternativas, inclusive sua profissionalização, para manter o funcionamento da instituição, como também, soluções voluntárias. Essas soluções, em sua maioria, partem da própria comunidade, de pessoas dispostas a doar recursos de tempo e trabalho, além de recursos materiais ou financeiros, e a trabalhar para a operacionalização da ONG.

Conforme Sachs (1993 apud BARBIERI, 2000, p. 4),

A sustentabilidade social é a dimensão que se refere à equidade social, ou seja, um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, de combate à pobreza e que promova a igualdade de direitos e de acesso à dignidade e que possibilite um pacto entre as atuais gerações.

Esta definição de Sachs apresenta a dimensão social da sustentabilidade no conjunto das dimensões definidas pelo autor ao apresentar o tema da sustentabilidade de uma forma ampliada, ou seja, a que possibilite o crescimento e o desenvolvimento das organizações num espectro mais aberto.

Para Pinheiro (2003, p. 32) numa visão econômica e administrativa “qualquer organização independente de sua natureza, para sua sobrevivência, necessita gerar – ou ao menos, receber – recursos para garantir a sua sustentação”. Para o autor, entretanto, a partir de um processo de modernização das práticas administrativas, o importante a destacar é a forma, as maneiras pelas quais as organizações viabilizam o processo de captação de recursos.

Ainda de acordo com Pinheiro (2003, p. 34), também a dimensão econômica e financeira da sustentabilidade tem sua importância, para ele:

Não se coloca, no entanto, que o olhar sob o aspecto financeiro seja algo a ser desprezado, sendo pelo contrário, igualmente necessário. A observação dos modelos financeiros e orçamentários a serem seguidos é fundamental para a compreensão de fontes de recursos, e especialmente, otimização de seus gastos, e operacionalização de suas atividades. De fato, a distribuição para o sustento é financeira e numérica, e exige um rígido controle e observância de sua operação, pois se os recursos são escassos e se a literatura preocupa-se em demasiado em resultados financeiros de sua captação, há algum sentido em controlar os recursos e sua manutenção dentro das organizações.

Enquanto Falconer (1999) numa visão mais ampliada vem definir a sustentabilidade como a capacidade de adquirir recursos – sejam eles: financeiros, materiais ou humanos – e utilizá-los de forma eficiente e duradoura, para que a organização alcance seus propósitos de maneira continuada.

Cruz e Estraviz (2000) apresentam que toda organização precisa de recursos para realizar a sua missão, mas estes recursos não devem se restringir a uma única fonte. Segundo os autores, as fontes de captação de recursos devem ser divididas em sete grupos: dos indivíduos, de eventos especiais, das empresas, do governo, das fundações, das instituições religiosas e da geração de renda própria. As fontes de recursos devem ser diversas, locais ou regionais, e devem possibilitar que a organização saia em busca de fomento a seus projetos, e permita o seu desenvolvimento, não apenas ficando presa a uma sustentação em curto prazo. Para os autores, portanto, a sustentabilidade está associada à captação de recursos financeiros, sendo esta uma ferramenta fundamental para a manutenção da organização social.

Quanto à questão da dimensão social das organizações, alguns trabalhos têm sido apresentados a partir do conceito de economia social e da economia solidária, entretanto, faltam estudos que abordam a análise das organizações a partir da dimensão social da sustentabilidade para que possam ser referenciados nas pesquisas sobre o assunto.

Armani (2003, p. 8) chama a atenção para alguns parâmetros que podem ser utilizados para se identificar o desenvolvimento institucional e a sustentabilidade das ONGs, dentre eles a questão da sua legitimidade e a relevância social da missão da organização quando menciona que:

importa saber qual o grau de enraizamento social e político da organização, qual a amplitude de sua "base social" e de suas alianças; também relevante é analisar-se quais são os fatores e o nível de legitimidade perante sua base, seus apoios, a mídia, o poder público, as universidades, as igrejas, etc. Importante ainda é ver a relevância social e a consistência de sua missão e os valores que impregnam a vida institucional, assim como o grau de apropriação dos mesmos pelos seus integrantes.

Neste sentido, a ação social coletiva advinda do processo de enraizamento social é valorizada na estratégia de se construir a sustentabilidade das ONGs. Armani (2004) apresenta a necessidade de superação do entendimento da dimensão financeira como base de sustentação dessas organizações e apresenta algumas iniciativas que podem contribuir para o avanço da sustentabilidade macrossocial das ONGs brasileiras, que são: a ampliação do processo de diálogo nacional sobre o marco legal do terceiro setor; a articulação de um processo de diálogo entre ONGs e as empresas e fundações empresariais; a abertura de um fórum de diálogo governo federal; a articulação de um espaço de interlocução e de troca de experiências entre instituições e universidades que vêm desenvolvendo programas de assessoria e capacitação de ONGs e um pacto que partisse das próprias ONGs com o intuito de oferecer à sociedade uma espécie de "código de ética" do setor.

A análise de ONGs também tem sido feitas a partir da perspectiva da democracia pelo caráter participativo e coletivo que muitas dessas organizações gerenciam seus processos internos e externos, ou seja, sua organização e relação entre os seus membros e sua relação com a sociedade de forma a ampliar o conceito de coletividade e de bem comum (SOUZA SANTOS, 2002; LAVILLE, 1995).

Segundo Pinheiro (2003, p. 3):

No aspecto da gestão, os recursos financeiros, especialmente em uma organização cujo produto é o bem social, passam a ser fundamentais e a exigir uma atenção em especial. Daí, a captação de recursos tem sido um tema bastante debatido neste setor, porém muitas vezes apenas com o foco no resultado – na gestão econômico-financeira – e não na operacionalização de meios de captação de recursos, o que traz como resultado da captação números inertes, inexpressivos, e de curta duração, servindo apenas para a subsistência momentânea.

No seu trabalho, Pinheiro (2003, p. 34) avança e sua percepção a respeito da sustentabilidade das ONGs é que:

os impactos das atividades das ONGs são mais que números, e que o simples cálculo positivo de uma equação financeira, ou uma adequação convencional a metas pré-estabelecidas, talvez não reflitam o verdadeiro sentido social da captação de recursos, da sustentabilidade, do ir além do econômico.

Com esta visão, o autor faz uma análise fundamentada sobre a dimensão social da sustentabilidade numa ONG e possibilita, assim, um referencial para estudo onde a sustentabilidade social que, de forma empírica, é avaliada e apresentada.

O quadro de análise proposto por Pinheiro (2003) era um dos objetivos específicos da sua dissertação e propunha avaliar a sustentabilidade de ONGs. Este quadro, apresentado no Quadro 4, auxilia na construção do quadro desta pesquisa ao apresentar princípios da concepção substantiva da economia propostos por Polanyi como categorias de análise. Naquele estudo estas categorias contribuíram para o diagnóstico e a identificação da dimensão social da sustentabilidade presente numa organização que atua no campo social.

Redistribuição	Captação de recursos financeiros junto ao Estado e órgãos públicos; Alocação dos recursos para atividades meio da organização Mobilização social para captação de recursos públicos Participação da comunidade e público-alvo da organização nas relações com o Estado
Troca Mercantil	comercialização de produtos de interesse da comunidade benefícios financeiros e sociais extensivos à comunidade reflexo das atividades de captação de recursos financeiros através da troca mercantil

Quadro 4 - Quadro de Análise da Dissertação de Pinheiro - Continua
 Fonte: Pinheiro (2003, p. 61).

Reciprocidade	participação voluntária na organização mobilização social da comunidade e do setor privado para o interesse comum interesse na sustentação da estrutura física e de atendimento ao público-alvo da organização alocação dos recursos em benefício comum à sociedade e à organização
Estrutura Administrativa	processo de comunicação configuração hierárquica estilo de uma liderança predominante
Tomada de Decisão	participação de funcionários e da comunidade na tomada de decisão envolvimento do voluntariado nas atividades de decisão relação entre liderança e tomada de decisão
Planejamento	grau de participação coletiva no planejamento problemáticas compartilhadas na organização abrangência de tempo do planejamento escopo do planejamento face ao processo administrativo da organização
Solvência	relação entre as atividades financeiras e sustentabilidade compatibilidade da estrutura física com a demanda relação entre crescimento e sustentabilidade

Quadro 4 - Quadro de Análise da Dissertação de Pinheiro - Continuação
Fonte: Pinheiro (2003, p. 61).

A proposta de Pinheiro (2003) era elaborar e testar o seu quadro de análise para o estudo da sustentabilidade da organização, considerando as dimensões administrativas e os princípios da concepção substantiva da economia.

Como o trabalho de Pinheiro (2003) e seu quadro de análise inspiram este estudo, que é elaborado sob uma nova ótica e em uma organização com características diferenciadas da organização estudada por ele, o detalhamento do seu trabalho faz-se necessário para o entendimento deste referencial.

Pinheiro (2003) menciona que seu trabalho aborda:

um campo organizacional de estudo, procurando fatores ligados à gestão de ONGs; espera-se que venha a colaborar para a formação de um quadro literário e científico capaz de englobar diversos aspectos desta dimensão organizacional, abrindo espaço para novas pesquisas nesse campo (PINHEIRO, 2003, p. 8).

Neste sentido, o presente trabalho segue as trilhas apontadas por Pinheiro (2003) e insere um referencial teórico em parte similar ao abordado por aquele autor no que se refere à dívida e a concepção substantiva da economia, mas, insere um novo referencial pela ótica que se pretende analisar uma ONG que se insere no campo social e que desperta o interesse para se conhecer sua dinâmica de sustentação e a movimentação dos diversos atores social em seu entorno organizacional.

Como já mencionado, a organização objeto de estudo de Pinheiro (2003) foi a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial – AFECE, entidade mantenedora da Escola de Educação Especial São Francisco de Assis. Para o autor:

o reflexo das ações da AFECE está na sua unidade executora, a Escola de Educação Especial São Francisco de Assis. O seu histórico, deste modo, é um entrelaço com o histórico da AFECE. Funcionando com recursos provenientes do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação, a escola, que atende aos portadores de deficiência mental de nível severo, convida então a AFECE, por intermédio da Secretaria de Estado, para assumir o papel de mantenedora da Escola. No início das atividades, pelo programa desenvolvido era chamada de Centro de Dia, pelo horário em que as atividades eram ofertadas (PINHEIRO, 2003, p. 64-65).

O cruzamento proposto pelo quadro de análise de Pinheiro (2003) era entre os princípios da concepção substantiva da economia propostos por Karl Polanyi e alguns dos processos de gestão da organização, que foram: estrutura administrativa, o processo de tomada de decisão, o planejamento e sua solvência.

Seguem algumas das conclusões de Pinheiro (2003). Para ele, foi possível:

analisar o quanto à dimensão social chegaria a esta importância, numa organização onde o reflexo de suas atividades é nitidamente de uma forte relevância social. Para isso, observou-se o quanto os princípios da concepção substantiva da economia, de características fundamentalmente sociais, se relacionam com o processo de gestão, garantindo a conseqüente sustentabilidade da organização (PINHEIRO, 2003, p.106).

Pinheiro (2003) foi possível ressaltar quatro, dentre os resultados, que julgou essenciais em seu trabalho. Estes resultados são apresentados no Quadro 5.

1	Foi possível observar a complementaridade dos três princípios da concepção substantiva da economia, o que corrobora as inquietações iniciais, bem como ressalta a importância de observá-los em conjunto. A relação existente entre eles, quando observadas adequadamente, pode permitir a organizações de mesmas características desenvolver seu aparato administrativo, com a finalidade de subsidiar a co-existência desses princípios.
2	Observou-se que a reciprocidade viabiliza a troca mercantil, além de captar recursos em outras ações, como expressadas, por exemplo, nas parcerias.
3	O princípio da reciprocidade, então, observado sob o olhar das relações de interação social, como a dádiva e contra-dádiva, nos demonstra que a essência da sustentabilidade é social, confirmando, portanto, a importância em estudar-se a dimensão social como fomento da dimensão econômico-financeira, e não apenas focar os estudos em relações numéricos e demonstrativos financeiros, cuja importância deve ser em entender esses resultados como consequência e não como objetivo único.
4	A dimensão social gera a necessidade de uma administração competente, capaz de compreender os elementos sociais e sua importância, e mantê-los como participantes do processo de gestão, o que pôde também ser claramente observado na organização estudada. Assim, a relação íntima entre o processo de gestão e os princípios da concepção substantiva da economia irá refletir nesse processo de sustentabilidade, com bases sociais, e resultados econômico-financeiros e operacionais eficientes.

Quadro 5 - Resultados do Trabalho de Pinheiro

Fonte: Pinheiro (2003, p. 108).

De acordo com Pinheiro (2003, p. 108-109):

A AFECE vem conseguindo viabilizar sua sustentabilidade através de ações efetivas onde a participação tem tido um caráter fundamental, amparada por uma estrutura administrativa eficiente e capaz de manter o adequado funcionamento da instituição, a distribuição e aplicação dos recursos captados e, sobretudo, capaz de conceber sempre novas atividades para o desenvolvimento da instituição, baseadas na participação, no interesse coletivo, na forte relação social existente entre a organização e demais atores. A força da instituição está, então, na dimensão social da sustentabilidade, na resposta social que a comunidade, junto com a instituição, têm dado para a ausência de recursos oficiais que garantam a sobrevivência da organização. Aliada a uma gestão eficiente, a captação de recursos vêm amparada por uma grande estrutura de trabalho, motivada pelo sentido do dom nas pessoas, por relações destas com a organização.

A importância do trabalho de Pinheiro (2003) para o presente estudo está na sua constatação da dinâmica dos princípios da concepção substantiva da economia vista de forma integrada e no cotidiano de uma ONG. Para Pinheiro, esta integração e complementaridade desses princípios permitem concluir “que a sua interação gera a real sustentabilidade da organização, juntando o reflexo social à necessidade

financeira, permitindo que seja efetivada a sustentabilidade da organização” (PINHEIRO, 2003, p. 109).

Entretanto, para Pinheiro (2003) dado a perspectiva de sua análise, sua conclusão é de que os processos administrativos estudados também contribuem para a sua sustentabilidade da organização. Dentre outros aspectos, menciona que o planejamento, as relações existentes na estrutura organizacional e nos processos de tomada de decisão colaboram para o fortalecimento da instituição. Isto porque, segundo ele:

a participação e a centralização equilibradas dentro do sentido do trabalho geram um nível de eficiência que tem permitido a manutenção de uma organização sustentável, de bases sólidas, com um planejamento efetivo num contexto em que, ao mesmo tempo em que se definem metas a serem cumpridas, se é permitido uma flexibilidade quanto à idéias, sugestões, e busca de processos alternativos (PINHEIRO, 2003, p. 109).

Este referencial possibilita o avanço na estrutura para a elaboração da pesquisa que este estudo se propõe.

2.4.2 A Economia Plural

O conceito de economia plural tem sido apresentado em recentes estudos ampliando a dimensão do sentido econômico nas relações humanas.

Andion, Serva e Lévesque (2006, p. 207), autores que trabalham o conceito de economia plural no Âmbito do desenvolvimento territorial sustentável, apresentam que, “para caracterizar o debate em curso sobre a economia plural, torna-se necessário delimitar o campo disciplinar da sociologia econômica”. Para os autores, a sociologia econômica surge a partir dos trabalhos de Durkheim, Weber e Marx que são os três autores clássicos da sociologia que, em momentos distintos, sinalizaram para o “fenômeno da inscrição social dos mercados”.

A sociologia de mercado foi, segundo Andion, Serva e Lévesque (2006), somente consolidada a partir dos trabalhos de Talcott Parsons, Neil Smelser e Karl Polanyi, dentre outros autores. E, assim, para os autores:

o campo da sociologia econômica se expandiu vertiginosamente, dialogando sobretudo com a geografia, as ciências da gestão e a ciência política. Para entender melhor o formato do campo da sociologia econômica na atualidade seria importante estabelecer algumas distinções entre os seus representantes (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006, p. 207).

Há que se fazer, para Andion, Serva e Lévesque (2006) uma divisão entre os autores clássicos, já mencionados, e os autores que, especialmente, a partir da década de 1980 amadureceram o campo da sociologia econômica atual. De acordo com os autores, existem algumas correntes na sociologia econômica contemporânea e elas não, necessariamente, conversam entre si. Apresentam dois conjuntos que julgam distintos na sociologia econômica atual.

Primeiramente apresentam o grupo dos autores de língua inglesa, que compreende “a Nova Sociologia Econômica (GRANOVETTER; ZELIZER; FLIGSTEIN); o Institucionalismo (GALBRAITH; MYRDAL; HODGSON); e a Socioeconomia (ETZIONI; LAWRENCE; STERN)”. Esses autores discutem:

os pressupostos da economia neoclássica, mas não avançam no sentido da proposição de alternativas. Buscam, assim, dialogar com os autores tradicionais da economia, visando enriquecimento desta, a partir da contribuição dos estudos sociológicos (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006, p. 207).

Andion, Serva e Lévesque (2006) classificam no segundo grupo os autores francófonos, ligados à sociologia e antropologia, e que estão ligados ao Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais – MAUSS (CAILLÉ, 1988; GODBOUT; CAILLÉ, 1992) e as correntes da Nova Economia Social e da Economia Solidária na França (PERRET; ROUSTANG, 1993; ROUSTANG et al., 1996; LAVILLE, 1994, 1995; LAVILLE; SAINSAULIEU, 1997) e no Québec (LÉVESQUE; MALO, 1992, LÉVESQUE, 2002, 2003 e 2004; FAUVREAU, 2005). De acordo com os autores:

Além de realizarem uma crítica dos pressupostos da economia neoclássica, esses autores articulam propostas que contradizem esses pressupostos, redefinindo o que deve ser entendido por atividade econômica e buscando responder aos desafios colocados pelos contextos socioeconômicos contemporâneos (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006, p. 207).

Na apresentação desta classificação, Andion, Serva e Lévesque (2006, p. 208) concluem que “não existe apenas uma, mas várias ‘sociologias econômicas’, cada uma delas com seus próprios objetivos, conceitos centrais, campos de pesquisa, autores e obras chave”. As correntes têm em comum o fato de apresentarem uma crítica às bases da economia neoclássica e de proporem alternativas para uma “construção social da economia”.

Swedberg (1994 apud ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006, p. 208) apresenta a sociologia econômica como “o conjunto de teorias que se esforçam para explicar os fenômenos econômicos a partir de elementos sociológicos”. E, neste sentido, focam a análise no segundo conjunto de autores por acreditarem que apresentam uma contribuição mais fecunda, por partirem da noção de economia substantiva de Karl Polanyi e, ainda, por redefinirem a relação entre economia e sociedade.

O conceito de economia plural se insere neste contexto. Tem seu marco inicial numa crítica ao reducionismo do mercado como forma hegemônica de relação de troca e da valorização apenas as relações a ele ligadas, pensamentos dominantes na economia atual. Esta noção ampliada da economia parte dos princípios de integração da economia propostos por Karl Polanyi. Um resgate, portanto, da reciprocidade e sua relação com a dádiva, à redistribuição com sua relação com um centro distribuidor e às relações de troca mercantil ligadas ao mercado.

França Filho (2002) menciona esta ligação deste conceito de economia plural e remete sua abordagem à Polanyi.

Nossa discussão sobre a economia plural se coloca em termos de revisão dos pressupostos habituais de explicação do caráter e natureza da atividade econômica, particularmente daquele que a reduz à idéia de (ou ao princípio do) mercado auto-regulado. Nós nos posicionamos aqui numa perspectiva de antropologia econômica, especialmente inspirada nos trabalhos de Polanyi (FRANÇA FILHO, 2002, p. 17).

Neste sentido, as relações econômicas são vistas de forma plural e expandida, não limitada a uma visão de supremacia das relações mercantis. Ainda, de acordo com França Filho (2007, p. 4):

Em resumo, a noção de economia plural, que aqui adotamos como desdobramento da opção por uma definição substantiva de economia, corresponde a idéia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Esse modo de conceber (ou entender) o funcionamento da economia real, além de ampliar o olhar sobre o econômico, para além de uma visão dominante que reduz seu significado à idéia de economia de mercado.

Esta redefinição do papel da economia e da sociedade envolve a necessidade de repensar o papel do Estado, assumir a construção de novas formas de produção, de consumo e de relações de trabalho (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006).

No ano de 1996 houve um importante evento promovido pela Organisation de *Coopération et de Développement Économiques* – OCDE para discutir a questão da economia plural. Um novo conceito que abre espaço para novos focos de geração de trabalho e renda. Patrice Sauvage, consultor da OCDE para o Desenvolvimento Territorial apresenta uma síntese deste evento no documento *Réconcilier l'économique et le social – vers une économie plurielle* (1996).

Para Sauvage (1996), quando se concentra na lógica de mercado, a economia torna-se uma ciência limitada, não está mais suficientemente ancorada na realidade dos homens e das coisas. Um conceito de economia plural torna necessário o seu enraizamento nas relações de proximidade, levando-se mais em conta o intangível, o imaterial e o qualitativo. Para o autor:

A noção de economia plural remete a uma abordagem aberta, não dicotômica, enquanto a economia atual utiliza classificações dualistas (economia mercantil/não mercantil, formal/informal, pública/privada, etc.). Assim, à variedade de tipos de atividades adiciona-se a variedade de combinações, o que certamente complica a análise, mas enriquece a gama de possibilidades de ações (SAUVAGE, 1996, p. 13).

Neste sentido, emerge a necessidade de se religar a economia a uma perspectiva mais ampla, alinhada ao social e ao ecológico e que torna limitado uma visão unidimensional, focada apenas na noção de mercado. Visão essa que privilegia os resultados num nível microeconômico, mas que tende a anular o potencial de criação de riquezas e de emprego que se apresentam alternativamente ao modelo de mercado (SAUVAGE, 1996).

Sauvage (1996, p. 15) apresenta que:

as atividades mercantis de subsistência, e com destaque a economia informal, deveriam ao longo do tempo unirem-se à esfera mercantil 'normal'; [...] para que tais atividades sejam inseridas num circuito de visibilidade e de reconhecimento social.

Uma economia plural pressupõe a inserção das atividades que estão fora do circuito mercantil atual.

Andion, Serva e Lévesque (2006, p. 209) mencionam que, “Como a própria expressão indica, a diversidade é a característica fundamental de uma economia plural”. Segundo os autores:

a economia plural é composta por múltiplas ordens de atividades econômicas que interagem entre si, muitas das quais são usualmente consideradas pela economia como não geradoras de riquezas, a exemplo da economia doméstica de produção, das trocas não monetárias de proximidade e das atividades mercantis informais, entre outras. A cada ordem de atividade corresponde uma forma de regulação específica. Neste sentido, Sauvage admite que o maior desafio é a promoção de uma economia mista, comportando combinações entre as diferentes ordens de atividades (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006, p. 209-210).

A partir de Laville (1994) e França Filho (2007) apresenta três formas de economia, que são: uma economia mercantil, uma economia não mercantil e uma economia não monetária.

Para o autor, a economia mercantil está “fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário” (FRANÇA FILHO, 2007, p. 4).

A economia não mercantil fundamenta-se no “princípio da redistribuição. Ou seja, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los” (FRANÇA FILHO, 2007, p. 4).

Já a economia não monetária para França Filho (2007, p. 4) fundamenta-se no princípio da reciprocidade. Segundo o autor, nesta dimensão econômica há:

um tipo de relação de troca orientada principalmente segundo a lógica da dádiva, tal como descrita por M. Mauss (1978). A dádiva compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo da circulação destes bens e/ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das necessidades. Trata-se, sobretudo de perenizar os laços sociais. A lógica da dádiva obedece assim a um tipo de determinação social específica, pois, ao mesmo tempo livre e obrigada, a dádiva é essencialmente paradoxal (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999).

A criação e o fortalecimento do vínculo social a partir das relações estabelecidas pelo princípio da reciprocidade é mencionada por Laville (2002, p. 29-30), de acordo com o autor:

Ao lado do mercado e da redistribuição pública, a ênfase é posta sobre a reciprocidade, que corresponde à relação estabelecida entre grupos ou pessoas graças à prestação de serviços que só ganham sentido pela vontade das partes interessadas de estabelecer um laço social. O ciclo da reciprocidade se opõe à troca mercantil, porque ele é indissociável das relações humanas que põem em jogo desejos de reconhecimento e de poder, e distingue-se da troca redistributiva na medida em que não é imposto por um poder central.

Neste sentido, de acordo com Andion, Serva e Lévesque (2006), tanto Sauvage, como Laville, sugerem que a economia plural implica no reconhecimento do pólo da reciprocidade, eliminando a legitimação exclusiva do binômio Estado-Mercado. Da combinação destes três pólos emergem uma pluralidade de iniciativas e alternativas de produção que superam o predomínio da economia regida somente pelo mercado. Estas iniciativas surgem de organizações criadas na esfera da sociedade civil.

Andion e Serva (2004, p. 13), reforçam que a presença da sociedade civil, seu papel na atualidade e na dinâmica da relação se torna mais ampla que aquela entre o Estado e o mercado. De acordo com os autores:

fica claro então que a sociedade civil na visão mais contemporânea se define como uma esfera social particular, com um papel específico, diferenciado do Estado e do mercado, mas que mantém relações de interface com essas duas esferas.

As organizações que emergem da sociedade civil e que tem papel relevante ao ampliarem as possibilidades de produção, segundo Andion, Serva e Lévesque (2006, p. 210), atuam:

nos âmbitos local e global, formam campo denominado de Nova Economia Social ou Economia Solidária e atuam na fronteira entre as esferas privada e pública. Em comum, elas desenvolvem atividades econômicas (mas sem distribuir lucros) e, ao mesmo tempo, buscam concretizar projetos sociopolíticos.

Favreau (2005 apud ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006, p. 10), apresenta que, “essas iniciativas (sejam elas assumidas por associações, cooperativas ou mutuais) constituem tipos de ação coletiva que visam ‘empreender de outra forma’”. Essa ação coletiva, apresentada por este autor, pode ser dividida em três dimensões, sem que haja predomínio de nenhuma delas: São elas: “a dimensão social (ação coletiva); a dimensão econômica (empreender) a dimensão política (de outra forma)”. Essas dimensões são apresentadas no Quadro 6.

Aspectos da definição	Características	Dimensões
Ação Coletiva	Diz respeito à necessidade de se reagrupar, que surge a partir de uma ou mais demandas sociais - sejam elas sócioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais ou socio-ambientais.	Social
Empreender	Refere-se ao caráter econômico das iniciativas, que transcende a ideia de economia de mercado, sem a excluir. Contempla a hibridação de formas de regulação econômica (redistribuição, mercado e reciprocidade) e as diferentes formas de empreendedorismo.	Econômica
De outra forma	Significa que tais iniciativas partem de múltiplos projetos socioplíticos, que visam promover a transformação social.	Política

Quadro 6 - As Três Dimensões da Nova Economia Social Vista como Ação Coletiva
Fonte: Andion, Serva e Lévesque (2006, p. 211) - adaptado de Favreau (2005).

Para França Filho e Laville (2004, p. 185), no entanto, “isto implica a desconstrução do modo habitual de conceber a economia no seu funcionamento real, que a reduz ao princípio mercantil”. Para os autores, “É, portanto, em termos de economia plural que se deve raciocinar”.

Este conceito de economia plural permite uma reflexão sobre a noção de valor, admite e valoriza várias atividades econômicas e, para Laville (1994), incorpora novas formas de mobilização e organização de recursos para a produção material de bens e serviços e recorre aos vários princípios econômicos – à

reciprocidade, à redistribuição e à troca mercantil – aos diversos tipos de recursos – monetários e não-monetários. Neste contexto, o mercado, mesmo tendo uma hegemonia, passa a se constituir como um componente da economia e não como única forma e fim.

Segundo Laville (1997 apud ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006, p. 210) a noção de economia plural traz consigo a uma questão importante que é a inserção política, de tal forma que, “essa inserção explicita-se nos dispositivos legislativos, nas instâncias de negociação coletiva entre os atores sociais e nas regulações públicas”. Conforme os autores:

O que está em jogo é uma nova relação entre as esferas pública e privada e a economia social, tendo como desafio a construção de novas formas de articulação e de negociação entre essas esferas. A idéia de economia plural enfatiza a importância de novas “arbitragens” entre a dinâmica dos mercados e o interesse público. Isso implica a concepção de modos de governança que mobilizem ao mesmo tempo o Estado, o mercado e a sociedade civil. Trata-se não somente de adicionar a sociedade civil ao binômio Estado-mercado, mas de redefinir o papel de cada um. Tudo isso num contexto em que os limites de intervenção de cada uma dessas esferas se redefinem e se tornam mais porosos; ao mesmo tempo, as formas de ação pública transformam-se, transcendendo as limitações do modelo “verticalizado” (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006).

Enfim, este conceito de economia plural permite abordar uma ampla dimensão da vida econômica trazendo à tona o tema da solidariedade que foi esquecido pela teoria econômica convencional. Permite campos de reflexão e novas bases de experimentação para os defensores de uma economia plural, baseada tanto na construção de vínculos sociais quanto na produção de bens mercantis.

Edgar Morin, sociólogo e diretor de pesquisa emérito no Centro Nacional de Pesquisa Científica – CNRS e presidente da Agência Europeia da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, apresenta em artigo recente ao Jornal *Le Monde* de 24 de abril de 2007, algumas sugestões aos candidatos à eleição presidencial na França. No artigo intitulado de: “Se eu fosse candidato... Pautas de Edgar Morin para um mundo diferente”, ao falar sobre economia, apresenta a necessidade de uma economia plural.

No campo da economia, trabalharia por uma economia plural, que está em gestação no planeta de maneira dispersa, e cujos desenvolvimentos permitiram ultrapassar a ditadura do mercado mundial. Na França, a economia plural, que comportaria as grandes empresas mundializadas, desenvolveria as pequenas e médias empresas, as cooperativas e mutuários de produção e/ou consumo, as profissões de solidariedade, o comércio justo, a ética econômica, o micro-crédito, a economia solidária que financia projetos de proximidade, criadores de empregos. O desenvolvimento de uma alimentação de proximidade que não depende mais dos grandes circuitos intercontinentais nos forneceria produtos de comprovada qualidade e nos prepararia para enfrentar as eventuais crises planetárias.

Esta fundamentação teórica possibilita a inserção do estudo a respeito da sustentabilidade de uma ONG que atua no campo social. Permite, também, apresentar de maneira gradativa e numa sequência lógica, a inserção de conceitos importantes para a construção de um olhar diferenciado para as relações econômicas que permeiam uma organização que atua no campo social.

Na próxima seção é apresentada a metodologia utilizada para a análise que este estudo se propõe.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Esta pesquisa está conduzida a partir do problema definido, que foi:

Qual visão econômica permite compreender o processo de sustentabilidade de uma Organização Não-Governamental?

Algumas perguntas de pesquisa – baseadas nos objetivos específicos deste trabalho – se fazem necessárias para melhor orientar o processo de pesquisa:

- a) Quais são os atores sociais que participam da organização e no seu entorno?
- b) Quais são os princípios da concepção substantiva da economia apresentados por Karl Polanyi?
- c) Como os princípios da concepção substantiva da economia se manifestam no cotidiano da organização?
- d) Como os atores sociais se mobilizam na busca da sustentabilidade da organização?
- e) Como o Mosteiro Monte Carmelo alcança a sua sustentabilidade?

3.2 DELINEAMENTO E DESIGN DA PESQUISA

3.2.1 Delineamento da Pesquisa

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, com corte transversal (por considerar um momento único no tempo) e a escolha do delineamento adota as

proposições de Yin (2005, p. 23) para adoção do estudo de caso como estratégia de pesquisa.

Para Triviños (1987, p. 133), o estudo de caso é “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. De acordo Yin (2005, p. 23), a escolha da estratégia de pesquisa envolve três condições:

- a) o tipo de questão de pesquisa proposto;
- b) a extensão de controle que o pesquisador tem sobre eventos comportamentais atuais;
- c) o grau de enfoque em acontecimentos contemporâneos em oposição a acontecimentos históricos.

Neste sentido, segundo Yin (2005), o estudo de caso deve ser preferido para examinar fenômenos contemporâneos dentro de um contexto real, de maneira especial quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos e, também, onde se utilizam múltiplas fontes de evidência.

Conforme Gil (1999) o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Yin (2005, p. 24) apresenta que o estudo de caso é a estratégia de pesquisa adequada quando o pesquisador busca respostas a perguntas elaboradas com como e por que, considerando um ponto de vista sobre fenômenos atuais e com poucas possibilidades de controle. O Quadro 7 explana, resumida e comparativamente, as colocações deste autor referente à estratégia de estudo de caso.

Cinco componentes do projeto de pesquisa devem ser observados, segundo Yin (2005, p. 42), para a realização do estudo de caso:

- a) as questões de um estudo de caso;
- b) as proposições de estudo;
- c) a unidade de análise;
- d) a lógica que une os dados às proposições;
- e) os critérios para se interpretar as constatações.

FORMA DA QUESTÃO	REQUER CONTROLE SOBRE EVENTOS DE COMPORTAMENTO	FOCALIZA OS EVENTOS CONTEMPORÂNEOS
Como, Por Quê	Sim	Sim
Quem, O Quê, Onde, Quando	Não	Sim
Quem, O Quê, Onde, Quando	Não	Sim/Não
Como, Por Quê	Não	Não
Como, Por Quê	Não	Não

Quadro 7 - Situações Relevantes para Diferentes Estratégias de Pesquisa
Fonte: Yin (2005, p. 24).

A partir das características da pesquisa proposta e, de acordo das observações de Yin (2005, p. 61), definiu-se que o desenho da pesquisa se dá pelo estudo de caso único holístico (Tipo 1), conforme o Quadro 8.

	DESENHOS DE CASO ÚNICO	DESENHOS DE CASO MÚLTIPLOS
Holístico (unidade simples de análise)	Tipo 1	Tipo 3
Inserido (unidades múltiplas de análise)	Tipo 2	Tipo 4

Quadro 8 - Tipos Básicos de Design para Estudo de Caso
Fonte: Adaptado de Yin (2005, p. 61).

A opção pelo estudo de caso do Tipo 1 se dá pelos seguintes critérios:

- a) é considerada apenas uma organização – um caso único;
- b) consiste o campo em apenas uma unidade de análise – O Mosteiro Monte Carmelo.

A escolha deste desenho para a pesquisa parte da suposição de que o estudo de caso único permite um estudo mais intenso na organização proposta.

Conforme menciona Pinheiro (2003), a escolha da organização objeto deste estudo seguiu algumas condições para que permitisse a aplicação das proposições teóricas aqui estudadas, que foram:

- a) parceria com entidades públicas;
- b) ações consolidadas com a sociedade civil;
- c) atividades na organização de caráter voluntário;
- d) atividades que demonstrem que a organização busca sua sustentabilidade.

Considera-se que além do embasamento em uma fundamentação teórico-empírica, este trabalho científico será apoiado em procedimentos metodológicos sólidos. Esta é uma condição para que um conhecimento possa ser considerado científico (GIL, 1999).

3.2.2 Unidade de Análise

De acordo com Yin (2005), para o estudo de caso é definida a unidade de análise para o estudo. Nesta pesquisa, trata-se de um estudo de caso holístico, ou seja, apenas uma unidade de análise é apreciada nesta pesquisa.

Com base na problemática fica definido o Mosteiro Monte Carmelo como unidade de análise, pois, de acordo com Yin (2005), “a definição da unidade de análise (e, portanto, do caso) está relacionada à maneira como as questões iniciais foram definidas”. A unidade de análise pode ser um indivíduo, uma empresa ou um processo organizacional.

3.2.3 Dados: coleta e tratamento

Segundo Yin (2005), para a coleta de dados em estudos de caso é fundamental que os procedimentos de campo sejam adequadamente projetados,

pois as pessoas estarão nas suas situações cotidianas e não dentro dos limites controlados de um laboratório.

A observação direta ou participante é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Em estudos de caso, a observação, a entrevista e a análise documental são recursos metodológicos de coleta de dados, e devem ser escolhidos dependendo da necessidade e de suas utilidades frente ao problema (BARALDI, 1999).

De acordo com Pinheiro (2003), os dados coletados deverão ser tratados de duas maneiras: como primários – aqueles dados que ainda não tenham sido anteriormente trabalhados – e secundários – que compõem a categoria de dados já manipulados, devidamente coletados, analisados e catalogados.

Os dados são tratados por meio da análise documental dos resultados obtidos com as coletas de dados primários e secundários e também pela degravação dos conteúdos das entrevistas gravadas durante a fase de pesquisa de campo. Para Pinheiro (2003, p. 58):

a análise documental consiste em uma série de operações que buscam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais o fenômeno estudado pode estar relacionado, transformando os dados contidos nos documentos em informações que possam fielmente ajudar nas buscas propostas por esta pesquisa.

3.2.3.1 Dados primários

Todas as casas que fazem parte da Associação Casas do Servo Sofredor, neste estudo tratado por Mosteiro, e que estão localizadas em Curitiba foram visitadas. Somente uma casa que fica fora de Curitiba e que teve uma formação recente não foi visitada, entretanto, seu coordenador foi entrevistado.

Para a coleta dos dados primários são utilizadas três técnicas distintas de pesquisa, cada uma abordando as especificidades das variáveis desta pesquisa.

A primeira técnica consistiu na observação direta. De acordo com Pinheiro (2003, p. 58), "esta técnica permite a aproximação com a realidade e com o cotidiano da organização, tornando mais visíveis alguns dos elementos que venham a ser posteriormente descobertos em campo". A observação é realizada durante as visitas, as reuniões e as entrevistas feitas na organização e nos locais determinados pelos diversos atores sociais que participaram da pesquisa.

Os dados observados são registrados e servem para a preparação do instrumento de coleta que é utilizado, e também para ratificar os dados recolhidos durante as entrevistas, ou dados que estavam registrados em documentos da organização.

De acordo com Barbosa (2007):

observação direta depende mais da habilidade do pesquisador em captar informação através dos 5 sentidos, julgá-las sem interferências e registrá-las com fidelidade do que da capacidade das pessoas de responder a perguntas ou se posicionar diante de afirmações.

Como segunda técnica é aplicada entrevistas semi-estruturadas, com questões abertas e de livre resposta pelo entrevistado.

Segundo Fraser e Gondim (2004, p. 140):

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante.

Conforme Triviños (1987), a escolha da entrevista semi-estruturada para formalizar o início da pesquisa de campo pode ser um dos principais recursos ao pesquisador, como técnica de coleta de dados, segundo ele:

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Neste estudo foram realizadas:

- a) duas entrevistas com dirigentes da organização, com duração média de duas horas, gravadas e devidamente apontadas;
- b) quatro entrevistas com pessoas que passaram pelo processo de recuperação na instituição, duração média de quarenta e cinco minutos, com apontamentos feitos;
- c) seis entrevistas individuais feitas com pessoas que atuam diretamente no processo de apoio à instituição, duração média de uma hora, todas gravadas e devidamente apontadas;
- d) duas entrevistas foram feitas com mais de uma pessoa, a primeira teve duração de uma hora e meia e foi feita com um casal que coordena um grupo que apóia a instituição, a segunda com quatro pessoas que são de uma mesma comunidade e participam do processo de apoio à instituição teve a duração de uma hora e meia. Ambas foram gravadas.

Todas as entrevistas foram feitas com atores sociais que participam diretamente no cotidiano da organização ou no seu entorno.

Para que os objetivos específicos do trabalho sejam alcançados se identificou a necessidade de, também, trabalhar na pesquisa com a técnica de entrevistas em grupo, por possibilitar a interação entre os entrevistados e com isso fornecer subsídios para o processo de entendimento das particularidades da relação dos diversos atores sociais com a organização.

A terceira técnica escolhida, portanto, para a coleta de dados deste estudo foi a técnica do *focus group*, grupo de discussão aqui denominado como grupo focal.

A respeito do surgimento da técnica de grupo focal, de acordo com Saumure (2001 apud GOMES; GALEGO, 2006, p. 174):

embora encontre as suas raízes históricas em Robert King Merton, mais precisamente no ano de 1941, é uma forma de recolha de dados que só a partir da década de 1980 se desenvolveu mais intensamente como importante estratégia de pesquisa por parte dos cientistas sociais. Merton fazia parte de um daqueles grupos de cientistas que defendia a idéia de que as perguntas fechadas nem sempre proporcionavam respostas mais exatas, dizendo que os resultados das pesquisas podiam ser involuntariamente influenciados, por descuido ou omissão, a quando da construção de questionários, além de que o entrevistado era limitado nas suas respostas, na seqüência do controle exercido pelo entrevistador e pelas respostas fechadas. Para responder a este problema, Merton vinha a desenvolver, desde a década de 1930, um sistema que consistia em perguntar a uma audiência de pessoas, para que descrevessem as suas respostas com o intuito destas poderem vir a conduzir a novas linhas de reflexão.

Atualmente, a técnica de grupo focal tem sido utilizada de forma intensa por pesquisadores da área social, predominantemente por aqueles com maior tradição na utilização de técnicas de pesquisa qualitativa, com o intuito de obterem uma abordagem mais profunda em alguns assuntos que, em sendo tratados em grupo, podem ser revelados de maneira mais ampla. Esta técnica permite um espaço de reflexão coletiva a respeito do assunto que está sendo pesquisado.

Para Gomes e Galego (2006, p. 174) a técnica do grupo focal:

tal como em qualquer outro tipo de pesquisa de natureza qualitativa, tem por finalidade procurar o sentido e a compreensão dos complexos fenômenos sociais, onde o investigador utiliza uma estratégia indutiva de investigação, sendo o resultado amplamente descritivo.

De acordo com Freitas e Oliveira (2006, p. 332) a técnica de grupo focal pode ser dividida em três etapas: planejamento, condução das entrevistas e análise dos dados. O planejamento é decisivo para o sucesso dos grupos focais, pois nesta etapa o pesquisador avalia o escopo da pesquisa e os usuários da informação:

além de desenvolver um plano que guiará o restante do processo da pesquisa, incluindo a elaboração das questões e a seleção dos participantes. A fase de condução consiste na moderação das reuniões. Após estas sessões, na fase da análise, são realizadas as transcrições, o tratamento dos dados e a elaboração do relatório.

Segundo Giovinazzo (2001) a aplicação da técnica do grupo focal “permite coletar dados em curto espaço de tempo e em quantidade adequada, embora não se possa argumentar com plena convicção sobre a espontaneidade das colocações emitidas pelos participantes”. Para a autora, entretanto “algumas das informações

registradas pelo Focus Group serão potencialmente de grande valia, visto que dificilmente seriam coletadas através da simples observação da realidade”.

Os grupos focais devem ser constituídos por pessoas com características comuns. De acordo Gomes e Galego (2006, p.180), “deve-se assegurar o equilíbrio entre uniformidade e diversidade do grupo”.

A bibliografia indica que cada grupo focal deve ser composto de seis a doze participantes, não excedendo cinco grupos por projeto de investigação (MORGAN, 1997).

Para este estudo são organizados quatro grupos em que é aplicada a técnica de grupo focal, são eles:

- a) um grupo focal realizado com seis pessoas, sendo que três já passaram pelo processo de recuperação e três ainda estão em uma das casas em tratamento. Duração de uma hora e meia e com gravação e apontamentos feitos;
- b) dois grupos focais com grupos que participam do processo de apoio à instituição, sendo que no primeiro estiveram nove pessoas e no segundo sete. Duração média de uma hora e meia, com gravação e respectivos apontamentos;
- c) um grupo focal com profissionais de diversas especialidades que participam do processo de escuta semanal dos recuperandos. Grupo formado por oito pessoas. Duração de duas horas, com gravação e apontamentos feitos.

3.2.3.2 Dados secundários

A coleta destes dados se deu fundamentalmente a partir da pesquisa realizada em documentos cedidos pela própria instituição, que são relevantes para o processo de pesquisa. Foram avaliados diversos documentos cedidos pela instituição. Duas pessoas que atuam no trabalho de secretaria da organização, em momentos distintos da pesquisa, disponibilizaram tais documentos. Dentre estes, são analisados: o Estatuto Social e alterações, Atas de reuniões, Relatórios

Circunstanciados dos anos de 2005 e 2006, Relatório Apresentação da Instituição, *folders* que apresentam a organização e um trabalho de conclusão de curso de especialização que foi feito sobre a instituição.

3.2.4 Quadro de Análise

Um dos objetivos específicos desta pesquisa é a construção de um quadro de análise que permita a condução do estudo dentro do referencial teórico apresentado. Neste sentido, o quadro de análise – apresentado no Quadro 9 – é elaborado para o estudo da organização e do seu entorno organizacional.

PRINCÍPIOS INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA	
Reciprocidade	participação voluntária na organização; mobilização social da comunidade e da sociedade civil para o interesse comum; interesse na sustentação da estrutura física e na manutenção das atividades de atendimento ao público-alvo da organização; alocação dos recursos em benefício comum à comunidade e à organização.
Redistribuição	Captação de recursos financeiros e materiais junto ao Estado e órgãos públicos; Alocação dos recursos para o público-alvo e para atividades básicas da organização
Troca Mercantil	comercialização de produtos de interesse da comunidade benefícios financeiros e sociais extensivos à comunidade reflexo das atividades de captação de recursos financeiros através da troca mercantil

Quadro 9 - Quadro de Análise da Pesquisa - Continua

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de literatura pesquisada.

Valores e Objetivos	Conjunto dos valores predominantes na organização, sua origem e formas de difusão. Objetivos do grupo. Processo de estabelecimento dos objetivos, formal ou não. Comunicação dos objetivos.
Reflexão sobre a Organização	Processos de análise e reflexão a respeito da existência e atuação da organização no seu meio social interno e externo. Autocrítica enquanto grupo organizado. Regularidade e procedimentos empregados para realizá-la. Em qual nível da organização a reflexão é efetuada; Comunicação dos objetivos.
Dimensão Simbólica	Iconografia utilizada na organização. Idéias, filosofias e valores que embasam a dimensão simbólica. Elementos do imaginário do grupo, suas origens e mutabilidade. Relação do imaginário com as práticas cotidianas na organização.
Ação Social e Relações Ambientais	Ações da organização que marcam primordialmente a sua inserção no meio social. Importância, significado e singularidade da ação social. Congruência entre os valores professados, os objetivos estabelecidos e a ação social concreta. Relações com outras organizações da sociedade. Redes, conexões e integração interorganizacional.

Quadro 9 - Quadro de Análise da Pesquisa - Continuação

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de literatura pesquisada.

As categorias de análise definidas relacionam-se àquelas apresentadas na teoria e consideradas fundamentais para o estudo, e os elementos de análise representam as dimensões dentro de cada categoria a serem observadas.

O passo inicial para a estruturação do quadro de análise é apresentar as categorias de análise e defini-las de forma clara, situando-as no contexto do referencial teórico apresentado.

As categorias ficam então definidas:

- a) Reciprocidade: princípio que pressupõe uma relação de simetria. Para Polanyi (2000, p. 68), “a reciprocidade é enormemente facilitada pelo padrão institucional da simetria, um aspecto freqüente da organização social entre os povos iletrados”. A simetria pressupõe a “dualidade”, a parceria. As relações de troca são estabelecidas por diversas instituições que não são simplesmente econômicas, e seus termos de contrapartida não se restringem a um sentido mercantil. A reciprocidade corresponde à relação estabelecida a partir da proximidade e da interação entre os atores sociais. “A reciprocidade é em conseqüência fundada sobre o dom como fato social elementar, a existência do dom que é ligada a um contra-dom.

O aspecto essencial da reciprocidade é que as transferências são indissociáveis das relações humanas” (LAVILLE, 2000, p. 14);

- b) Redistribuição: princípio que implica na existência de um centro, ou, pressupõe a centralização numa autoridade de parte de toda a produção do grupo. Há o armazenamento da produção antes de ser repartida. Fica latente a presença de uma força que regula, uma “mão” centralizadora, legitimada de acordo com a tradição local. “O padrão institucional da centralidade, por seu lado, que está presente, de alguma forma, em todos os grupos humanos fornece um conduto para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços” (POLANYI, 2000, p. 68);
- c) Troca mercantil: o intercâmbio, ou a troca mercantil remete aos movimentos de troca, assim como os do mercado. O mercado é o “local de encontro para a finalidade da permuta, da compra e venda” (POLANYI, 2000, p. 76). Pressupõe, então, a existência de uma economia baseada em valores, com preços estabelecidos, ou mesmo, pesos de troca definidos. O mercado tem a particularidade de depender de um modelo institucional que é próprio: faz o intercâmbio repousar sobre um equilíbrio entre a oferta e a procura (LAVILLE, 2000). O princípio de mercado significa uma radical mudança na maneira de conceber as relações sociais. “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77);
- d) Princípios e valores: os valores de mudança e da melhoria nas relações sociais em direção ao bem comum, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do comprometimento presentes nos indivíduos e no contexto normativo do grupo.

Vários são os princípios que norteiam a existência e o funcionamento das organizações pesquisadas. Eles estão, de certa forma, bastante inter-relacionados demonstrando sua consistência lógica. Pode-se afirmar que há o reconhecimento da grande importância da individualidade de seus membros, ao passo que, também valoriza-se muito a dimensão coletiva, denotando uma busca permanente do equilíbrio entre o homem e a organização, ou seja, partindo-se do indivíduo tenta-se construir uma organização que possa viabilizar seus anseios conjugado na base da proximidade e compatibilidade de valores. Daí, surgem os demais princípios, tais como o respeito à dignidade humana, o culto à liberdade, a assunção espontânea de compromissos (vontade), e a identidade de valores gerais (SERVA, 1993, p. 38);

- e) Reflexão sobre a organização: diz respeito à discussão, à valorização dos princípios e valores organizacionais e à forma com que os membros percebem e se posicionam sobre a organização. “A reflexão a respeito da organização, seus caminhos, objetivos e práticas, em geral é intensa e coletivizada. Nota-se a participação generalizada dos membros nas discussões” (SERVA, 1993, p. 39);
- f) Dimensão simbólica: está presente nas abordagens interpretativas da organização e procura explicar a dinâmica com que os indivíduos percebem o contexto em que a organização está inserida. “O que mantém uma sociedade em funcionamento como importante ordem coesiva é a aceitação, pelos seus membros, dos símbolos através dos quais ela faz sua própria interpretação” (HABERMAS 1969 apud GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 14);
- g) Ação social e relações ambientais: mobilização dos atores sociais em torno de seus objetivos e valores, no sentido de envolver a organização no seu campo de ação.

A expressão social da organização esta relacionada com a ampla divulgação dos seus ideais e valores, bem como a transparência em suas práticas e atividades, principalmente nas entidades de defesa dos direitos civis e organização político-social de comunidades (SERVA, 1993, p. 40);

A construção deste quadro de análise permite que a partir da estruturação das categorias de análise e de seus elementos seja possível conduzir o processo de observação da organização, suas particularidades, seus principais referenciais e a mobilização dos atores sociais que participam do seu entorno organizacional.

O quadro de análise garante, também, que o processo de entrevistas e de formação dos grupos focais seja organizado de forma eficiente na pesquisa e permita a busca e a identificação das particularidades mais importantes do contexto em que os entrevistados estejam inseridos e no seu relacionamento com a organização.

Este quadro é resultado da interação entre o referencial teórico que parte de Polanyi (1957, 2000), Guerreiro Ramos (1989), Serva (1996, 1997) e de Pinheiro (2003). Partindo-se destas fontes, se estrutura as categorias de análise e os seus elementos para focalizar a pesquisa objeto deste estudo e ampliar as possibilidades de percepção da realidade e dos significados organizacionais da instituição e dos diversos atores sociais que circulam no seu entorno.

O quadro de análise proposto tem, portanto, significativa contribuição para o planejamento e para a realização da pesquisa e, também, possibilitará que outros estudos organizacionais sejam feitos a partir deste enquadramento teórico. A análise das categorias propostas permite que as questões de pesquisa sejam desenvolvidas, que sejam alcançados os objetivos específicos e, conseqüentemente, o problema de pesquisa seja respondido.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os dados coletados na pesquisa de campo e que foram analisados de acordo com a fundamentação teórica e com a metodologia já apresentados anteriormente.

Na primeira seção é apresentada a organização objeto deste estudo, com o intuito de esclarecer o campo de estudo.

A segunda seção traz a análise das categorias de estudo e de seus elementos, de acordo com o quadro de análise elaborado para esta pesquisa.

4.1 O MOSTEIRO MONTE CARMELO

A Associação Casas do Servo Sofredor – CSS, mais conhecido como Mosteiro Monte Carmelo, é uma entidade de caráter religioso e filantrópico, tendo sua sede localizada no Bairro Pinheirinho, em Curitiba, no Estado do Paraná. Ocupa uma área de 60.500 metros quadrados e visa o tratamento, recuperação e re-inserção de pessoas que desenvolveram dependência química e alcoólica.

A instituição foi constituída no dia 13 de novembro de 1994, na Vila Fanny, em Curitiba. O projeto é fruto da reflexão realizada pelos religiosos carmelitas e pela comunidade local, que tiveram como objetivo atender um grupo de pessoas que permaneciam em frente à igreja matriz e ao Convento constituído por, aproximadamente, dez mendigos e alcoolistas. Estas pessoas buscavam auxílio constante dos Carmelitas, principalmente no que se referia à sua alimentação. Para os religiosos havia uma certeza: apenas alimentá-los não resolvia, pois contribuía para manter aquela situação. Questionava-se, então, o que mais poderia ser feito para recuperá-los.

Em uma reunião de estudos a partir da Bíblia, estudava-se o texto da Parábola do Bom Samaritano (Lc 10,29-37). Naquela ocasião, o enfoque não era na figura do samaritano, nem a indiferença do sacerdote e do Levita, mas sim o papel do hospedeiro a quem o samaritano confiou o homem machucado. Alguém do grupo

que participava dos estudos argumentou: “nós devemos ser o hospedeiro e não o samaritano”. Diante disso, surgiu a idéia de se comprar uma casa com a finalidade de acolher as pessoas dependentes e excluídas da sociedade.

A aquisição da primeira morada ocorreu com ajuda do ex-provincial carmelita Pe. Joseph Kotschner, que fez uma campanha na Alemanha e conseguiu os recursos necessários para sua aquisição. Os móveis foram obtidos junto à comunidade local. Algumas pessoas que participavam ativamente na comunidade montaram uma equipe de trabalho e conseguiram ganhar a maioria do que era necessário.

A casa recebeu o nome de Casa do Servo Sofredor Santa Teresinha. O nome “servo sofredor” referenciava a figura do Servo de Javé (Is 42,19; 50,4-11; 52,3 – 53,12) e Santa Teresinha foi escolhida por ser a devoção a esta Santa Carmelita do primeiro coordenador da casa, o Sr. Teodoro.

A inauguração da casa aconteceu no dia 13 de janeiro de 1995. Todos os mendigos e alcoolistas moradores em frente da matriz foram para lá. Três únicas exigências foram propostas: não chegar embriagado na casa, tomar banho diariamente e participar dos serviços da manutenção, principalmente limpeza e cozinha. A todos foi concedida a liberdade de entrar e sair quando desejasse.

Visando uma melhor organização do trabalho oferecido pela Casa, foi feito o contato com membros do Alcoólicos Anônimos – AA, que passaram visitar a Casa do Servo Sofredor semanalmente. Após certo tempo, foi estabelecido o tratamento hospitalar para aqueles que recaíam tanto no consumo de drogas como de álcool, e também incentivada a procura por trabalho, de maneira que uma parcela do salário se reverteria na manutenção da Casa.

Após dois anos de existência da primeira casa percebeu-se que havia alguns que estavam mais consistentes na sobriedade, mas, não tinham para onde ir. Não tinham família ou eram totalmente rejeitados em suas casas. Pensou-se na compra de mais uma casa, para os que já estivessem trabalhando.

Com a ajuda das Irmãs da Caridade Social, da Áustria, foi possível efetuar a compra da segunda casa, a qual foi inaugurada dia 10 de abril de 1997, com o nome de Casa do Servo Sofredor Isidoro Bakanja. A condição para morar nesta casa era a de ter passado um período na Casa Santa Teresinha e ter trabalho fixo, uma vez

que a proposta para esta casa era a de que os seus moradores deveriam prover as condições de sua própria manutenção.

Percebendo a necessidade de um espaço maior para a sede da Instituição e para o trabalho com os que chegavam para serem tratados, foi adquirida junto as Irmãs Beneditinas, a área de seu antigo mosteiro. Esta nova sede foi inaugurada dia 22 de dezembro de 1999, com o nome de Mosteiro Monte Carmelo, a qual se tornou o ponto de referência da instituição, designada como sede administrativa.

No ano 2000 foram inauguradas mais duas casas. Uma delas, no dia 23 de abril com o nome de Casa do Servo Sofredor Frei Caneca, também destinada aos que já estavam trabalhando. Outra habitação, identificada como Casa das Servas Sofredoras Edith Stein, foi instituída no dia 15 de novembro daquele ano com a finalidade de iniciar o trabalho de recuperação de mulheres. Todas instaladas na cidade de Curitiba.

Atualmente, a manutenção da entidade se faz a partir dos colaboradores e voluntários associados, que não possuem nenhum vínculo empregatício ou remuneração, conforme estabelecido no Estatuto da Associação.

A instituição atua na área de promoção e reeducação social, bem como, na reabilitação para dependentes alcoólicos e químicos. Sua principal finalidade está voltada para a assistência social da seguinte maneira:

- a) Acolher pessoas a partir dos dezoito anos de idade, que perderam o convívio social devido à dependência do álcool e outras drogas, bem como, andarilhos que vivem desligados da família, sem distinção de sexo, raça, nacionalidade, posição social, estado civil e convicção política, religiosa ou filosófica;
- b) Incrementar as virtudes do humanismo, promoção da ética, da paz, da caridade, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- c) Apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e no meio ambiente, através das atividades de educação profissional, especial e ambiental.

4.1.1 Funcionamento do Mosteiro Monte Carmelo

A associação Casas do Servo Sofredor – Mosteiro Monte Carmelo – é organizada no modelo de comunidade terapêutica, composta de nove casas: cinco na área do Mosteiro e quatro fora dela, sendo oito masculinas e uma feminina, que estão distribuídas em duas etapas denominadas pela Instituição de 1º e 2º Passo.

A primeira etapa consiste na acolhida, acompanhamento médico, psiquiátrico e humano. A segunda consiste na experiência de convivência, trabalho remunerado e continuação do acompanhamento pessoal para os que desejam permanecer na Instituição.

A entrada do dependente nesta organização se dá por meio de uma entrevista, considerando como ponto fundamental a inteira disposição da pessoa para aceitar o tratamento. Com isto, o dependente é encaminhado para um internamento de quarenta e cinco dias num hospital psiquiátrico. Após este período, ingressa na comunidade terapêutica Mosteiro Monte Carmelo, designada como “primeiro passo”, e ali permanece por um prazo que varia de acordo com as necessidades e condições de cada um. Durante este período, o indivíduo só pode sair da instituição se for acompanhado por um membro da comunidade.

O período médio para o processo de reabilitação é de 90 dias para os que se recuperam da dependência do álcool e de nove meses para os que se recuperam da dependência das drogas, entretanto, o período de permanência no Mosteiro é adequado às condições de evolução de cada recuperando.

Objetivando a reintegração do indivíduo na sociedade, a instituição oferece como atividades terapêuticas, dentre as diversas atividades que ocorrem no Mosteiro, conforme demonstra a Tabela 4.

- a) Reuniões semanais de grupos de auto-ajuda (para alcoólicos – AA e Narcóticos Anônimos – NA, para os dependentes químicos);
- b) Reuniões semanais de correção fraterna entre os servos;
- c) Atividade espiritual com missa e terço diários, via-sacra semanal, confissões e preparações para os sacramentos para aqueles que desejam;

Atividade	Quantidade/Ano	
	2005	2006
1 Internamento e acompanhamento de dependentes alcoólicos e químicos no Hospital Psiquiátrico do Paraná (San Julian) para desintoxicação	294	308
2 Reacolhimento de dependentes alcoólicos e/ou químicos provenientes do processo de desintoxicação no Hospital Psiquiátrico do Paraná (San Julian)	175	175
3 Acolhimento de dependentes alcoólicos e/ou químicos na casa feminina.	26	24
4 Pessoas convivendo nas Casas de 2º Passo	40	40
5 Desligamento do dependente da Associação	94	116
6 Encaminhamento de dependentes alcoólicos e químicos para consulta ambulatorial de saúde mental	117	108
7 Encaminhamento de servos para consultas clínicas nas Unidades de Saúde do SUS.	142	164
8 Encaminhamento às Unidades de Saúde do SUS para tratamento odontológico.	91	77
9 Realização de reuniões semanais das pessoas em recuperação no Mosteiro (05 casas). Cada casa faz a sua reunião.	52	51
10 Tratamento terapêutico à base de Florais	-	21
11 Reavaliação de reuniões nas Casas de 2º Passo.	52	52
12 Realização de Reuniões de Correção Fraterna (toda 5ª feira).	-	48
13 Realização de reuniões de Alcoólicos Anônimos (AA) no Mosteiro Monte Carmelo, com a participação semanal de 60 pessoas	52	52
14 Realização de reuniões de Narcóticos Anônimos (NA) no Mosteiro Monte Carmelo, com a participação semanal de 25 pessoas.	52	51
15 Realização de reuniões de Alcoólicos Anônimos (AA) na CSS Edith Stein (casa feminina), com a participação semanal de 12 mulheres.	52	48
16 Servos em processo de regularização do ensino médio.	3	3
17 Servos cursando faculdade.	2	2

Tabela 4 - Relatório de Atividades Realizadas no Mosteiro

Fonte: Relatório Circunstanciado de Atividades da Instituição - Anos 2005 e 2006

- d) Acompanhamento da equipe de voluntários, destinado a escuta individual das dificuldades espirituais e humanas;
- e) Terapia ocupacional através de serviços de cozinha, marcenaria, artefatos de cimento, artesanato, jardinagem, horta, limpeza, hospedaria, serigrafia, biblioteca e secretaria, entre outros.

A Terapia Ocupacional se torna fundamental no processo, oportunizando a recuperação dos residentes e a manutenção da Instituição.

O processo de re-inserção se faz na medida em que o dependente evidencia condições para convivência em grupo e para conseguir trabalho remunerado que possibilite a manutenção própria e a contribuição com a casa de, ou ainda, de estar seguro para retornar à sua família.

4.2 ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE ESTUDO

4.2.1 Reciprocidade

4.2.1.1 Participação voluntária na organização

Para Pinheiro (2003, p. 77) a reciprocidade “responde às inquietações a respeito da dimensão social da sustentabilidade”. A cultura da utilização do conceito de sustentabilidade social é algo recente e ainda em fase de consolidação e tem uma relação muito próxima com os conceitos de dádiva e contradádiva.

Valensi (apud RANGLES et al, 1974) menciona que o princípio da reciprocidade em Polanyi corresponde a uma forma horizontal de trocas que ocorre sempre em uma escala local. Esta proximidade da relação possibilita a interação entre o que recebe e o que dá e fortalece o vínculo social.

Em um contexto mais atualizado, uma expressão ativa da reciprocidade se dá mediante a participação voluntária no cotidiano das ONGs, e tem sido um fator decisivo na promoção de uma dinâmica de fortalecimento dos projetos e no desenvolvimento da sustentabilidade de forma ampliada dessas organizações. Pode-se perceber durante a pesquisa que a participação voluntária no projeto dissemina um objetivo comum, que é o de transformar para melhor a qualidade de vida e convivência na comunidade.

No Mosteiro não há qualquer tipo de mão-de-obra remunerada, conforme é demonstrado na Tabela 5. Todos os colaboradores que participam da organização tem atuação de forma voluntária e são escolhidos e acolhidos pela coordenação do

projeto pela sua relação de proximidade com a causa. Os voluntários podem ser divididos em dois grupos. O primeiro são os voluntários que vivem em caráter permanente na instituição, alguns deles, inclusive, passaram pelo processo de recuperação da dependência do álcool e das drogas e, depois ficaram no Mosteiro conduzindo algumas atividades cotidianas.

	2005	2006
Colaboradores	Quantidade	Quantidade
Funcionários	-	-
Estagiários remunerados	-	-
Total de pessoal ocupado assalariado	-	-
Voluntários permanentes	5	5
Voluntários eventuais	17	17
Estagiários não remunerados	-	-
Total de pessoal ocupado não remunerado	22	22
Nº de trabalhadores autônomos que prestaram serviços no exercício anterior	16	16
Quantidade de diretores remunerados	-	-
Quantidade de diretores não remunerados	-	6
	16	22

Tabela 5 - Quadro de Pessoal que Atua na Instituição

Fonte: Relatório Circunstanciado de Atividades da Instituição – Anos 2005 e 2006.

Estes voluntários permanentes denotam elevado conhecimento da causa que estão envolvidos e da sua responsabilidade social perante aqueles que passam pelo processo de recuperação. Alguns, inclusive, reforçaram que a opção de ficar voluntariamente no Mosteiro tem o propósito de contribuir para que outras pessoas possam conseguir aquilo que eles conseguiram, ou seja, a recuperação da saúde e da dignidade. O retorno pessoal para eles era perceber a sua contribuição nessa conquista do outro.

O processo de dar e receber evidencia o caráter da reciprocidade da dádiva ou, como menciona Godbout (1999, p. 113) que:

a relação de dádiva é antes de mais nada um fenômeno de reciprocidade. Em outras palavras, todos compartilharam da surpresa inicial de Mauss quando ele começou a observar as relações de dádiva, em face da obrigação de retribuir, que se torna ao mesmo tempo a coisa a ser explicada e a essência de toda relação de dádiva, sua verdadeira natureza, aquela que se esconde por trás das afirmações de gratuidade dos atores. Donde se conclui que a essência da dádiva não é ser uma dádiva. É o que expressa a idéia de reciprocidade como fundamento da dádiva, reciprocidade restrita (díade, simétrica) ou generalizada (aberta, em cadeia sob a forma de transmissão); mas reciprocidade.

Para um dos entrevistados, o fato de “ajudar o outro era voltar-se a si mesmo e compreender que os medos e angústias vivenciadas podem ser úteis para a consolidação do seu processo de recuperação”. Ao comentar sobre os benfeitores da causa do Mosteiro, mencionou que para ele, “a partilha parte do pobre, daqueles que tem pouco para aqueles que nada tem. Porém, quem doa, recebe e quem vai ao encontro do outro, encontra sua própria força”.

O segundo grupo são os voluntários eventuais, que participam de atividades do processo de recuperação das pessoas que estão na comunidade, como por exemplo, as pessoas que participam do grupo de escuta dos recuperandos todas as quartas-feiras, as pessoas que tem responsabilidade pelas colméias – uma designação carregada de simbolismo que é dada aos grupos que apóiam diretamente o Mosteiro num processo contínuo de captação de doações – ou por doações esporádicas e alguns prestadores de serviços que auxiliam de forma gratuita em trabalhos necessários para a manutenção do Mosteiro.

Para alguns dos voluntários eventuais que participam semanalmente do grupo de escuta no Mosteiro, a possibilidade de conhecer os dramas e as dificuldades das pessoas que estão no processo de recuperação possibilita o seu próprio crescimento pessoal. Uma das entrevistadas menciona que “é necessário olhar para si para olhar a história do outro” e “eu posso contribuir, porque eu estou crescendo muito [...]”. Percebe-se que neste processo de disponibilizar o tempo para escutar as pessoas o retorno é evidenciado pelo fortalecimento próprio a partir das dificuldades pessoais vivenciadas por estes voluntários.

Um fato percebido nas entrevistas com alguns dos voluntários eventuais é que eles, por conhecer a seriedade do tratamento que é feito no Mosteiro, têm também a liberdade de indicar pessoas que passam por problemas com o álcool e com as drogas para o processo de recuperação na instituição. Esse fato evidencia

uma relação de reciprocidade entre aqueles que atuam voluntariamente no processo de recuperação, doando seu tempo e seu conhecimento, mas, que também podem indicar para a instituição pessoas de seu relacionamento que precisam de um processo terapêutico.

De acordo com Frei Francisco Manoel de Oliveira, o Frei Chico (que no estudo é denominado por Frei Chico pelo seu papel, pela sua importância e seu referencial para a organização e por este codinome representar importante marco simbólico no contexto da pesquisa – e, com isto, é tratado na categoria dimensão simbólica) responsável pela coordenação da instituição, o que se percebe na relação com os voluntários é a valorização da vida. Os voluntários vêm ao Mosteiro para ajudar porque se preocupam com a vida das pessoas que passam pelo processo de recuperação e também com a própria vida. Para ele, inclusive a sua própria experiência é de valorização da vida, mas, entende que todos os anos de dedicação à causa da recuperação das pessoas serviram para o seu crescimento pessoal.

As colméias surgiram do processo de relacionamento estabelecido com pessoas que, de alguma forma, se aproximaram do projeto da instituição. Muitas delas já participavam das comunidades eclesiais de base nas paróquias em que os Frades Carmelitas atuavam e tinham uma relação de proximidade com os padres e formandos que estavam no Convento Carmelita. Esta proximidade possibilitou o envolvimento de alguns dos atuais voluntários que, ao perceberem a necessidade de apoiar no processo de recuperação das pessoas acolhidas nas casas, passaram a contribuir com alimentos, agasalhos, móveis e outros materiais necessários para a manutenção das pessoas que lá estavam.

Espontaneamente, mas, em sintonia com as necessidades das casas, alguns combinaram com o Frei Chico como se daria o processo de apoio. A ajuda inicialmente se dava pela contribuição pessoal ou familiar com alimentos necessários, ou materiais de higiene e limpeza. Essas pessoas que começaram a ajudar passaram a envolver outras pessoas que participavam das comunidades que assumiram a responsabilidade de pedir doações para levarem às casas de recuperação.

Desse processo surgiram as colméias. Geralmente uma pessoa da colméia fica responsável por manter contato com a instituição, as chamadas abelhas–rainha, entretanto, o processo de comunicação também é feito pelos que atuam no Mosteiro

e tem responsabilidade de comunicar às colméias das suas necessidades para que, num processo organizado pelas abelhas-rainha, aquilo que é solicitado como emergencial possa ser obtido junto à comunidade que apóia a instituição.

Uma outra forma de contribuição percebida é a de pessoas que possuem pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente mercados, e que, em algum momento, conheceram o projeto e passaram a contribuir. Foram entrevistados dois desses proprietários, que são irmãos e que manifestaram comprometimento com a instituição, evidenciada pela relação de proximidade com aqueles que coordenam o Mosteiro, principalmente, com o Frei Chico.

Um deles, ao ser questionado de como se deu o início desta ajuda comentou:

Na realidade começou a partir de quando meu irmão colocou o mercado aqui no [...], que é próximo ao Mosteiro, eles começaram a ir lá, comprar as mercadorias, e pedir as mercadorias que poderiam ser aproveitadas. Aí meu irmão deu as mercadorias e achou por bem dar uma ajuda também. Começou a dar uma cesta básica de [...] por mês, para ajudar o Mosteiro. Ai, eu também comecei, ele veio falar comigo, a gente começou a participar das missas na parte da manhã e eu ofereci para o Frei, um benefício que ele pudesse pegar lá o que ele estivesse precisando. [...] E aí a gente começou a ajudar.

A contribuição deste entrevistado para o Mosteiro se dá de forma diferenciada do primeiro. Ele assumiu com a instituição uma contribuição mensal estabelecida, a princípio, entretanto, flexível à medida da necessidade e mencionou:

Normalmente é na medida em que eles precisam. Tem meses que eles têm sobrando até demais, e tem meses que tá faltando [...]. Tem meses que eles gastam menos. Depende da necessidade deles. Precizou, eles vão lá buscar.

Questionado porque ele doa e como se sentia com esta doação, respondeu:

De livre e espontânea vontade. É um bem que a gente acha na nossa cabeça, que não tá fazendo prá um só, prá vários. Estamos tentando ajudar da maneira que a gente pode [...] Minha vida era assim: Eu tinha um ciúme danado da minha esposa, era uma briga. E hoje graças a Deus, através do conselho dele, participando da igreja, virou outra família. Ainda tenho ciúmes da minha esposa, mas não como antigamente. Hoje é praticamente um casal normal. A gente tinha uma comunicação, mas não é igual ao de hoje. A liberdade pra chegar e beijar teu filho, desejar a paz pra ele todo santo dia [...]

Algumas ponderações feitas pelos entrevistados manifestam o que Godbout (1999) menciona a respeito do retorno da dádiva gerada numa relação de reciprocidade. Para o autor, há sempre o retorno, ainda que ele não tenha sido almejado, não tenha sido o propósito da dádiva. Esta relação de reciprocidade reforça o vínculo e permite aos participantes o sentimento de co-responsabilidade social.

A entrevista com este comerciante que ajuda a instituição ocorreu de forma não agendada, em um dia em que estava procurando ajuda para uma pessoa que trabalhava em seu estabelecimento e estava a espera para ser atendido no Mosteiro. Ao ser questionado se já tinha indicado alguém para tratamento, respondeu:

Na realidade foi a primeira vez que eu vim. Eu pedi pro Frei uma vaga para um funcionário meu que na realidade eu já tinha mandado ele embora, só não tinha feito acerto com ele ainda. E eu propus pra ele que é dependente de álcool, se ele queria fazer um tratamento. [...] Aí eu vou ver com o Frei Chico se eu consigo que você fique encostado pela empresa, que daí a sua família não passa necessidade.

4.2.1.2 Mobilização social da comunidade e da sociedade civil para o interesse comum

Durante todas as entrevistas realizadas com as pessoas que participam do processo de ajuda ao Mosteiro ficou evidenciado o conhecimento da causa na qual a instituição atua e a seriedade com que se conduzem os trabalhos. Um dos entrevistados demonstrou sua percepção neste sentido, dizendo: “você se sente motivado em dar, porque você vê o resultado. Não sei quem, aquele açúcar, aquele café ajudou, só sei que está ajudando pessoas”.

Como o projeto surgiu a partir da interação entre os frades carmelitas e as pessoas que participavam das comunidades conduzidas por eles, muitas delas, inclusive, já estavam envolvidas em movimentos sociais e já possuíam uma consciência de responsabilidade social e de partilha. Este ambiente possibilitou que o projeto social fosse priorizado e sua estruturação fosse compartilhada. Portanto, a

forma como o projeto teve início já motivou a mobilização social da comunidade no sentido de apoiá-lo e impulsionar o seu crescimento.

Evidenciando o que Godbout (1999) diz a respeito do retorno nas relações da dádiva, que ele não ocorre da forma distinta da equivalência mercantil do termo, uma das entrevistadas ao comentar sobre o porquê de dar, apresenta que:

Eu acho que isso é a coisa mais importante. Eu penso comigo, a meu ver eu acho assim; se a gente pode ajudar as pessoas, é uma coisa que a gente tá fazendo pra gente. Porque quando a gente dá uma coisa, Deus dá em dobro pra gente! [...] Toda a vida eu fiz isso, eu gosto, esse trabalho de ajudar, eu gosto. A coisa que eu mais gosto na minha vida é de poder ajudar as pessoas [...]

O entendimento da seriedade com que o projeto teve início e o conhecimento a respeito das pessoas que estavam à frente possibilitou que houvesse uma identificação de algumas pessoas com aqueles que deram início. Uma pessoa que atua ativamente no processo de captação de doações fala a respeito do Frei Chico:

Quando ele entrou lá no Mosteiro, a gente pensava assim, será que o Frei Chico vai agüentar? Eu pensei muitas vezes [...] E quando ele começou, ele pediu ajuda pra comunidade, porque ele falava: “Eu sozinho não posso fazer nada. Se vocês não me ajudarem em não tenho como fazer, eu não tenho como arrecadar, eu tenho que pedir ajuda pra comunidade”. Só que as comunidades daí, elas ajudavam.

Diversas são as formas de ajuda que procedem das pessoas. Alguns doam, por exemplo, vales-transporte que são utilizados para os recuperandos irem até os hospitais ou centros de saúde e outros doam produtos de limpeza que são utilizados na manutenção das casas do Mosteiro e outros contribuem financeiramente dentro das suas possibilidades e com uma periodicidade combinada com a coordenação da instituição.

Alguns papéis ficam evidenciados na estruturação do processo de relação com o Mosteiro. A interação com a comunidade é feita de forma contínua e algumas pessoas passam a ter relacionamento de proximidade com a instituição. Esta relação também possibilita que a causa do projeto seja disseminada e algumas pessoas espontaneamente, mas, em sintonia com às necessidades do Mosteiro, assumam a responsabilidade de buscar doações junto às pessoas de seu convívio. Surge daí uma nova “colméia”.

O termo colméia tem um significado especial para as pessoas que participam desta relação. Ser considerado uma abelha da colméia tem um valor simbólico e reforça o vínculo com a instituição. Ao ser questionado sobre o que significava ser uma abelha e participar de uma colméia, uma senhora respondeu: “nos deram o nome de abelha porque nós estamos sempre ajudando. O sentido de abelha e de colméia é que a abelha sozinha não faz colméia, mas milhares fazem algo estruturado”. Alguns dos entrevistados se orgulham do fato de serem identificados como abelhas-rainha e terem o papel de coordenar junto a outras pessoas o processo de captação das doações que são encaminhadas à instituição.

Foram mencionados casos em que há a solicitação de alguns itens que estão faltando no Mosteiro, principalmente alguns alimentos. Quando isto ocorre, é a abelha-rainha que repassa para as pessoas que participam da colméia a solicitação e estas saem em busca do que foi solicitado. Uma das pessoas que participam deste processo comentou: “cada vez que você sai e você pede para as pessoas, as pessoas não se negam a ajudar. A comeia só tem que ter coragem pra pedir. A hora que falar não, a gente tem que aceitar o não”.

Algo que ficou evidenciado na pesquisa é que várias pessoas que participam do processo de captação das doações, as que são denominadas abelhas-operárias, quando necessário, também vão diretamente ao Mosteiro levar as doações e tem contato com as pessoas que estão em processo de recuperação, o que fortalece a relação de ajuda e compromisso estabelecida. Isto reforça o que Laville (1992, p. 130) apresenta a respeito desta relação de reciprocidade:

Em relação à reciprocidade, esta não se resume à transferência de bens e serviços, sendo acompanhada de relações sociais, de comportamentos e de sentimentos particulares. Num quadro econômico dominado pelo mercado, onde o indivíduo é reconhecido como peça central e é soberano e livre, a reciprocidade não pode ser mais a expressão da dependência pessoal que caracteriza as relações sociais; afirma-se como um modo de transferência para outros entre indivíduos independentes e separados. A reciprocidade, que está presente nas sociedades tradicionais como uma lógica social de integração, apresenta-se na sociedade moderna sob a forma dispersa de reciprocidades parciais.

4.2.1.3 Interesse na sustentação da estrutura física e na manutenção das atividades de atendimento ao público-alvo da organização

Todos os recursos recebidos na instituição têm direcionamento bem definidos. Algumas pessoas doam alguns valores ou objetos e pedem que sejam direcionados para uma finalidade específica. Durante as entrevistas foi mencionado o caso de uma senhora que doou um recurso para a construção de um espaço de lazer para as pessoas que estão no processo de recuperação. Este recurso foi utilizado para a colocação de telas de proteção na quadra de areia em que os internos jogam futebol.

Como a doação foi feita com este objetivo específico, não foi questionada se era prioritária ou não. Foi feito como solicitado. Isto demonstra tanto o interesse de algumas pessoas na sustentação da estrutura física do Mosteiro e sua melhoria, como o respeito por aqueles que estão na coordenação do cotidiano na instituição das solicitações dos benfeitores.

Para a construção da fábrica de artefatos de cimento foi recebida doação de verba para esse fim, feita por uma ONG austríaca, intermediada por uma congregação religiosa, também austríaca que muito se identifica com a causa do Mosteiro. Foi feito pelas Irmãs da Caridade Social que durante algum tempo estiveram muito próximos do projeto. Algumas religiosas participam no processo de escuta dos recuperandos realizados semanalmente como voluntárias.

No ano de 1999, as dependências do Mosteiro foram adquiridas junto às Irmãs Beneditinas. A idéia da aquisição deste novo espaço foi de uma pessoa que já ajudava as primeiras casas de recuperação e que sabia do interesse da venda da área do Mosteiro. Segundo Frei Chico, se a idéia que veio a partir da colméia não tivesse sido acolhida, a área do Mosteiro não teria sido adquirida. Naquele momento o compromisso foi assumido pela coordenação sem que houvesse nenhum recurso disponível para pagamento, nem tão pouco o planejamento estruturado de como os pagamentos dessa aquisição seriam feitos. Havia, entretanto, a certeza que se tinha era de que este espaço era necessário para a ampliação do projeto e que de alguma forma os recursos seriam conseguidos para fazer frente aos compromissos assumidos.

Nos primeiros anos o pagamento da parcela anual foi feito mediante o apoio e doação recebido da Alemanha. Algumas pessoas que conheciam a causa se organizaram naquele país e conseguiram enviar os recursos necessários. Estes recursos vieram e foram destinados para o pagamento das anuidades até o ano de 2005. Durante o início do ano de 2006, havia o interesse de se organizar um evento em que o resultado fosse destinado integralmente para contribuir no pagamento da parcela anual da área.

A idéia que surgiu, e que foi acolhida pela coordenação do Mosteiro, foi para organizar um bingo beneficente visando a captação de recursos que pudessem contribuir com o pagamento da anuidade de 2006. Diversas pessoas que já ajudavam a instituição, seja a partir das colméias ou de forma direta, foram convidadas para participarem de uma reunião em que seriam definidas as responsabilidades para a organização do bingo. Na primeira reunião estiveram presentes mais de sessenta pessoas e foram definidas àquelas que assumiriam as principais atividades para este primeiro evento. Foi colocado em votação o nome ao qual seria chamado este bingo e que seria mantida para os próximos anos com a finalidade de dar uma identidade, uma marca ao evento. Como intuito de chamar a atenção para a causa do Mosteiro, ficou definido pelo grupo que o evento se chamaria Bingo da Solidariedade.

Houve mais algumas reuniões onde foram discutidas as estratégias e as responsabilidades para a realização do evento que aconteceu no dia 11 de junho de 2006. Realizou-se um amplo processo de mobilização daqueles que já apoiavam a instituição e, também, procurado o apoio de pessoas e grupos que ainda não participavam ativamente na ajuda ao Mosteiro. Houve diversas doações, o que possibilitou que praticamente todas as despesas e custos do evento fossem cobertos. O resultado desse primeiro bingo foi destinado para o pagamento da anuidade da aquisição da área. De acordo com a coordenação do Mosteiro, este valor possibilitou que a metade da anuidade do ano de 2006 fosse quitada.

Já está agendado para acontecer no dia 26 de agosto de 2007, o segundo Bingo da Solidariedade. Várias pessoas que participaram do primeiro bingo já estão comprometidas com a organização do evento deste ano. Muitas, inclusive, estão assumindo o mesmo papel desempenhado no evento de 2006.

Uma outra forma bem freqüente de ajuda ao Mosteiro acontece pela doação de mão-de-obra especializada para serviços de manutenção e algumas prestações de serviços, como por exemplo, fretes. Na entrevista com Frei Chico, ficou evidenciado a forma como está organizada a comunicação com as pessoas que ajudam o Mosteiro, segundo ele:

Nós temos uma ficha das pessoas que se colocam a disposição, com algumas nós chegamos a formar a idéia da colméia. Algumas dizem assim: minha colméia ajuda com feijão, mas se nosso próximo mês vocês precisam de arroz, vocês digam que em vez de feijão, vocês vão recolher arroz para nós [...]. Diversas pessoas, nós ainda não formamos colméias com elas, mas deixamos para quando temos alguma necessidade e telefonamos para eles e eles recolhem. Às vezes no mesmo dia, às vezes quando eles podem. A relação que temos é acolher a idéia que eles gostariam de ajudar. Temos a lista, com telefone e endereço e recorremos quando falta alguma. Não temos algo estruturado [...] A relação que temos com eles e a partir da necessidade e eles estão sensíveis à nossa necessidade [...], com a causa.

4.2.1.4 Alocação dos recursos em benefício comum à comunidade e à organização

Algo percebido durante toda a pesquisa foi a valorização do princípio de partilha na instituição, que se manifestada mediante o colocar tudo o que se recebe em benefício da comunidade. Esse princípio apresenta-se de várias formas e é reforçado para que conduza as ações das pessoas que estão no processo de recuperação, daqueles que estão na coordenação dos trabalhos e também os que ajudam o Mosteiro.

Os recuperandos que estão nas casas dentro do Mosteiro, as casas de 1º Passo, e que recebem apoio financeiro das suas famílias ou que tem direito aos benefícios oferecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Ministério da Previdência Social, como o auxílio-doença, colocam parte dos recursos à disposição da comunidade. Esses recursos são utilizados para contribuir na manutenção das despesas das casas. No caso das casas de 2º Passo, onde os recuperandos já estão na experiência de convivência e possuem trabalho remunerado ou são aposentados pelo INSS, metade dos recursos recebidos também são alocados para a manutenção das despesas dessas casas.

Outro ponto relatado refere-se a tudo o que é produzido no Mosteiro. Com a finalidade principal de possibilitar o processo de recuperação através do trabalho, existem a fábrica de cadeiras e a fábrica de artefatos de cimento. Recebem toda a mão-de-obra dos próprios recuperandos e o resultado obtido com a venda da produção é destinado para um fundo comum utilizado no cotidiano da organização.

Parte da produção é destinada para a utilização para uso comum no próprio Mosteiro e também nas outras casas da instituição. As cadeiras são utilizadas nos espaços comuns como refeitório, salas de reunião, secretaria e capela. Os artefatos de cimento são utilizados para as calçadas e pavimentação das ruas internas da área do Mosteiro. Segundo relato do Frei Chico, esta produção tem contribuído para a melhoria das dependências do Mosteiro e das casas de 2º Passo, e isto é valorizado na instituição.

Outra fonte de recursos cujo resultado é colocado em benefício comum é o aluguel de parte das dependências que é utilizado com Casa de Retiros. Como a casa é conhecida e oferece uma estrutura que pode ser utilizada em encontros pastorais da Igreja Católica, alguns grupos alugam o espaço e os valores recebidos são destinados para o fundo comum do Mosteiro.

4.2.2 Redistribuição

O princípio da redistribuição para Polanyi (2005) pressupõe a existência de um centro que recebe e que distribui. Este princípio de centralidade pode ser exercido pelo Estado ou por alguma autoridade que tem a responsabilidade de distribuir o que foi arrecadado ou recebido.

Num contexto atual da dádiva, Godbout (1999) analisa a perspectiva da centralidade nas relações sociais e os resultados de sua aplicação. Para o autor, quando o processo de redistribuição resulta de uma rede de relações na sociedade, ela pode fortalecer os vínculos entre os seus membros. Neste caso, o sistema central de redistribuição somente pode funcionar quando for conectado a esta rede social. Se não há fortalecimento do vínculo social nas relações de dar, receber e

distribuir o que se percebe é estabelecimento da burocracia no processo de centralização.

Neste trabalho, o princípio da redistribuição é analisado a partir de dois planos diferentes, o externo e o interno. No plano externo é analisada a relação da instituição com o Estado e órgãos públicos, a manifestação desta relação no seu cotidiano e a contribuição para a realização de atividades fins do Mosteiro. No plano interno é analisada a alocação dos recursos recebidos e sua destinação para o público-alvo e para atividades básicas da organização.

4.2.2.1 Captação de recursos financeiros junto ao Estado e órgãos públicos

Os recursos que advém do Estado não ocorrem de forma sistemática. O único recurso que tem uma frequência estabelecida é feito mediante um Termo de Compromisso com a Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Curitiba – SMA que, por meio da empresa Risotolândia, participante do Projeto Refeição Solidária desta Secretaria, fornece comida já preparada para a instituição. Diariamente, em horários pré-determinados, as refeições são retiradas na empresa e são servidas no Mosteiro. Nesta parceria, portanto, não há repasse de recursos financeiros.

No período de janeiro a maio de 2005, a instituição recebeu a partir de Convênio junto à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, publicado no Diário Oficial do Paraná de 01/12/2004, recursos na ordem de R\$ 24.993,91, referentes ao repasse de verbas para a garantia de alimentação de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar.

Em dezembro de 2005 foram recebidos recursos públicos mediante assinatura de Termo de Comodato junto à Secretaria Municipal do Abastecimento, da Prefeitura Municipal de Curitiba, no Projeto Horta Comunitária, o que possibilitou o recebimento de equipamentos para ampliação e fortalecimento da horta que é mantida na instituição e que serve a comunidade que lá vive. O Termo de Comodato tem prazo de vigência estabelecido até dezembro de 2010 e tem valor estimado em R\$ 10.100,00 para o conjunto de equipamentos. O objetivo desta parceria é a

contribuição na construção de uma política alimentar incentivando à boa alimentação como forma de manter a saúde física e mental das pessoas que estão em processo de recuperação, além de possibilitar um processo de terapia ocupacional daqueles que atuam no trabalho na horta da instituição.

Indiretamente há a participação do Estado no processo de recuperação das pessoas que procuram o Mosteiro e que são encaminhadas ao Hospital San Julian, cuja razão social é Hospital de Neuropsiquiatria do Paraná Ltda., localizado na Região Metropolitana de Curitiba, na cidade de Piraquara ou ao Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, entidade filantrópica sem fins lucrativos, que é um departamento da Federação Espírita do Paraná – FEP, e que são internadas para o processo de desintoxicação através do Sistema Único de Saúde – SUS. Como já demonstrado na Tabela 4, no ano de 2005 e 2006, foram internadas através do SUS 294 e 308 pessoas do sexo masculino, respectivamente. Durante o período de internamento, estipulado no mínimo em quarenta e cinco dias, mas que pode ser estendido quando há necessidade clínica, alguns pacientes abandonam o processo de recuperação e outros retornam para o convívio familiar sem a necessidade de voltarem ao Mosteiro.

Algumas pessoas são acolhidas pelo Mosteiro, mas, não se consegue o internamento em hospital psiquiátrico para o processo de desintoxicação. Quando isto ocorre, elas são submetidas ao acompanhamento ambulatorial por psiquiatra e psicólogo da rede do SUS ou atendidas nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Os CAPS foram instituídos por meio da Portaria/SNAS Nº. 224 - 29/01/1992 e são unidades de saúde locais e(ou) regionalizadas que oferecem atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, em um ou dois turnos de quatro horas, por equipe multiprofissional, constituída de psiquiatras, enfermeiros, psicólogos, terapia ocupacional, auxiliares de enfermagem e monitores.

A captação de recursos públicos não ocorre de forma sistemática e constante, e os valores recebidos não possibilitam integralmente a realização das atividades-meio da instituição. Requer, portanto, que outras ações sejam organizadas para a captação de recursos necessários para a realização das atividades desenvolvidas pelo Mosteiro.

4.2.2.2 Alocação dos recursos para o público-alvo e para atividades básicas da organização

Os produtos recebidos pelas doações, sejam elas advindas do processo estruturado pelas colméias ou pelas doações espontâneas e esporádicas recebidas da comunidade que participa do entorno da instituição, são armazenados e distribuídos de acordo com a sua disponibilidade e com a necessidade das pessoas que convivem no Mosteiro.

Exemplo deste processo são os materiais de limpeza e os produtos de higiene pessoal recebidos. Há a centralização destes produtos num estoque comum e, depois, são disponibilizados mediante a necessidade daqueles que precisam, seja para uso pessoal, seja na manutenção das dependências de uso comum. Também os produtos alimentícios recebidos são destinados para uma despensa que é controlada por equipe responsável pela cozinha, para serem armazenados e posteriormente utilizados nas refeições comunitárias feitas na instituição.

Quando a família ou amigos das pessoas que estão no processo de recuperação vem para as visitas e fazem alguma doação, os produtos recebidos também são armazenados em local definido e, posteriormente, são destinados para uso comum.

4.2.3 Troca Mercantil

No Mosteiro, funcionam algumas oficinas terapêuticas, que têm como principal finalidade proporcionar atividades nas quais os recuperandos possam exercer uma ocupação. Atualmente essas oficinas são: a fábrica de artefatos de cimento e o artesanato (confeção e restauração de peças em gesso e, confeção de cadeiras revestidas com fio de papel) que funciona esporadicamente, quando algumas encomendas são feitas.

As atividades desenvolvidas no Mosteiro que podem ser consideradas como trocas mercantis, estão inseridas dentro do contexto do processo de recuperação

das pessoas que buscam na instituição o apoio para deixarem as drogas ou o álcool. Neste sentido, tanto a fábrica de cadeiras, como a fábrica de artefatos de cimento são espaços de trabalho e terapia ocupacional, mas também são espaços onde a instituição busca condições para a sua sustentabilidade econômica e financeira. Especificamente sobre a fábrica de artefatos de cimento, Frei Chico comenta que “poderia ser uma grande fonte de renda, mas que o objetivo principal é a atividade ocupacional dos recuperandos e depois o resultado propriamente dito”.

Para Polanyi (2000) a troca mercantil depende do padrão de mercado para que ela aconteça e este mercado é que determina os preços dos produtos. Os produtos que são fabricados no Mosteiro não são colocados à venda diretamente no mercado, são vendidos para as pessoas que conhecem o trabalho desenvolvido na instituição ou mediante a indicação. Não é feita a divulgação da produção dos produtos fabricados na instituição e os preços de venda são definidos abaixo do preço estabelecido pelo mercado.

Durante a fase da pesquisa, algumas pessoas que trabalham na coordenação da instituição preparavam documentação contábil e fiscal para buscar junto aos órgãos competentes a classificação da fábrica de artefatos de cimento em oficina terapêutica. Com esta mudança haverá a isenção de tributos, o que possibilitará a melhoria das condições de venda e, conseqüentemente, da arrecadação dos produtos produzidos na instituição.

Os instrumentos financeiros e contábeis da instituição, mostrados no seu comparativo entre os anos de 2005 e 2006, Quadro 10 – Balanço Patrimonial e Quadro 11 – Demonstrativo de Receitas e Despesas do Exercício representam as movimentações possíveis de serem registradas diretamente nos seus livros contábeis. Não alcançam a totalidade das movimentações percebidas durante a pesquisa e que ocorrem entre os diversos atores sociais e a organização, nem a aquisição da área do Mosteiro por, ainda, estar durante o período de pagamento e ser parte do processo de comodato assumido.

A partir da análise comparativa dos Balanços Patrimoniais dos anos de 2005 e 2006, foi possível identificar o reflexo de algumas ações realizadas naquele último ano. O Patrimônio Social teve um acréscimo de 129%, o que já demonstra o crescimento do processo de captação de recursos, contabilizados na conta Outras Contas do Ativo Circulante. Nas movimentações no Demonstrativo de Receitas e

Despesas de 2005 e 2006 pode-se perceber que as Doações e Contribuições para Custeio cresceram em 96% de um ano para outro, o que representou um acréscimo de R\$ 48.877,19 nesta conta e determinou um aumento em 90% das receitas da instituição no período.

O aumento no período das receitas contabilizadas como Doações e Contribuições para Custeio refletem a expansão das vendas realizadas pela fábrica de artefatos de cimento, inseridas nesta linha por não haver, ainda, a possibilidade de isenção dos impostos incorridos nestas vendas.

As despesas no período 2005/2006, praticamente, não tiveram acréscimo. Houve, contudo, uma reclassificação das despesas com Água, gás e energia elétrica que no ano de 2006 foram consideradas na linha de Outras Despesas Administrativas.

Razão Social: ASSOCIAÇÃO CASAS DO SERVO SOFREDOR

CNPJ Nº: 02.300.137/0001-97

ATIVO			PASSIVO		
	2005	2006		2005	2006
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Disponível	3.183,85	4.602,38	Fornecedores	-	-
Contas Vinculadas	-	-	Obrigações trabalhistas	-	-
Convênios, Acordos e Ajustes	-	-	Obrigações Sociais	-	-
Valores a receber de terceiros	-	-	Prestadores de Serviços	-	-
Adiantamento a empregados	-	-	Aluguéis a Pagar	-	-
Outras contas e títulos a receber	-	-	Adiantamento de clientes	-	-
(-) Provisão para devedores duvidosos	-	-	Empréstimos e financiamentos a pagar CP	-	-
Estoques	-	-	Obrigações fiscais exceto IRrenda e CSLL	-	-
Despesas antecipadas	-	-	Convênios Públicos (Saldo)	-	-
Outras Contas do Ativo Circulante	-	11.279,72	Adiantamento de Projetos	-	-
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO			Subvenções Públicas (Saldo)	-	-
Valores a receber a longo prazo	-	-	Recursos de Leis de Incentivo Fiscal	-	-
ATIVO PERMANENTE			(-) Rec. Leis de Incentivo Fiscal utilizados	-	-
Investimentos	-	-	Provisão para IRrenda e CSLL	-	-
Imobilizado	6.626,10	6.626,10	Sentenças judiciais trabalhistas a pagar	-	-
(-) Depreciação / amortização acumulada	-	-	Sentenças judiciais a pagar – exceto trabalhista	-	-
Diferido	-	-	Outros Passivos Circulantes	-	-
Outros Ativos Permanentes	-	-	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
			Empréstimos e financiamentos a pagar a longo prazo	-	-
			Contas a pagar	-	-
			Aluguéis antecipados	-	-
			Outros passivos exigíveis a longo prazo	-	-
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
			Resultados de exercícios futuros	-	-
			PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO		
			Patrimônio Social (Fundo Patrimonial)	9.809,95	22.508,20
			Doações patrimoniais	-	-
			Reservas constituídas	-	-
			Superávits / Déficits acumulados	-	-
			Superávits / Déficits do exercício	-	-
			Outras Contas do Patrimônio Social	-	-
TOTAL	9.809,95	22.508,20	TOTAL	9.809,95	22.508,20

Quadro 10 - Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2005 e 31/12/2006

Fonte: Mosteiro Monte Carmelo (2006) – os dados do exercício de 2005 foram adaptados ao modelo apresentado em 2006.

Houve um acréscimo de 44,5% no caixa do Mosteiro, registrado no Ativo Circulante, na linha de Disponível. Em reais, isso representa um acréscimo de R\$ 1.418,53 – o que é relativamente pouco relevante, dado às necessidades de

recursos para a manutenção das despesas da instituição. Percebe-se, neste sentido, que a evolução patrimonial está concentrada nas contas que oferecem menor disponibilidade de movimentação, ou liquidez.

Como já mencionado, a análise das movimentações dos demonstrativos financeiros representam parcialmente a realidade econômica da instituição. Isto demonstra que a visão para as movimentações econômicas da instituição deve ser feita de forma ampliada, não se limitando a um diagnóstico meramente contábil e financeiro, como se faz numa organização tradicional.

Daí a importância da avaliação a partir de um espectro mais aberto, que incorpore outras dimensões de sustentabilidade, que não somente a econômica e financeira. O olhar lançado para as ações de reciprocidade possibilitam compreender melhor a organização e seu processo de sustentação.

Razão Social: ASSOCIAÇÃO CASAS DO SERVO SOFREDOR
CNPJ Nº: 02.300.137/0001-97

	2005	2006		2005	2006
RECEITAS OPERACIONAIS			DESPESAS COM PESSOAL		
Prestação de serviços (Exceto Saúde/Educ)	-	-	Salários de Funcionários(c/vínculo empregatício)	-	-
Recursos - subvenções públicas	-	-	Encargos Sociais com Pessoal	-	-
Recursos - contribuições públicas	-	-	Despesas Diversas com Pessoal	-	-
Recursos - convênios públicos	-	-	Remuneração de Dirigentes	-	-
Recursos - auxílios públicos	-	-	Encargos Sociais com dirigentes	-	-
Recursos - Termo de Parceria	-	-	Outros Encargos Sociais Compulsórios	-	-
Doações e contribuições para custeio	50.717,79	99.594,98	Outras despesas com Pessoal	-	1,00
Receita de convênios de saúde privados	-	-	SERVIÇOS CONTRATADOS		
Prest. Serviços de saúde não-conveniados	-	-	Recursos Humanos Externos – Pessoa Física	-	-
SUS – Sistema Único de Saúde	-	-	Recursos Humanos Externos – Pessoa Jurídica	-	-
Inscrições de cursos e vestibulares	-	-	INSS sobre serviços prestados por terceiros	-	-
Serviços Educacionais	-	-	Outras despesas com serviços contratados	-	-
Taxa, mensalidades e contribuições	-	-	CUSTOS DE PROJETOS		
Contribuição de empresas mantenedoras	-	-	Custos de Projetos	-	-
Doações, Campanhas e patrocínios	-	-	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Recursos Internacionais	-	-	Águas, gás e energia elétrica	10.551,50	-
DEDUÇÕES DAS RECEITAS			Aluguéis pagos	-	-
(-) Bolsas de estudo concedidas	-	-	Despesas com veículos	944,10	1.366,00
(-) Atendimento gratuito	-	-	Diárias e viagens	116,62	421,28
(-) Descontos Comerciais Obtidos	-	-	Hospedagem	-	-
(-) PIS sobre receitas	-	-	Passagens aéreas/rodoviárias	-	-
(-) COFINS sobre receitas	-	-	Material de Consumo/Escritório/Expediente	615,02	1.502,40
(-) ICMS sobre vendas	-	-	Telefone, Fax e outras desp. c/comunicações	5.614,22	4.687,07
(-) ISS sobre serviços	-	-	Publicações Técnicas	-	-
(-) Vendas Canceladas	-	-	Serviços Técnicos e Especializados	-	-
(-) Outras deduções	-	-	Despesas com Informática	-	-
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			Prêmios de seguros contratados	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	Despesas com atividades sociais e culturais	-	-
RECEITAS FINANCEIRAS PATRIMONIAIS			Outras despesas administrativas	67.676,68	78.759,91
Descontos Obtidos	-	-	DESPESAS COM BOLSAS DE ESTUDO A TERCEIROS		
Renda de aluguéis e arrendamentos	-	-	Ensino Fundamental	-	-
Rendimentos de Títulos e Aplicações no Mercado Financeiro	908,08	136,10	Estagiários	-	-
(-) Impostos s/aplicações financeiras	-	-	Curso Superior	-	-
Outras Receitas Financeiras	-	-	Mestrados, Doutorados e Pós-Doutorados	-	-
RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS			Outras Despesas com Bolsas de Estudo	-	-
Venda de Ativo Permanente	-	-	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES (não-lançados em Receitas)		
Doações receb. em bens ou mercadorias	-	-	Impostos federais	144,74	-
Outras Receitas Não-Operacionais	847,00	-	Impostos estaduais	-	100,91
OUTRAS RECEITAS			Impostos municipais	-	-
Outras receitas não classificadas anteriormente	-	-	CMPF	267,98	64,66
			COFINS	-	-
			IOF	-	-
			Outros tributos, taxas e contribuições	851,45	-
			DESPESAS FINANCEIRAS		
			Descontos concedidos	-	-
			Despesas Bancárias	-	130,60
			Outras despesas financeiras	-	-
TOTAL DE RECEITAS	52.472,87	99.731,08	TOTAL DE DESPESAS	86.782,31	87.032,83

Quadro 11 - Demonstrativos de Receitas e Despesas de 2005 e 2006

Fonte: Mosteiro Monte Carmelo (2006) – Os dados do exercício de 2005 foram adaptados ao modelo apresentado em 2006.

4.2.3.1 Comercialização de produtos de interesse da comunidade

Diferentemente de um processo de produção de mercado, onde os custos de mão-de-obra utilizados na produção são diretamente inseridos no preço de venda dos produtos, no Mosteiro a mão-de-obra utilizada é realizada pelos próprios recuperandos. O objetivo do trabalho destas pessoas é a terapia ocupacional e o seu envolvimento em atividades que possibilitem a sua integração social. Como há uma orientação em se vender produtos em condições mais favoráveis do que o mercado, acredita-se que isso é resultado de um processo terapêutico e com cunho social. Pela produção ser a custos menores, é um fator que possibilita que os produtos sejam vendidos a preços competitivos e que ajuda no processo de comercialização.

4.2.3.2 Benefícios financeiros e sociais extensivos à comunidade

De acordo com a coordenação, todos os produtos produzidos no Mosteiro são comercializados com a finalidade de auxiliar na sua sustentação da instituição. Atualmente, a contribuição das receitas das vendas dos produtos suporta grande parte das despesas fixas da instituição e são registradas como doação. O interesse em transformar a fábrica de artefatos de cimento em oficina terapêutica e assim conseguir os benefícios fiscais possibilitará a expansão desta atividade e sua contribuição para suportar não só a manutenção das atividades, mas também o fortalecimento da instituição do ponto de vista econômico e financeiro e assim a possibilidade de avançar no atendimento social.

Da mesma maneira que ocorre com os resultados obtidos pela venda dos produtos, os valores recebidos pelo aluguel das dependências do Mosteiro para eventos são colocados em fundo comum e destinados para cobertura das despesas na instituição.

4.2.3.3 Reflexo das atividades de captação de recursos financeiros através da troca mercantil

Para a coordenação da instituição, a geração de caixa obtida pela venda dos produtos feitos na instituição contribui para sua sustentação e, se toda a produção fosse destinada para a venda, esse resultado seria ainda maior, pois parte do que se produz é destinada para melhoria das dependências das casas de recuperação, ou seja, são investidos internamente. Os valores recebidos são registrados no caixa da entidade, conforme Quadro 11, e fazem parte da linha de doações pela limitação fiscal existente e sobre a qual se atua na regularização.

Como no período da pesquisa a entidade não possuía um caminhão de sua propriedade para transporte dos artefatos de cimento produzidos, havia a dependência de terceiros para essa atividade. Segundo Frei Chico, com o resultado das vendas dos produtos desta fábrica foi possível adquirir uma Kombi que posteriormente será vendida para se comprar um caminhão para o transporte dos produtos.

A possibilidade de auto-sustentação econômica e financeira da instituição passaria pelo redirecionamento da finalidade das atividades exercidas nas fábricas de artefatos de cimento e de cadeiras, e também pelo redirecionamento da alocação dos produtos feitos, sendo destinados totalmente para a venda. De acordo com Frei Chico, que se busca, no entanto, é a ampliação das possibilidades de resultado pela adequação fiscal das atividades mantendo o princípio no qual são realizadas estas atividades, que é a terapia ocupacional dos recuperandos.

Os resultados obtidos pela realização do Bingo da Solidariedade em 2006 foram destinados integralmente para pagamento de parte da anuidade da aquisição da área do Mosteiro.

4.2.4 Valores e Objetivos

Os valores e objetivos na organização não estão expressos formalmente, mas estão consolidados pela vivência em comunidade que é possibilitada no cotidiano na instituição.

No Mosteiro, há um processo de divisão de responsabilidades em que se respeita o interesse, a motivação e as habilidades das pessoas em recuperação. De acordo com Frei Chico a escolha do espaço terapêutico em que trabalhará é do próprio recuperando. Ao comentar sobre as pessoas que trabalham na fábrica de artefatos de cimento, ele comenta que “quem vai lá se sente satisfeito [...] e assim também ocorre com as atividades de cozinha, jardim, horta e assim por diante”. A ocupação das pessoas possibilita segundo ele, que: “além de ocupar a pessoa em algo que ela se sente satisfeita como ser humano [...] nós queremos também aproveitar a satisfação da pessoa e para prestar serviço a comunidade [...] tanto interna e externa [...] e ir além da sua satisfação”.

Ao apresentar a questão dos valores em Guerreiro Ramos, Serva (1996, p. 336) menciona que “os valores estão fortemente presentes desde a caracterização da racionalidade substantiva até os ditames da teoria substantiva da vida humana associada e também da abordagem substantiva das organizações”. Neste sentido, a presença de valores que se disseminam na organização e, por vezes a ultrapassam, refletem os princípios que estão internamente consolidados.

Durante a fase de pesquisa de campo foi possível observar que os valores e objetivos apresentados pela coordenação e pelos voluntários permanentes na instituição ficaram evidenciados nas palavras dos entrevistados, sejam aqueles que participam das colméias e aqueles que atuam em atividades de apoio e na prestação de serviços voluntários no Mosteiro. Valores como “seriedade”, “atenção”, “dedicação”, “espiritualidade”, “fraternidade” e “acolhimento” foram mencionados como valores percebidos na instituição e em seus dirigentes.

Quando questionado sobre como se organizava a produção e venda dos produtos produzidos pela fábrica de artefatos de cimento, Frei Chico mencionou:

Nós produzimos em preços mais baratos que o mercado [...] é uma proposta nossa. Nós queremos que alguma pessoa pense em buscar no Mosteiro porque é mais barato, mas também, porque tem pessoas lá que estão se tratando, estão trabalhando, está se integrando a vida, está voltando à vida [...] é uma coisa pensada no todo, no projeto, não é uma coisa pensada para ganhar dinheiro.

Durante a pesquisa junto aos entrevistados que apóiam a causa da instituição, um fato que ficou evidenciado foi a questão da responsabilidade e consciência social. Foi mencionada em diversos momentos a importância do acolhimento pelo Mosteiro das pessoas marginalizadas e por vezes desamparadas inclusive do apoio familiar. Para os entrevistados, esse processo resulta de uma realidade social que exclui e que desagrega, mas que é possível criar condições, como as que existem atualmente no Mosteiro, para ajudar no resgate social, daí o compromisso deles em ajudar a causa.

Tanto internamente como externamente, foi observado que há por parte dos atores sociais o entendimento de que vício das drogas e do álcool é resultado de uma doença social, mas possível de cura. Este entendimento se evidencia pela atuação destas pessoas junto ao Mosteiro e pela importância que tem para eles o processo de recuperação destes doentes.

A liberdade de escolha e autonomia são valores expressos na instituição. Para que uma pessoa seja acolhida no processo de recuperação sempre é necessária a sua opção e escolha de tratamento. Não se admite no Mosteiro pessoas que são simplesmente conduzidas pela família ou por terceiros. A crença de que o processo de recuperação é algo que parte inicialmente da própria pessoa determina que somente sejam aceitos no processo de recuperação aqueles que espontaneamente se manifestam. O portão da área é mantido sempre aberto para que a liberdade de ir e vir seja evidenciada. Entretanto, as pessoas que estão em processo de recuperação são orientadas a não sair sozinhas do Mosteiro. Quando precisam sair, seja para tratamento ou para outra finalidade, a orientação é para que saiam acompanhados.

Um outro valor expresso na instituição é a partilha de tudo aquilo que se recebe e se tem. A valorização da partilha passa pelo entendimento que quando se procede desta forma as pessoas se abrem para a recuperação por estarem desapegadas e assim podem avançar no tratamento e no convívio social.

4.2.5 Reflexão sobre a Organização

Para Serva (1993, p. 39) em organizações em que os traços da racionalidade substantiva aparecem com maior intensidade “a reflexão a respeito da organização, seus caminhos, objetivos e práticas, em geral é intensa e coletivizada. Nota-se a participação generalizada dos membros nas discussões”.

Os entrevistados ao serem questionados sobre a importância do Mosteiro no trabalho de recuperação de pessoas da dependência das drogas e do álcool fizeram ponderações positivas e importantes a respeito da atuação da instituição. Durante o processo de discussão dos grupos em que foi aplicada a pesquisa, houve momentos em que alguns participantes manifestavam opiniões a respeito do trabalho feito no Mosteiro e havia interação entre os participantes confirmando as idéias e, por vezes, ampliando a análise a respeito de fatos e situações vivenciadas na relação com a organização e seus membros.

Estes fatos reforçam o que Serva (1993, p. 39) menciona a respeito do processo de reflexão sobre a organização. Para ele:

A intensidade das interações parece um dos fatores primordiais para um estado de vivência e avaliação do presente que se sobrepõe a preocupações com o futuro, valorizando mais a política do cotidiano do que o planejamento de ações de longo prazo.

O processo de observação do cotidiano do Mosteiro evidencia a dimensão de presente, com foco na atuação nas necessidades momentâneas e na busca de solução do que precisa ser feito e que esteja em sintonia com os valores e objetivos da instituição. Quando algo necessário para a manutenção da casa encontra-se faltando, inicia-se um processo de comunicação com as pessoas que participam do entorno organizacional, principalmente das colméias. Dado o comprometimento dessas pessoas com a instituição, o processo de captação de doações é iniciado e o resultado deste trabalho é encaminhado à organização. Isto é possível pela relação de confiança estabelecida entre os participantes deste processo.

Outro ponto importante observado foi a visão dos que apóiam o Mosteiro, em relação ao local físico e às pessoas em recuperação. Para um dos entrevistados a

sua visão antes de conhecer a instituição e depois de conhecer é distinta. Para ele “antes de conhecer eu tinha receio e medo, pelas pessoas que estavam lá, drogados e alcoólatras, depois de conhecer eu mudei esta visão, pois são pessoas em recuperação”.

4.2.6 Dimensão Simbólica

Conforme Guerreiro Ramos a dimensão simbólica que se expressa nas relações sociais possibilita o processo de interação e dinamiza o relacionamento e o convívio humano, para ele:

O que mantém uma sociedade em funcionamento como importante ordem coesiva é a aceitação, pelos seus membros, dos símbolos através dos quais ela faz sua própria interpretação. A interação simbólica é a essência da vida social significativa e, portanto, para usar uma expressão de Kenneth Burke, a 'simbolicidade' constitui um atributo essencial da ação humana. [...] O fenômeno da comunicação distorcida tornou-se uma preocupação fundamental de Habermas. Propõe ele uma distinção entre a ação racional com propósito, ou ação instrumental, e a ação de comunicação, ou de interação simbólica (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 14).

O ambiente físico, os ícones e painéis com frases dispostas nos caminhos internos dentro da área do Mosteiro foram descritos pelos entrevistados como sendo marcas importantes do lugar.

Com relação ao ambiente físico, alguns dos entrevistados manifestaram a sua importância no processo de recuperação das pessoas e o que representa para eles quando vão ao Mosteiro. Para uma das pessoas que participam do processo de escuta aos recuperandos todas as quartas-feiras, “o ambiente físico do Mosteiro inspira paz e possibilita o processo de recuperação e também é propício para o processo de escuta”. Para outro:

quando você entra do portão pra cá, parece que muda o ar. Parece que você não está dentro de Curitiba. Parece que você está em outro lugar, deserto tranquilo, sossegado. Você até esquece dos problemas que você tem lá fora [...]

Uma outra pessoa que também participa do Grupo de Escuta, ao comentar sobre o dia em que esteve no Mosteiro pela primeira vez, e por ter formação em psicologia, foi convidada a participar das escutas manifestou o simbolismo do local e da relação com a instituição: “naquele dia em que estivemos aqui [...] a primeira vez que eu vim aqui [...] fui convidada e tive a certeza, eu venho [...] logo depois que eu falei com o Frei eu tomei uma chuva e foi como que um batismo mesmo [...]”

Um fato importante que se observou foi que as pessoas que estão em processo de recuperação são chamados de servos ou servas em referência a passagem bíblica do Livro de Isaías, no Antigo Testamento. Aqueles que possuem uma relação de maior proximidade com a instituição quando se referem aos recuperandos também os chamam desta forma.

Quase todos os entrevistados, sejam os que foram entrevistados individualmente, em pares ou, ainda, os participantes dos grupos focais, mencionaram a importância do Frei Chico para a instituição. Quando mencionado o processo de formação do projeto, a indicação do seu compromisso com a recuperação das pessoas em situação de dependência foi um fator importante para o engajamento de vários dos entrevistados no processo de envolvimento e apoio à causa. De certa forma, há, em alguns momentos, uma referência explícita do significado da atuação do Frei Chico. Alguns entrevistados mencionam o trabalho desenvolvido pela instituição como “a causa do Frei Chico”.

Uma pessoa, convidada pelo Frei Chico para coordenar a de recuperação das mulheres, a Casa das Servas, quando questionada sobre a importância do trabalho, menciona sua trajetória na instituição e faz referência ao Frei Chico:

Sim, minha vida faz parte desse projeto, são seis anos, e o tempo mais longo que eu fiquei longe da casa foram vinte dias. Pra mim ainda falta muita coisa pra aprender, muita sabedoria. Isso é o que esta me faltando. Eu quero mais ainda, quero ter bastante poder da oração. E cada dia que eu vejo o Frei me dá mais vontade, mas ânimo de tocar isso aqui pra frente, não parar.

No documento que apresenta o Mosteiro e que é disponibilizado para as pessoas que procuram informações a respeito do projeto há um texto que expressa o simbolismo que se percebe na relação com a comunidade:

Estamos organizando os nossos colaboradores em "Colméias", nas quais, a 'Abelha Rainha' organiza as 'Abelhas Operárias' para gerarem o mel para os servos; cada colméia gera um tipo de mel, equivalente a um tipo de alimento e material. Dessa forma temos hoje, a colméia do material de limpeza, do arroz, do feijão, etc; estando algumas ainda por se formarem, à medida que surjam pessoas dispostas a serem nossas benfeitoras. O Mosteiro, por sua vez, se tornou a "Colméia Orante", colocando diariamente nas mãos de Deus, os problemas do mundo de hoje, inclusive as nossas "Colméias", formadas pelos que chamamos de benfeitores. Não fosse a bondade das colméias, seria impossível a realidade das Casas do Servo Sofredor.

Termos como Colméia, Abelhas-Rainha, Abelhas Operárias e Benfeitores são freqüentemente utilizados no cotidiano da instituição e possuem um significado especial para as pessoas que vivem no Mosteiro e para as pessoas que apóiam a causa da instituição. Essas palavras expressam a relação de ajuda e a importância da comunidade que se organiza para apoiar o projeto da instituição.

4.2.7 Ação Social e Relações Ambientais

Como a origem do projeto foi a partir de pessoas que tinham intensa atuação social e comunitária, e seu objetivo é o resgate social de pessoas, de certa forma, estes fatores já motivaram a inserção social e um nível elevado de relacionamento com o ambiente em que está inserido.

Para Serva (1993) o processo de inserção social da organização se dá pela sua exposição para o seu entorno social e para o ambiente que está inserida, neste sentido, menciona que:

A expressão social da organização esta relacionada com a ampla divulgação dos seus ideais e valores, bem como a transparência em suas práticas e atividades, principalmente nas entidades de defesa dos direitos civis e organização político-social de comunidades. As preocupações com a autenticidade, legitimidade e profundidade estão vinculadas a praticamente todas as organizações no que tange à avaliação de sua respectiva expressão social (SERVA, 1993, p. 40).

Fica evidenciado pelas entrevistas que os ideais e valores cultivados no Mosteiro estão disseminados no seu entorno social. Ao serem questionados sobre o significado da instituição para eles, diversos entrevistados mencionaram valores

vivenciados pelos responsáveis pelo projeto, bem como os valores percebidos na relação com a instituição e no processo de recuperação.

A coordenação das atividades da comunidade está sob responsabilidade dos seus diretores, que são frades carmelitas e convivem diariamente na instituição, e por alguns dos voluntários permanentes. Há neste grupo um exercício permanente de co-responsabilidade na condução do cotidiano da organização. Estas pessoas são responsáveis por fazer o relacionamento com a sociedade e com os grupos e pessoas que apóiam a instituição.

Há um processo de comunicação intenso e feito de forma direta. A utilização de telefonemas tem sido o meio mais utilizado para o contato com as pessoas fora do Mosteiro, porém, muitos contatos também são realizados de forma pessoal, seja nas dependências da instituição, seja através de visita às pessoas que participam do apoio à organização.

É valorizada a participação da comunidade que apóia a causa e o processo de recuperação das pessoas no cotidiano da instituição. Na sua maioria, as pessoas que participam de algumas atividades do Mosteiro, como missas diárias e alguns eventos específicos, são pessoas de origem simples, mas que estão envolvidas com disseminação da causa do projeto. Este envolvimento tem suscitado o comprometimento e a mobilização social dessas pessoas em torno da instituição.

4.2.8 Visão de Conjunto da Sustentabilidade do Mosteiro

Cada um dos princípios de integração da economia apresentado por Polanyi, e analisados neste estudo, obedecem a uma determinada condição das relações sociais com o processo econômico. Para Polanyi (1980), quando um processo econômico é integrado pelo princípio da troca mercantil, a economia encontra-se organizada como um processo autônomo, independente. Nos princípios da reciprocidade e da redistribuição os processos econômicos encontram-se encastrados (*embedded*) nas relações sociais e, desta forma, não podem ser avaliados por instrumentos advindos da concepção formal da economia ou de uma mentalidade meramente mercantil.

Numa relação de reciprocidade os atores sociais participam da sustentabilidade da instituição através de um processo de reflexão sobre seus papéis e de compromisso com a causa. Como a relação desses atores com o Mosteiro se dá de forma aberta, há também a ponderação a respeito da ação coletiva e da necessidade de resgate das pessoas que passam pelo problema da dependência do álcool e das drogas e suas conseqüências na degradação das relações familiares e sociais. A visão do projeto se amplia e cria uma dinâmica positiva na relação pelo fortalecimento do vínculo entre os diversos atores mediante o compromisso com a ação social.

A interação simbólica reforça os laços entre as pessoas que têm responsabilidade sobre o processo de captação das doações de forma individual (as abelhas-rainha), as responsáveis pelas colméias, as que buscam as doações (as abelhas-operárias). Foi percebido que estas pessoas falam sobre a sua atuação assumindo os papéis designados, carregados de simbolismo e significado. Também as pessoas que participam do processo de escuta semanal no Mosteiro referenciam a importância da causa, das pessoas em recuperação, reforçam e propagam os valores e objetivos da instituição e, se sentem parte do processo, identificando-se com o projeto.

Frei Chico menciona que os investimentos na fábrica de artefatos de cimento e um conseqüente aumento e direcionamento da produção para a venda possibilitaria o incremento nas receitas do Mosteiro, sua sustentabilidade econômica e financeira, mas defende, contudo, que esse não é seu objetivo principal. Para ele, primeiramente vem o processo terapêutico das pessoas que trabalham na fábrica, sua recuperação e o destino de parte da produção a ser utilizada na melhoria das estruturas das casas onde vivem os recuperandos. Estas pessoas são parte importante do processo, uma vez que colaboram com a sustentabilidade do Mosteiro participando com sua mão-de-obra, que também determina uma ocupação.

Este fato, além de confirmar os valores e objetivos da instituição, evidencia também os princípios econômicos da reciprocidade, da troca mercantil e seus significados para o Mosteiro.

Os demonstrativos financeiros e contábeis da instituição evidenciam que há um limite de recursos que se originam de operações no âmbito das trocas mercantis. Isto ocorre pela limitação da inserção nestes instrumentos e pela relação

comparativa aos recursos que são recebidos por doações, originados das relações no campo da reciprocidade entre os diversos atores sociais e a instituição.

A apreciação das categorias estabelecidas no quadro de análise feitas de forma singular, teve por objetivo a sua constatação e compreensão do contexto em aparecem na organização, na interação entre os diversos atores sociais que participam da instituição e do seu entorno. Entretanto, não ocorrem isoladamente, mas de forma integrada e refletem-se mutuamente no contexto das relações internas com o ambiente em que a organização está inserida.

Cabe aqui analisar algumas das limitações ou fatores que foram observados e que podem influenciar negativamente a sustentabilidade do Mosteiro. Esta análise será feita à luz da necessidade de avanços institucionais propostos por Armani (2004), fundamentais para que a questão da sustentabilidade das ONGs seja melhor compreendida.

Armani (2004, p. 9-10), considera que o primeiro avanço conceitual para a sustentabilidade das ONGs:

diz respeito ao reconhecimento de que a sustentabilidade, para organizações como as ONGs, jamais significará que elas consigam se sustentar financeiramente sem uma proporção relevante de recursos doados a fundo perdido; isto é, a sustentabilidade desse tipo de organização vai sempre combinar, na melhor das hipóteses, uma capacidade para obter receitas “próprias” de forma regular (contribuição de sócios e de “rede de amigos”, prestação de serviços de forma remunerada, venda de produtos, etc.), com a capacidade de acessar fontes de financiamento públicas, privadas e não-governamentais nacionais e internacionais.

Este avanço incorpora os três princípios da concepção substantiva da economia: a reciprocidade, a redistribuição e a troca mercantil que ocorrem de forma integrada. Na pesquisa foi possível perceber que é uma característica presente o recebimento de doações sem contrapartida direta. A atuação do Mosteiro na busca da sustentação do projeto é feita de forma variada e, por contar com uma rede de apoio fortalecida, consegue acessar os recursos necessários para sua manutenção através da ajuda dos diversos atores sociais que atuam no entorno da organização.

Foi possível perceber, entretanto, a ausência de processos estruturados para o acesso aos benfeitores e colaboradores, bem como, das fontes públicas e privadas de recursos. Os contatos são esporádicos e à medida das necessidades. Há uma

centralização do processo de planejamento e decisão, o que promove uma dependência em torno da pessoa que está a frente da instituição, no caso, o Frei Chico.

Neste sentido, apesar de ter uma rede social bem consolidada e que proporciona este avanço ao Mosteiro, a carência de coordenação institucional e de planejamento na abordagem às diversas fontes podem limitar as possibilidades e alternativas adequadas que contribuem com a sustentabilidade da instituição.

O segundo avanço conceitual apresentado por Armani (2004, p.10),

é relativo ao fato de que a sustentabilidade não diz respeito apenas à dimensão da sustentação financeira de uma organização, mas sim a um conjunto bem mais amplo de fatores de desenvolvimento institucional cruciais para as chances de “êxito duradouro” de uma ONG (Armani, 2001).

O desenvolvimento institucional para Armani (2003) refere-se aos “processos e iniciativas que visam assegurar a realização, de maneira sustentável, da missão institucional; e fortalecer o posicionamento estratégico de uma determinada organização na sociedade”. Ainda, de acordo com o autor, para que isto seja possível, torna-se necessário algumas medidas, que são:

(i) que fortaleçam a capacidade de articulação das iniciativas e de promoção de processos de mudança social, e (ii) que ampliem a base social/legitimidade e credibilidade da organização, assim como (iii) busquem o aprimoramento gerencial e operacional.

Armani (2004, p. 10) aponta neste contexto de desenvolvimento institucional, que “sustentabilidade, nesse sentido, poderia ser definida como a capacidade institucional de interagir criativamente com contextos cambiantes, de forma a manter-se a relevância social e fortalecer-se a credibilidade da organização”.

Muda-se o foco da sustentabilidade, superando a visão de sustentabilidade focada na dimensão econômica e financeira. Para que uma ONG se mantenha e cresça tornam-se necessários aspectos mais amplos do que a sua sustentação financeira, como a capacidade de se renovar e de se movimentar num contexto de mudanças, sem perder seu foco principal, sua razão de existir. Muda e avança sem perder sua essência, sua base. Aprimora-se administrativa e gerencialmente, cultivando sua capacidade de atrair forças que a sustenta.

No caso do Mosteiro, a análise das condições em que a sua sustentabilidade está construída permite apresentar alguns pontos, tanto no sentido da consolidação desta dinâmica de sustentação, como em alguns sinais que alertam para a necessidade de revisão.

O envolvimento dos diversos atores sociais encontrados na pesquisa com a causa da instituição é relevante e essencial para a ampliação e sedimentação das condições que são alicerce da sustentabilidade do Mosteiro. A rede de colméias e, também, as diversas pessoas que transitam no entorno organizacional e atuam diretamente para a construção da sustentação da organização possibilita a manutenção da instituição, seja econômica e financeiramente, seja no fortalecimento do seu projeto e missão institucional.

Essa rede e essas pessoas que atuam e que promovem a sustentabilidade do Mosteiro encontram-se de forma esporádica, sem que se tenha um projeto estruturado de organização. O processo de mobilização destas forças está organizado de maneira que impede a concentração dos esforços e o aprofundamento da reflexão em conjunto a respeito das atividades e possibilidades decorrentes da participação mais ativa. As visões a respeito das oportunidades estão concentradas nas pessoas que estão à frente da organização. Isso pode configurar um risco de perda das forças que movem a instituição e, de certa forma, caracteriza a insuficiência de planejamento e gestão estratégica.

O terceiro avanço apontado por Armani (2004, p. 10) emana do segundo:

é o aparente paradoxo de que, para ser sustentável, uma organização precisa se reinventar. Isto é, a sustentabilidade não se oferece facilmente, ela requer enorme esforço continuado, determinação política e disposição para mudança de aspectos relevantes da cultura e do fazer institucional, gerando uma carga razoável de conflitos e tensões, sejam, por exemplo, quanto ao planejamento estratégico e às estratégias de comunicação (se existentes), ao perfil dos recursos humanos e à capacidade de gestão administrativo-financeira, ou mesmo quanto à relação estratégica e orçamentária entre atividades-fim e atividades-meio.

Neste sentido, torna-se emergente que o foco seja direcionado para a maneira como a instituição se organiza e se estrutura para alcançar de forma contínua os seus objetivos. Esta revisão das suas práticas nas atividades internas e externas possibilita que alternativas de melhoria possam ser implantadas e que o

enfoque seja continuamente ajustado de acordo com os fins pelos quais a organização opera.

No Mosteiro, fica evidenciado a necessidade da implantação de melhores condições administrativas, principalmente no que diz respeito ao processo de comunicação com o entorno que atua para a sustentabilidade da instituição. Melhorias na estruturação dos seus documentos, possibilitaria que estivesse mais capacitada para buscar junto à sociedade, aos órgãos públicos e privados recursos que pudessem ser colocados à disposição do seu projeto social.

Outro ponto observado, e já anteriormente mencionado, é a ausência de um processo de planejamento mais estruturado. A estratégia da busca de sustentação e crescimento do projeto passa, necessariamente, pela relação com os diversos atores sociais que participam na instituição. Durante a pesquisa foi possível a participação em algumas reuniões em que se discutia a organização do Bingo da Solidariedade de 2006 e, também, houve a participação em uma reunião preparatória para o segundo Bingo que ocorre em agosto de 2007. Nestas ocasiões é possível observar a intensidade com que as pessoas que participavam dessas reuniões, todas com de mais de cinquenta participantes, se dispunham a colaborar no processo de organização e atuação no evento. Essas reuniões, contudo, ocorreram especificamente para se tratar dos eventos, não é percebido que isto faz parte do cotidiano da organização, nem a formação de grupos de discussão em torno do seu projeto social.

De acordo com Armani (2004, p. 10):

Uma outra mudança cultural relevante é a “descoberta” de que somente com intensa e diversificada inserção local e de fortalecimento da credibilidade institucional, uma ONG pode vir a ser sustentável. Isto é, a sustentabilidade de uma organização é também função do grau de “enraizamento” social, da capacidade de articulação local e de credibilidade construída junto aos atores relevantes do seu contexto de atuação.

Durante a pesquisa foi possível observar a intensidade com que os diversos atores sociais acreditavam no projeto social e, por isso, mantinham a disposição de colaborar de forma ativa com a instituição. Uma alternativa que a coordenação da instituição estava em busca foi a definição de uma pessoa para que seja preparada para a estruturação da comunicação com as colméias.

Armani (2004) apresenta, também, o risco de indução a duas falácias no que diz respeito à sustentabilidade das ONGs. A primeira é a de que é possível para uma organização ou campo de organizações serem sustentáveis apenas a partir de sua qualificação técnico-organizacional e gerencial. A segunda é de que as ONGs devem se adaptar e se ajustar o melhor possível a parâmetros supostamente definidos e imutáveis de financiamento, obscurecendo-se as visões e disputas a eles subjacentes.

A necessidade de superação de algumas limitações no processo administrativo e gerencial no Mosteiro deve ser feita de forma que possibilite a atração de pessoas com qualificação, entre os diversos atores sociais que participam no seu entorno, para disseminar o aprendizado para os voluntários permanentes que atuam na sua área administrativa. Esta melhor organização possibilitaria acesso estruturado aos recursos, entretanto, isto não significa um ajuste da instituição a fontes de recursos que não estejam em consonância com seus princípios e objetivos.

Estes avanços institucionais apresentados, as limitações e necessidades de melhorias possíveis para o Mosteiro e os riscos de se direcionar esforços sem que, efetivamente, possam contribuir para a sustentabilidade da instituição devem ser vistos à luz da reciprocidade que se manifesta na relação entre os atores sociais e a instituição e que fortalece o vínculo entre eles.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O desenvolvimento deste estudo foi conduzido pelo objetivo principal de analisar como uma organização não-governamental viabiliza sua sustentabilidade a partir dos princípios da concepção substantiva da economia. O ponto de partida desta busca foi uma inquietação a respeito de qual visão econômica permite compreender o processo de sustentabilidade de uma ONG, no caso o Mosteiro Monte Carmelo.

O fato de conhecer o trabalho desenvolvido pela instituição e perceber que alguma particularidade existia naquele contexto, e que exercia um poder de atração para várias pessoas que se dispunha a trabalhar em *prol* daquela causa, permitiu a estruturação de algumas questões a respeito da instituição que mais tarde deu origem ao quadro de análise deste estudo.

O olhar proposto para o estudo não se limitou a compreender a dinâmica da organização somente pela dimensão econômica e financeira. Se fosse esta a intenção, o acesso aos dados formais e informais da instituição seria possível, como o foi no processo da pesquisa. A busca, entretanto, superava esta visão. O que chamou a atenção foi a forma com que diversas pessoas que participaram no entorno organizacional se relacionavam com a instituição.

O estudo feito por Pinheiro (2003) possibilitou o conhecimento de uma experiência que, de maneira empírica, demonstrava a dimensão social da sustentabilidade no cotidiano de uma organização não-governamental. O acesso a este trabalho e a dimensão do conceito da sustentabilidade social motivou a escolha da ótica pela qual se estudaria a sustentabilidade no Mosteiro Monte Carmelo, o seu contexto e o relacionamento dos diversos atores sociais com esta instituição.

Como há diversas particularidades que diferenciam o Mosteiro da organização estudada por Pinheiro (2003), tornava-se necessário buscar um outro referencial para o estudo e seu cruzamento com os princípios da concepção substantiva da economia propostos por Karl Polanyi. O trabalho de Serva (1996; 1997) possibilitou que a análise fosse feita a partir de processos organizacionais que pudessem evidenciar na prática administrativa da instituição os princípios da concepção substantiva da economia. A escolha dos princípios foi feita depois da

observação do cotidiano da instituição e de uma breve incursão a respeito do relacionamento que havia com as pessoas que apoiavam o projeto. Neste momento ficava evidenciado que a reciprocidade permeava o ambiente e gerava um ciclo virtuoso na relação entre os que davam e aqueles que recebiam, e que impulsionava o fortalecimento do vínculo entre eles.

O passo seguinte foi percorrer o caminho feito por Pinheiro (2003) e aprofundar o conhecimento nos assuntos que sustentaram seu trabalho. Neste sentido, houve a busca dos diversos referenciais que conduzem este estudo, desde o conhecimento a respeito do Terceiro Setor e das Organizações Não-Governamentais, da Dádiva, da Atualidade da Dádiva, da Concepção Substantiva da Economia e seus Princípios de Integração propostos por Karl Polanyi. Como o estudo possui um viés diferenciado do trabalho de Pinheiro (2003), houve a necessidade de buscar o aprofundamento no trabalho de Guerreiro Ramos e a Abordagem Substantiva das Organizações e nos estudos de Maurício Serva que são expressão empírica dos trabalhos de Polanyi e Guerreiro Ramos.

A partir destes referenciais foi possível estruturar um dos objetivos específicos desta pesquisa, que foi a elaboração de um quadro de análise. O quadro de análise deste estudo resulta no delineamento de um referencial que reúne as propostas de Karl Polanyi, Guerreiro Ramos, Maurício Serva e se propõe ser um instrumento que permita entender a dinâmica da sustentabilidade social de organizações não-governamentais que atuam no campo social. Pinheiro (2003) também partiu destes referenciais para a construção do quadro de análise de sua pesquisa.

Como este estudo lança um olhar a respeito da sustentabilidade na sua dimensão social, e para que fossem alcançados os outros objetivos específicos da pesquisa, era necessário apresentar os referenciais teóricos que possibilitassem o entendimento a respeito de conceitos que são mais recentes, como da Sustentabilidade Social e da Economia Plural.

Os objetivos que se buscavam eram a identificação dos atores sociais que participam na organização e no seu entorno, o entendimento de como os princípios da concepção substantiva da economia se manifestam no cotidiano da organização, o exame do processo de mobilização dos atores sociais na busca da sustentabilidade da organização e, por fim, a análise de como o Mosteiro Monte Carmelo alcança sua sustentabilidade.

O quadro de análise elaborado para a pesquisa orientou todo o trabalho de campo, desde a observação feita no cotidiano da organização, com as entrevistas com os voluntários permanentes que lá atuam, com o grupo que atua na escuta aos recuperandos, com os grupos que formam colméias, com as pessoas que já passaram pelo processo de recuperação, com algumas pessoas que contribuem com a organização de forma voluntária e com os coordenadores que estão à frente da instituição. Esses foram os atores sociais que foram identificados e, que com isso, participaram do processo de pesquisa.

Durante a pesquisa foi possível observar a movimentação destes diversos atores no cotidiano da organização. Essa observação foi determinante para perceber como ocorre a relação de reciprocidade entre estes atores com as pessoas que passam pelo processo de recuperação da dependência do álcool e das drogas. Há uma valorização do ser humano na sua limitação e na sua dificuldade ante os problemas sociais tão presentes atualmente na sociedade e, por outro lado, há uma valorização freqüente por parte do que vivem no Mosteiro aos diversos benfeitores que contribuem com a causa.

Uma questão colocada nas entrevistas e nos grupos focais era a respeito do porque se dispunham a ajudar o Mosteiro, fossem a partir da disponibilização de tempo, doações de alimentos e outros materiais para a manutenção da instituição. As respostas vinham sempre carregadas de ponderações a respeito da contradição, sobre o bem que sentiam quando davam e sobre sua mudança pessoal a partir do momento em que participavam do projeto social que conheciam e que valorizavam. Esta relação de reciprocidade evidencia e fortalece o vínculo social entre estes atores sociais e os membros da instituição.

Outro ponto importante percebido na pesquisa foi a relação com o setor público, através alguns profissionais que atuam nos hospitais e centros de reabilitação de dependentes, para o internamento e atendimento dos recuperandos. A relação estabelecida com estes profissionais é, praticamente, diária, o que contribui para a alocação de vagas para as pessoas que procuram o Mosteiro e que estão dispostas a passarem pelo processo de recuperação.

Este processo caracteriza o princípio da redistribuição, que ocorre na organização também através dos recursos recebidos, sejam materiais ou financeiros e que são direcionados para espaço ou fundo comum e são distribuídos ou alocados

de acordo com as necessidades das pessoas que vivem no Mosteiro ou investidos para o benefício comum.

O princípio da troca mercantil ficou evidenciado na estruturação das fábricas de artefato de cimento e de cadeiras, que tem sua produção conduzida pelos próprios recuperandos e que atende aqueles que conhecem o Mosteiro e que vem em busca destes produtos. Parte da produção é direcionada para a utilização na própria instituição para a melhoria das suas estruturas físicas e melhor conforto das pessoas que vivem no Mosteiro e nas demais casas da instituição.

Algo que se manifestou na análise das relações de troca mercantil na organização foi a ponderação de que tanto na fábrica de artefatos de cimentos como na fábrica de cadeiras o objetivo principal é a ocupação dos recuperandos e em seguida a produção mediante a utilização da sua mão-de-obra e o resultado da venda da produção que é alocada em benefício de todos que vivem na instituição.

Internamente há uma relação estabelecida na organização, e dela para com os diversos atores sociais que atuam no seu entorno. A disseminação dos valores e objetivos organizacionais se dá pela comunicação direta e espontânea, principalmente quando se encontram e vivenciam momentos juntos. Ocorre também pela propagação da seriedade da causa e das pessoas que estão à frente da instituição. Esta foi uma constatação possível e presente durante, praticamente, todas as entrevistas e grupos focais.

A reflexão sobre a organização também foi evidenciada na observação do cotidiano no Mosteiro. As pessoas falam sobre seus papéis e como se sentem ao assumirem estes papéis. Quando questionados sobre a importância do Mosteiro para elas, alguns dos entrevistados mencionaram que a instituição contempla e realiza um projeto social em que eles acreditam e em que estão dispostos a participar e a fazer crescer, dentro de suas possibilidades. Percebe-se que estas pessoas sentem-se partes do processo.

Um dos processos que foi mais presente e que se manifestou intensamente durante a pesquisa foi a dimensão simbólica com que os diversos atores sociais assumem na relação com o Mosteiro. São as formas de se denominarem, como por exemplo: servos, abelhas-rainha, abelhas-operárias, colméias e outras formas que reforça os objetivos comuns. Ao buscarem na fundamentação bíblica seus papéis, como por exemplo, o “Bom samaritano” e o “Hospedeiro”, há a busca de se

consolidar a missão em que estão envolvidos, num projeto de ajuda e acolhimento das pessoas que passam pelo problema da dependência do álcool e das drogas.

Há na organização uma motivação para a ação social que se expressa pelo interesse pelas pessoas que buscam o apoio e que estão à procura de tratamento. O acolhimento destas pessoas e o direcionamento para tratamento quando necessário é algo presente e faz parte do cotidiano da instituição. Dentre aqueles que participam do apoio ao Mosteiro, alguns participam de outras instituições e sua presença no cotidiano da instituição possibilita a integração com outras organizações que atuam no campo social.

Todas estas constatações que emergiram durante a pesquisa evidenciam a dinâmica que existe e que permeia as relações entre os diversos atores sociais que participam da sustentabilidade da instituição. São relações fortalecidas pela confiança que há entre aquelas pessoas e com a razão pela qual atuam.

Entretanto, numa visão de conjunto da sustentabilidade do Mosteiro, surgiram alguns pontos que foram observados e que podem apresentar alguns riscos que merecem atenção, principalmente, por parte daqueles que estão à frente do projeto. A centralização do processo de planejamento e a carência de processos administrativos e gerenciais mais estruturados podem trazer limitações ao acesso aos recursos públicos e privados com fins específicos para instituições que atuam no campo social.

Esta visão não quer ser indicação de um processo de especialização e nem que a instituição deva se utilizar dos mesmos padrões e ferramentas gerenciais utilizados pelo setor privado, contaminando-se assim um tipo de racionalidade instrumental predominante naquele setor (TENÓRIO, 1998). Pretende ser um indicativo de oportunidades que podem ser mais bem conduzidas a partir da melhoria de processos internos e da utilização de alguns instrumentos de gestão mais eficientes e que podem ser buscados, inclusive, junto aos atores sociais que já atuam na instituição e que tem acesso a estes instrumentos.

Um processo de comunicação mais eficiente pode possibilitar o envolvimento maior da sociedade na sustentabilidade do Mosteiro. O seu enraizamento social pode ser mais bem explorado e pode ser instrumento de cooptação de pessoas que estão dispostas a atuar em projetos sociais sérios e com vínculo social estruturados.

Como estudo de caso único, a primeira limitação que se coloca para este trabalho é que ele não permite generalizações. Entretanto, o aprofundamento a respeito da organização dentro de um referencial teórico que direciona o estudo, permite validar as inferências que foram levantadas durante a pesquisa.

Sendo feito durante um período específico, dentro de um corte transversal, o estudo sugere uma análise sob uma perspectiva de um curto espaço de tempo. Também, aqui não se pode expandir e generalizar em relação a um tempo maior do que aquele estudado e, as observações aqui descritas, possuem validade dentro do período em que foi realizada a coleta e análise dos dados.

Uma sugestão é para que novos estudos utilizem o quadro de análise aqui proposto como instrumento de avaliação da sustentabilidade de outras organizações não-governamentais que atuam no campo social. Outra recomendação pertinente para estudos futuros, é fazer o cruzamento do quadro de análise apresentado neste trabalho com os indicadores de sustentabilidade propostos por Armani (2004). Este cruzamento poderá conduzir a avaliação da sustentabilidade em todas as suas dimensões em organizações não-governamentais que atuam em diversos campos, não só no social.

Lembro-me aqui, depois desta caminhada, de alguns versos, canções e pensamentos que me acompanharam nesta travessia.

Quando percebia que as palavras e frases do texto não saiam de acordo, quando me sentia confuso e buscava me concentrar, lembrava-me de um mestre que me ensinou nas palavras do poeta J. R. Jiménez:

*“Não corras,
não tenhas pressa.
Aonde tens que ir
é só a ti...”*

Nos momentos em que sentia a obscuridade do caminho, me conduzia pelos versos de Almir Sater e Renato Teixeira, que também são tão caros para alguns daqueles que para mim são muito especiais, e seguia em marcha, com as forças dos dons recebidos em busca daquilo que nos mantém e nos impulsiona que é a felicidade, pois...

*“Sinto que seguir a vida seja simplesmente
Conhecer a marcha ir tocando em frente
Cada um de nós compõe a sua própria história e
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
De ser feliz.”*

Trabalhar com um assunto tão rico e tão cheio de descobertas e em momentos de vida únicos, me possibilitou aprender que ainda tenho muito a encontrar, a aprender. Estes momentos me fizeram acreditar que era possível e necessário continuar “tocando em frente”, por isso minha forma de reforçar esta escolha foi despertar para aqueles que passaram por meu caminho nesta etapa, que era necessário seguir: *Em frente, a caminho...*

REFERÊNCIAS

ANDION, C. As particularidades da gestão em organizações da economia solidária. Encontro Nacional da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração. **Anais eletrônicos do XXV ENANPAD**. Campinas, 2001.

ANDION, C.; SERVA, M.; LÉVESQUE, B. **O debate sobre a economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável**. Eisforia, v. 4, n. especial, p. 199-221, Florianópolis, dez. 2006.

ANDION, C.; SERVA, M. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. CAYAPA **Revista Venezuelana de Economía Social**. ano 4, n. 7, dez. 2004.

ARMANI, D. **O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil**. 2003. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/sustenta/desenvol.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2007.

_____. Sustentabilidade: desafio democrático. In: **Sustentabilidade: aids e sociedade civil em debate**. Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. Ministério da Saúde, Brasília, 2004.

BARALDI, I. M. **Matemática na escola**: que ciência é esta? Bauru: EDUSC, 1999.

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento Sustentável Regional e Municipal: Conceitos, Problemas e Pontos de Partidas. **Administração On Line**. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art14/barbieri.htm>. v. 1, n. 4, out./nov./dez. 2000.

BARBOSA, E. F. **Instrumento de coleta de dados em pesquisa**. Disponível em: <<http://www.sit.com.br/SeparataENS0019.htm>>. Acesso em: 20 maio 2007.

BÍBLIA DO PEREGRINO. São Paulo: Paulus, 2002.

BOEIRA, S. L. Ecologia política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 10. Campinas, jan./jun. 2002.

BRUMANA, F. G. **Antropologia dos sentidos**. Introdução às idéias de Marcel Mauss. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAILLÉ, A. **Antropologia do dom**. Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. Dádiva e associação, 2002b. In: MARTINS, P. H. (Org.) **A dádiva entre os modernos**. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 191-205.

CRUZ, C. M.; ESTRAVIZ, M. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Global, 2000.

DELGADO, M. V. M. O terceiro setor no Brasil: uma visão histórica. 2004. **Revista Espaço Acadêmico**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>, n. 37, jun. 2004.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor**. Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. (Dissertação) Mestrado em Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, R. C. O que é o terceiro setor. In: IOSCHPE, E. B. (Org.). **3º Setor desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FOURNIER, M. Para reescrever a biografia de Marcel Mauss.... **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, São Paulo, 2003. p. 5-13.

FRAGA, M. L. **A empresa produtiva e a racionalidade substantiva**. (Dissertação). Mestrado em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FRANÇA FILHO, G. Teoria e prática em economia solidária: Problemática, Desafios e Vocação. **Revue du MAUSS permanente**. Disponível em : <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article83>>. Acesso em: 08 maio 2007.

_____. Terceiro setor, Economia social, Economia solidária e Economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, SEI, v. 12, n. 1, p. 9-19. Salvador, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Revista Organizações & Sociedades**. Salvador, Escola de Administração/UFBA, v. 6, n. 14, jan./abr. 1999.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FRASER, M. T. D; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia. **Revista de Psicologia da Educação da USP Ribeirão Preto**, v. 14, n. 28, mar. 2004.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M. Focus group - instrumentalizando o seu planejamento. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais** - paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GERÊNCIA DE ESTUDOS SETORIAIS (GESET). **Terceiro setor e o desenvolvimento social**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOVINAZZO, R. A. **Focus Group em Pesquisa Qualitativa**: fundamentos e reflexões. FECAP. v. 2, n. 4, out./nov./dez. 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art24/renata2.htm>. Acesso em: 10 maio 2007.

GODBOUT, J. T. Introdução à Dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Sociologia – ANPOCS, v. 13, n. 38, p. 39-51, São Paulo, out. 1998.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, A. A.; GALEGO, C. Emancipação, ruptura e inovação: o focus group como instrumento de investigação. **Educação & Linguagem**, v. 13, p. 196-209, 2006.

LANDIM, L. Associações no Brasil: comentários sobre dados oficiais recentes. *Democracia Viva*, **IBASE**, v. 28, p. 76-85, Rio de Janeiro, 2005.

LANDIM, L.; SCALON, M. C. **Doações e trabalho voluntário no Brasil** - uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia Política**. n. 14, Curitiba, 2000.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do saber**. Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: UFMG e ARTMED, 1999.

LAVILLE, J. L. Économie et solidarité: esquisse d'une problématique. In: _____. (Dir.). **L'Économie solidaire**: une perspective internationale. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.

_____. Économie solidaire, économie sociale et état social. In: KLEIN, J. L.; LÉVESQUE, B. (Orgs.). **Contre l'exclusion**: repenser l'économie. Sainte-foy: Presses de L'université du Québec, 1995.

_____. Fato associativo e economia solidária. **Bahia Análise & Dados**: SEI, v. 12, n. 1, p. 25-34. Salvador, jun. 2002.

_____. **L'économie solidaire**: une perspective internationale. Desclée de Brouwer. Paris, 1994.

_____. **Les services de proximité en Europe**, Syros Alternatives, 1992.

LIESENBERG, C. Terceiro setor: conceito e práticas. *ComCiência*. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, v. 82, p. 4, 2006.

MARTINS, P. H. (Org.) **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. As Redes Sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico. **Caderno CRH**, v. 17, n. 40, jan./abr., p. 33-48. Salvador, 2004.

MAUSS, M. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research**. London: Sage University Paper, 1997.

MORIN, E. **Se eu fosse candidato...** Pautas de Edgar Morin para um mundo diferente. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=6739>. Acesso em: 08 jun. 2007.

MOTTA, A. A. **Profissionalização e instituições sociais**. Rits - Rede de Informações para o Terceiro Setor. Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmtes_fevereiro2007.cfm>. Acesso em: 27 abr. 2007.

PINHEIRO, D. **Sustentabilidade de ONG's**: um estudo de caso na organização AFECE – Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial. (Dissertação). Mestrado em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2003.

PIRES, M. L. Dádiva, economia social e cooperativismo: a promulgação de uma nova ética societária? **UNIRCOOP** v. 1, 2003.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **The economy as an instituted process**. In: POLANYI, K. et. al. Trade and Market in the Early Empires. New York: The Free Press, 1957.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGVSP, 1989.

RANGLES, W. G. L. et. al. **Para uma história antropológica**. Lisboa: Edições 70, 1978.

ROUSTANG, G. A Grande Transformação. As origens da nossa época. Os 60 anos da obra clássica de Karl Polanyi. In: **IHU On-line**. ano 5, n. 147, 2005.

SAUVAGE, P. **Synthèse**. Réconcilier l'économique et le social. vers une économie plurielle. Paris: OCDE, 1996.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p.18-30. São Paulo: FGV, 1997.

_____. O fato organizacional como fato social total. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, FGV, 35 (3), p. 131-52, maio /jun. 2001.

_____. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 36-43 mar./abr. 1993.

_____. **Racionalidade e organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. (Tese). Doutorado em Administração, Escola de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996.

SOUSA SANTOS, B. (Org.) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. v. I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TENÓRIO, F. G. A trajetória do programa de estudos em gestão social (pegs). **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 6, p. 1145-1164, 2006.

_____. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, v. 32 (5), p. 7-23, set./out. 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VINHA, V. G. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (*social embeddedness*). **Revista Econômica**. v. 3, n. 2. dez. 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookmann, 2005.